

Paula Cristina Rodrigues Conceição Conduto Costa Mira

CONTRIBUTO PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DE MOURA

**ANÁLISE MORFO-TIPOLÓGICA E DA IMAGEM URBANA NO ESPAÇO
INTRA-MUROS DO CASTELO E NO BAIRRO DA MOURARIA**

Orientador: Arquitecto José Aguiar

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO**

Universidade de Évora

1999

Paula Cristina Rodrigues Conceição Conduto Costa Mira

CONTRIBUTO PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DE MOURA

ANÁLISE MORFO-TIPOLOGICA E DA IMAGEM URBANA NO ESPAÇO
INTRA-MUROS DO CASTELO E NO BAIRRO DA MOURARIA

Orientador: Arquitecto José Aguiar



101 647

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO

Universidade de Évora

1999

**CONTRIBUTO PARA A CONSERVAÇÃO DO
PATRIMÓNIO URBANO DE MOURA**

Análise Morfo-Tipológica e da Imagem Urbana
no Espaço Intra-Muros do Castelo e no Bairro da Mouraria

Paula Mira

Universidade
de Évora
1999

Este trabalho não inclui as sugestões e críticas do Júri

Aos meus queridos filhos Joana e Pedro

AGRADECIMENTOS:

Em primeiro lugar ao meu orientador, Arquitecto José Aguiar agradeço todo o apoio que me dispensou, as palavras de estímulo que me dirigiu e a leitura crítica que realizou desta dissertação.

Às pessoas de Moura que demonstraram a maior disponibilidade ao corresponderem às minhas solicitações de informação, em especial ao Senhor João da Mouca que foi incansável no apoio à recolha de elementos determinantes na feitura deste trabalho.

Ao Senhor Dr. Santiago Macias pela partilha de informações.

À Câmara Municipal de Moura, em particular nas pessoas do Senhor Presidente da Câmara, José Pós de Mina, Senhor Vereador da Cultura Luís Raposo, do Senhor Arq. Simão Janeiro, do Senhor Arq. Nuno Muquenco, do Senhor Eng. Victor Ourives, do Senhor Eng. José Martinho, da Senhora Dr.^a Lídia Delgado, dos Senhores José Dimas, João Lobo, Joaquim Ferro Limpo, José Correia, José Narrapisa, assim como aos restantes funcionários por me facultarem dados essenciais para a elaboração deste trabalho.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal de Moura, em particular à Senhora Dr.^a Zélia Fialho que me proporcionaram toda a consulta bibliográfica disponível.

Às Senhoras Dr.^{as} Gertrudes Veríssimo e Irene Lima Mendes pelo auxílio que me deram na correcção do texto, desta tese.

Ao Senhor Dr. Oliveira por me ter facultado informação essencial para o desenvolvimento do mesmo trabalho.

Aos Senhores João Parente e João Tiago Laureano pela total disponibilidade que manifestaram no arranjo gráfico do referido texto.

Aos meus pais que sempre me acompanharam nos momentos difíceis e pelo estímulo e coragem que me transmitiram para o prosseguimento e conclusão deste trabalho.

Ao meu marido por todas as sugestões que me deu e pela compreensão que manifestou perante os momentos das minhas ausências na família.

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	1
2. O SIGNIFICADO DE PATRIMÓNIO. A SUA POSSÍVEL SALVAGUARDA (conservação e reabilitação urbana/Integração dos casos de estudo).....	5
3. ALGUNS PRINCÍPIOS E METODOLOGIAS GERAIS A SEGUIR NA CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA DOS NÚCLEOS HISTÓRICOS / Integração dos casos de estudo.....	29
3.1. A DIFERENCIAÇÃO TERMINOLÓGICA NA SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO CONSTRUÍDO.....	29
3.2. A AUTENTICIDADE NO CONTEXTO DA SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO CONSTRUÍDO.....	34
3.3. "IDENTIDADE" – QUAIS OS VALORES DA IDENTIDADE DE UM LUGAR HISTÓRICO QUE JUSTIFICAM A SUA CONSERVAÇÃO ?.....	41
3.4. A IMPORTÂNCIA DA IMAGEM URBANA / CIDADE HISTÓRICA.....	46
3.5. PLANEAMENTO E CIDADE HISTÓRICA	48
3.6. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO : INTERVENÇÃO MÍNIMA, COMPATIBILIDADE E REVERSIBILIDADE DOS MATERIAIS.....	50
3.7. FUNCIONALIDADE / UTILIDADE / REUTILIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO EDIFICADO.....	56
3.8. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO NA SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO CONSTRUÍDO.....	59
4. CASOS DE ESTUDO: ÁREA INTRA-MUROS DO CASTELO E O BAIRRO DA MOURARIA	63
4.1. RELAÇÕES ENTRE A ÁREA DO CASTELO E O BAIRRO DA MOURARIA – Memória Histórica e Evolução Urbana.....	63
4.2. O ESPAÇO INTRA-MUROS DO CASTELO.....	85
4.2.1. Delimitação da área em estudo.....	85
4.2.2. Estudo arquitectónico / morfológico do edificado.....	86
4.2.2.1. Património Arquitectónico Religioso – Igreja de St ^a Maria do Castelo e Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo	86
a) Da fundação à extinção.....	86
b) Situação e sítio (local de implantação).....	88
c) Leitura e descrição arquitectónica – Plantas e Alçados.....	90
d) Levantamento dos materiais e processos construtivos.....	108
4.2.2.2. Património Arquitectónico Militar - Torre de Menagem.....	119
a) Síntese histórica da Torre de Menagem.....	119
b) Situação e sítio (local de implantação).....	121
c) Leitura e descrição arquitectónica – Planta e Alçados.....	122
d) Levantamento dos materiais e processos construtivos.....	125
4.2.2.3. Património Arquitectónico Habitacional – Casa "medieval".....	128
a) A importância do estudo tipológico habitacional do Espaço Intra-Muros.....	128
b) Situação e sítio (local de implantação).....	139
c) Leitura e descrição arquitectónica – Plantas e Alçados.....	140
d) Levantamento dos materiais e técnicas de construção.....	144

CONTRIBUTO PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DE MOURA

Índice Geral

4.2.3. Levantamento e caracterização dos revestimentos e acabamentos dos edifícios / Análise do estado de conservação – Torre de Menagem / Muralha, e Convento de Nossa Sr ^a . da Assunção do Castelo - Técnicas aplicadas , diagnóstico de anomalias e propostas de conservação.....	148
4.3. O BAIRRO DA MOURARIA.....	179
4.3.1. Delimitação da área em estudo.....	179
4.3.2. Estrutura do tecido urbano.....	180
4.3.3. Estudo arquitectónico / morfológico.....	182
4.3.3.1. Tipologia dos edifícios / Estado actual de conservação.....	183
4.3.3.2. Levantamento dos materiais e processos construtivos.....	192
4.3.3.3. Estudo dos materiais e processos construtivos tradicionais e suas patologias.....	209
a) Arquitectura de terra crua: taipa e adobe.....	209
b) Arquitectura de terra cozida: materiais cerâmicos – tijolos (abóbadas, abobadi-lhas e chaminés), ladrilhos e telhas	222
c) Materiais pétreos: xistos, mármore, calcários e areias.....	238
d) Cal.....	249
e) Madeira.....	275
f) Caniço.....	278
4.3.4. Levantamento e caracterização dos revestimentos e acabamentos dos edifícios / Análise do estado de conservação – Bairro da Mouraria, Técnicas aplicadas, diagnóstico de anomalias e propostas de conservação.....	282
4.3.5. Estudo de cor no edificado do Bairro da Mouraria.....	292
5. CONCLUSÃO.....	315
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	319

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig.2.1 - Moura, demolição de parte do Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo (Biblioteca Municipal de Moura).....	18
Fig. 2.2 - Moura, Bairro do Castelo, casas demolidas inseridas na restante malha urbana. (BMM).....	18
Fig. 2.3 – Moura, Bairro do Castelo, Rua do Trem em 1938, antes das demolições (BMM).....	19
Fig. 2.4 - <i>Idem</i> , Rua do Trem após as demolições, na década de 60.(BMM).....	19
Fig. 2.5 – Moura, Bairro do Castelo, demolições da estrutura edificada habitacional das ruas do Relógio e do Meio. (BMM).....	20
Fig. 2.6 - <i>Idem</i> , a área das ruas do Meio e do Relógio depois das demolições (meados dos anos sessenta) (BMM).....	20
Fig. 2.7– Moura, Bairro do Castelo, apenas restou a Palmeira ! (BMM).....	20
Fig. 2.8- <i>Idem</i> - ruínas da casa designada por “medieval” (BMM).....	20
Fig.2.9 - Moura, Convento da Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo em contínua degradação. (BMM).....	20
Fig. 2.10 e Fig. 11 – Moura, Muralha do Castelo, antes e durante a intervenção de restauro (BMM).....	25
Fig. 2.12 – Moura, Bairro da Mouraria, aplicação de cores não apropriadas nas fachadas de alguns edifícios (foto de Carolina Fialho).....	26
Fig. 2.13 – Moura Castelo, Torre do Relógio, Fig. 2.14 – <i>Idem</i> , Torre em taipa (fotos da autora).....	27
Fig. 2.15 - Moura, Bairro da Mouraria, deturpação da tipologia arquitectónica através da inserção de elementos não apropriados (foto da autora).....	28
Fig. 2.16 – <i>Idem</i> , integração de porta de alumínio e persiana no edifício (foto da autora).....	28
Fig. 3.1 - Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo num estado de degradação avançado.(foto da autora).....	39
Fig. 3.2 - Moura, Bairro do Castelo, “casa medieval” nos anos 40/50 (Biblioteca Municipal de Moura).....	40
Fig. 3.3 - <i>Idem</i> , “casa medieval” nos anos 90. (foto da autora).....	40
Fig. 3.4 - Moura, Bairro da Mouraria, edifício descaracterizado, (foto da autora).....	41
Fig. 3.5- Moura, Castelo, Torre de Menagem (foto da autora)	44
Fig. 3.6 – <i>Idem</i> , Torre Salúquia (foto da autora).....	44
Fig. 3.7 – Moura, Castelo, Torre do Relógio (foto da autora)	45
Fig. 3.8 - <i>Idem</i> , sistema de muralhas islâmico (foto da autora).....	45
Fig. 3.9 – Moura,Castelo, sistema de muralhas medieval (foto da autora).....	45
Fig. 3.10 - <i>Idem</i> , Convento de N. Sr. ^a da Assunção do Castelo (foto da autora).....	45
Fig.3.11– Moura, Igreja de Sta. Maria do Castelo (foto da autora)	45
Fig. 3.12 - <i>Idem</i> , “casa medieval” (foto da autora).....	45
Fig. 3.13 – Moura, Castelo, Convento de N. Sr. ^a da Assunção, integração de revestimentos inadequados	54

Fig. 3.14 <i>Idem</i> , aplicação de matérias inapropriados nos paramentos	54
Fig. 4.1- Lápide comemorativa da construção do minarete da mesquita de Moura (José Mattoso, História de Portugal, vol. I, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1992, p. 425).....	64
Fig.4.2 – Moura, Castelo, torre em taipa (foto da autora)	65
Fig.4.3 – <i>Idem</i> , torreão arruinado em taipa(foto da autora)	65
Fig. 4.4- Moura, fragmento de pequena arca em osso considerada como uma peça rara no contexto da história do Período Islâmico do Garbe prova a existência de uma ocupação importante no alcácer de Moura (Santiago Macias, relatório sobre o achado arqueológico – arca islâmica, Câmara Municipal de Moura).....	66
Fig. 4.5 – Moura, vista da fortificação, troços de muralha islâmica e medieval (Câmara Municipal de Moura).....	67
Fig. 4.6 - Castelo de Moura, divisão do Espaço Intra-Muros do Castelo e esquemas das muralhas (Santiago Macias, Moura na Baixa Idade Média, Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 128).....	68
Fig. 4.7 - Moura, vista aérea antiga, divisão do Espaço Intra-Muros do Castelo (alcáçova e medina) (Biblioteca Municipal de Moura).....	68
Fig. 4.8 - Moura, planta da alcáçova do Castelo, desenho de Duarte D`Armas, séc. XVI (A. H. de Oliveira Marques, Aspectos da Vida Quotidiana - A Casa, em <i>Sociedade Medieval Portuguesa</i> , 5º e.d., Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1987, p.72.).....	68
Fig. 4.9 - Moura, Alcáçova do Castelo (foto da autora).....	68
Fig. 4.10 - Moura, Castelo, definição das torres militares (José Lamas e associados, Plano de Pormenor, Zona de Reconversão do Castelo, Câmara municipal de Moura, p.4.22.).....	70
Fig. 4.11 – Moura, Castelo, Torre de Menagem e Torre Semi-Circular (BMM)	71
Fig. 4.12 – <i>Idem</i> , Torre adjacente à Torre de Menagem (BMM).....	71
Fig. 4.13 - <i>Idem</i> , Torre do Relógio (BMM).....	71
Fig. 4.14 - <i>Idem</i> , Torre Salúquia (BMM).....	71
Fig. 4.15 - Moura, primeira expansão extra-muros, desde a conquista cristã até aos finais do século XIV.. (José Lamas e associados, Plano de Pormenor, Zona de Reconversão do Castelo, Câmara municipal de Moura, p.47.)	71
Fig. 4.16 - Moura, ocupação progressiva medieval entre o séc. XV até meados do séc. XVI (José Lamas e associados, Plano de Pormenor, Zona de Reconversão do Castelo, Câmara municipal de Moura, p.4.8).....	72
Fig. 4.17 e Fig. 4.18 – Vista Oeste e Leste do Castelo de Moura, séc. XVI. (A. H. de Oliveira Marques, <i>Sociedade Medieval Portuguesa</i> , Aspectos da Vida Quotidiana, A Casa, em, 5º e.d., Livraria Sá da Costa, Lisboa,1987,p.73.).....	72
Fig. 4.19 – Moura, evolução urbana entre meados do séc. XVI e meados do século XVII. (José Lamas e associados, Plano de Pormenor, Zona de Reconversão do Castelo, Câmara municipal de Moura, p.4.9.).....	73

CONTRIBUTO PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DE MOURA

Índice de figuras

Fig. 4.20 - Moura, Castelo, planta de implantação do Convento de N. Sr. ^a da Assunção do Castelo (Santiago Macias, Moura na Baixa Idade Média, Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 128).....	74
Fig. 4.21 - Moura, Igreja de Sta. Maria do Castelo (BMM)	74
Fig.4.22 - <i>Idem</i> , Convento de N. Sr. ^a da Assunção do Castelo (BMM).....	74
Fig. 4.23 e 4.24 - Plantas do projecto de Nicolau de Langres para o novo amuralhamento em Moura (BMM).....	75
Fig. 4.25 - Moura, construção da cerca de muralhas modernas e consequente expansão urbana.....	76
Fig. 4.26 - Moura, desmantelamento das muralhas em taipa para produção de salitre efectuado durante o séc. XIX.(BMM).....	77
Fig. 4.27 - Moura, castelo imagem referente ao resultado do desmantelamento das muralhas em taipa para produção de salitre efectuado durante o século XIX (BMM).....	78
Fig. 4.28 - Planta de Moura, indicação das nascentes de água no castelo (A. Silva, As águas minero-medicinaes de Moura, Oficinas do Comércio do Porto, 1903, p. 91).....	79
Fig. 4.29 - Moura, estabelecimento termal (foto da autora)	80
Fig.4.30 - Moura,plantadoCastelode1883(CMM).....	80
Fig. 4.31 - Moura, prosseguimento da expansão da malha urbana no século XIX até meados do século XX. (José Lamas e associados, <i>Plano de Pormenor, Zona de Reconversão do Castelo, Câmara municipal de Moura, p.4.11</i>).....	81
Fig. 4.32 - Moura, Castelo, planta de 1930, definição da morfologia urbana e da estrutura conventual (CMM).....	82
Fig. 4.33, Fig. 4.34 e Fig. 4.35.– Moura, Bairro do Castelo, Rua da Torre, Rua do Relógio e Calçada do Castelo antes das demolições (BMM).....	82
Fig. 4.36 e Fig. 4.37 – Moura, Bairro do Castelo, Rua do Relógio e Rua da Tona antes das demolições (CMM).....	83
Fig. 4.38 - Moura, planta do castelo de 1960, diminuição do edificado habitacional em consequência do inicio das demolições.(CMM).....	83
Fig. 4.39 e Fig. 4.40 –Moura, Bairro do Castelo, Rua do Arco e Rua do Relógio durante as demolições (BMM).....	84
Fig. 4.41 - Moura, planta do Castelo de 1979, a malha urbana desapareceu restando apenas como vestígio habitacional a ruína da casa “medieval” (CMM).....	84
Fig. 4.42 – Moura, Castelo, a única casa (ruína) que restou da malha urbana (BMM).....	85
Fig. 4.45 – Moura, vista geral da cidade (foto da autora).....	86
Fig. 4.46 - Moura, Castelo, planta de localização da Igreja de Sta. Maria do Castelo e Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo (CMM).....	89
Fig. 4.47 – Moura, planta do castelo de 1927/ 30 (CMM).....	90

Fig. 4.48 – Moura, Convento de Nossa Sra. da Assunção do Castelo, planta do piso 0 , piso 1 e cobertura (CMM).....	91
Fig. 4.49 – Moura, Igreja de Stª Maria do Castelo (foto da autora).....	93
Fig. 4.50 - <i>Idem</i> , Portal da Igreja (foto da autora).....	93
Fig. 4.51 – Moura, nave única da Igreja de Sta . Maria do Castelo (foto da autora).....	94
Fig. 4.52 e Fig. 453 - Moura, Igreja de Sta. Maria do Castelo, capela mortuária (fotos da autora).....	94
Fig. 4.54 Fig. 4.55 e Fig. 4.56 - Moura, Igreja de Sta. Maria do Castelo, capela lateral direita e capelas laterais esquerdas (fotos da autora).....	95
Fig. 4.57, Fig. 4.58 – Moura, Igreja de Sta. Maria do Castelo – capiteis com ornatos vegetalistas.....	95
Fig. 4.59, fig. 4.60 – Moura, Igreja de Sta. Maria do Castelo – revestimento de azulejos.....	95
Fig. 4.61 – Moura, Igreja de Sta. Maria do Castelo - coro alto.....	96
Fig. 4.62 – Moura, Igreja de Sta. Maria do Castelo – cobertura.....	96
Fig. 4.63 - Moura, Igreja de Sta. Maria do Castelo, pormenor do emolduramento de uma das janelas do coro alto (foto da autora).....	97
Fig. 4.64 e Fig. 4.65 – <i>Idem</i> , nicho do coro alto (fotos da autora).....	97
Fig. 4.66 – Moura, portal principal do Convento de N. Sra. da Assunção do Castelo (foto da autora).....	97
Fig. 4.67 – Moura, Convento de Nossa Sra. da Assunção do Castelo, parede decorada – esgrafito (foto da autora).....	98
Fig. 4.68 – Moura, Convento de Nossa Sra. da Assunção do Castelo, arcada que dá acesso ao interior do Convento.....	99
Fig. 4.69 – Moura, Convento de Nossa Sra. da Assunção do Castelo, Edifício da Roda dos Expostos (foto da autora).....	100
Fig. 4.70 – <i>Idem</i> , azulejos da entrada (foto da autora).....	100
Fig. 4.71 – Moura, Convento de Nossa Sra. da Assunção do Castelo, Edifício da Roda dos Expostos revestimento.....	100
Fig. 4.72 – Moura, Convento de Nossa Sra. da Assunção do Castelo , acesso ao compartimento (6) (foto da autora).....	101
Fig. 4.73 – Moura, Convento de Nossa Sra. da Assunção do Castelo, compartimento (6) (foto da autora).....	102
Fig. 4.74 – Moura, Convento de Nossa Sra. da Assunção do Castelo, tecto abobadado do compartimento (7) (foto da autora).....	102
Fig. 4.75 – Moura, Convento de Nossa Srª. Da Assunção do Castelo, tecto abobadado do compartimento (7) (foto da autora).....	103
Fig. 4.76 - <i>Idem</i> , mísula de características renascentista do compartimento (8) (foto da autora).....	103
Fig. 4.77 – Moura, Convento de N. Sra. da Assunção do Castelo, tecto abobadado do compartimento (9) (foto da autora).....	103

Fig. 4.78 - <i>Idem</i> , pormenor do revestimento do tecto abobadado do compartimento (9) (foto da autora).....	103
Fig. 4.79 – Moura, Convento de N. Sra. da Assunção do Castelo, tecto abobadado do compartimento (10) (foto da autora).....	104
Fig. 4.80 - <i>Idem</i> , coluna do compartimento (10) (foto da autora).....	104
Fig. 4.81 - <i>Idem</i> , pormenor do revestimento da coluna do compartimento (10) (foto da autora).....	104
Fig. 4.82 – Moura, Convento de N. Sra. da Assunção do Castelo, compartimento 19 (foto da autora).....	105
Fig. 4.83 – <i>Idem</i> , pormenor do revestimento de um elemento arquitectónico do compartimento 19 (foto da autora).....	105
Fig. 4.84 e Fig. 4.85 – Moura, Convento de Nossa Sra. da Assunção do Castelo, compartimento (20) (foto da autora).....	105
Fig. 4.86 - <i>Idem</i> , pormenor de um nicho existente no comp. (20) (foto da autora).....	105
Fig. 4.87 - Moura, Convento de Nossa Sra. da Assunção do Castelo, compartimento (22) (foto da autora)....	106
Fig. 488 – <i>Idem</i> , Compartimento (23) (foto da autora).....	106
Fig. 489 – <i>Idem</i> , nicho do compartimento (23) (foto da autora).....	106
Fig. 4.90 – Moura, Convento de Nossa Sra. da Assunção do Castelo, alçados.....	107
Fig. 4.91– Moura, Convento de Nossa Sra. da Assunção do Castelo, início do séc. XX (foto de João da Mouca)	108
Fig. 4.92 – Moura, Igreja de St ^a Maria do Castelo, fundações (foto da autora).....	111
Fig. 4.93 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, alvenaria de pedra irregular (foto da autora).....	112
Fig. 4.94 – Moura, Igreja de Sta. Maria do Castelo, alvenaria de pedra irregular e tijolo (foto da autora).....	112
Fig. 4.95 e Fig. 4.96 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, alvenaria de tijolo (fotos da autora).....	112
Fig. 4.97 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, paredes em taipa (foto da autora).....	113
Fig. 4.98 – Moura, Igreja de Sta. Maria do Castelo campanário em alvenaria de tijolo pavimento em tijoleira.....	114
Fig. 4.99 – Moura, Edifício Roda dos expostos (edifício pertencente ao convento de N. Sr. ^a da Assunção do Castelo),.....	114
Fig. 4.100 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, abobada do compartimento (6) (foto da autora).....	115
Fig. 4.101 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, abobada do compartimento (7) (foto da autora).....	116
Fig. 4.102 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, abobada do compartimento (8) (foto da autora).....	116
Fig. 4.103 - Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, abobada do compartimento (9) (foto da autora).....	117

Fig. 4.104 - Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, abobada do compartimento (10) (foto da autora).....	117
Fig.4.105 - Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, sem cobertura há muito tempo (foto da autora).....	118
Fig. 4.106 – Moura, Igreja de Sta. Maria do Castelo – cobertura (foto da autora).....	118
Fig. 4.107 - Moura, Castelo, Torre Menagem (BMM).....	119
Fig. 4.108 - Planta de Moura – o relevo acusa a localização estratégica do Castelo: transição entre zona bastante “enérgica” a Norte e a suavidade da planície alentejana a Sul (José, Lamas, Plano de Pormenor / Zona de Reconversão do Castelo, Câmara Municipal de Moura, 1995).....	121
Fig. 4.109 - Planta de Moura – Cartograma com a identificação das curvas de nível actuais (José, Lamas, Plano de Pormenor/ Zona de Reconversão do Castelo, Câmara Municipal de Moura, 1995, p. 5.4).....	122
Fig. 4.110 – Moura, Castelo, integração da Torre de Menagem no espaço. (foto da autora).....	123
Fig. 4.111 – Moura, Castelo Torre de Menagem, tecto abobadado (foto da autora).....	123
Fig. 4.112 - Moura, Castelo, Torre de Menagem, alçado nascente Norte (foto da autora).....	124
Fig. 4.113 – <i>Idem</i> , alçado Sul e Poente (foto da autora).....	124
Fig. 4.114 - Moura, Castelo, Torre de Menagem, parede exterior (foto da autora).....	126
Fig. 4.115 - Moura, Castelo, ameias da Torre de Menagem (foto da autora).....	126
Fig. 4.116 - Moura, Torre de Menagem, parede interior (foto da autora).....	127
Fig. 4.117 - Moura, Castelo, Torre de Menagem, escada em caracol (foto da autora).....	127
Fig. 4.118 – Castelo de Moura, único edifício habitacional do espaço intra-muros do castelo designada por “casa medieval” (foto da autora).....	128
Fig. 4.119 – Moura, Bairro do Castelo, casa térrea com uma abertura (foto da autora).....	131
Fig. 4.120 – Moura, Bairro do Castelo de Moura, casas com chaminé de ressalto (BMM).....	131
Fig. 4.121 - Moura, Bairro do Castelo, casa com chaminé de secção rectangular (BMM).....	132
Fig. 4.122 – Moura, Bairro do Castelo, casa com chaminé de secção quadrangular (BMM).....	132
Fig. 4.123 – Moura, Bairro do Castelo, tipologia arquitectónica paralela à rua (BMM).....	134
Fig. 4.124 – Moura, Bairro do Castelo, tipologia arquitectónica perpendicular à rua (BMM).....	135
Fig.4.125 – Moura, Bairro do Castelo casas já desaparecidas (BMM).....	136
Fig. 4.126, Fig. 4.127 e Fig. 4.128 - Casa do Bairro da Mouraria de Moura, de Monsaraz e de Alvito (fotos da autora).....	136
Fig. 4.129, Fig. 4.130 e Fig. 4.131 - Casa do Bairro da Mouraria de Moura, de Baleizão (fotos da autora) e monte alentejano (CMM).....	136
Fig. 4.132 – Moura, Bairro do Castelo casa já desaparecida (BMM)	136
Fig. 4.133 e Fig. 4.134 - Casas na Bairro da Mouraria e de Monsaraz (foto da autora).....	136

Fig. 4.135 - Moura, planta do castelo de 1927 actualizada em 1930, localização da casa "medieval" no espaço intra-muros do Castelo (CMM).....	140
Fig. 4.136 – Moura, levantamento de habitação do Castelo, planta da casa "medieval", 1996 (CMM).....	141
Fig. 4.137 - Moura, Castelo, casa "medieval" no antigamente, visualização de cobertura de duas águas (foto de João da Mouca).....	141
Fig. 4.138 – Moura, Castelo, levantamento de habitação, alçado sul da casa "medieval" de 1996, (CMM).....	142
Fig. 4.139 – Moura, Castelo, levantamento de habitação, alçado poente da casa "medieval" de 1996, (CMM).	142
Fig. 4.140 e Fig. 4.141 – Moura, Castelo, levantamento de habitação, alçado nascente e corte da casa "medieval" de 1996, (CMM).....	143
Fig. 4.142 – Moura, Castelo, levantamento de habitação, alçado Norte da casa "medieval" de 1996, (CMM)..	143
Fig. 4.143 e Fig. 4.144 – Moura, Castelo, Casa "medieval", paredes em taipa (fotos da autora).....	145
Fig. 4.145 e Fig. 4.146 – Moura, Castelo, Casa "medieval", paredes em alvenaria de tijolo (fotos da autora)..	145
Fig. 4.147 – Moura, Castelo, Casa "medieval", parede em alvenaria de pedra irregular (foto da autora).....	146
Fig. 4.148 – Moura, Castelo, Casa "medieval", definição das camadas sucessivas de pintura e cores aplicadas (foto da autora).....	146
Fig. 4.149 – Moura, Castelo, Chaminé da casa "medieval"(foto da autora).....	147
Fig. 4.150 – Moura, Castelo, Torre de Menagem (foto da autora)	153
Fig. 4.151 - Moura, Castelo, Torre de Menagem, estereotomia de juntas bem marcadas, imitação de silharia (foto da autora).....	153
Fig. 4.152, Fig.4.153 - Moura, Castelo, Torre de Menagem, revestimentos aplicados como camadas sacrificiais (fotos da autora).....	154
Fig. 4.154 e Fig. 4.155, - Moura, Castelo, revestimento aplicado na muralha como camada de protectora e decorativa, criação de efeitos de claro escuro através da aplicação de um padrão geométrico regular (fotos da autora).....	155
Fig. 4.156, e 4.157 - Moura, Castelo, restos da antiga fortificação, efeitos de claro-escuro conseguidos pelo contraste entre o revestimento e a alvenaria a descoberto, padrão circular e regular (foto da autora).....	155
Fig. 4.158 - Moura, Castelo, Torre de menagem local de extracção da amostra de revestimento para posteriormente ser analisada no LNEC. (foto da autora)	156
Fig. 4.159 - <i>Idem</i> , Castelo, Torre de menagem extracção da amostra de revestimento. (foto da autora)	156
Fig. 4.160 – Castelo de Moura, muralha, local de extracção da amostra de revestimento para posteriormente ser analisada no LNEC (foto da autora)	156
Fig.4.161 – <i>Idem</i> , muralha, extracção da amostra de revestimento (foto da autora).....	156
Fig. 4.162 e Fig. 4.163 - Moura, Castelo, Torre de Menagem, revestimentos e alvenaria em consecutiva degradação. (fotos da autora).....	158

Fig. 4.164 e Fig.4.165 - Moura, Castelo, revestimentos das muralhas com patologias bem evidentes e em franca evolução (fotos da autora).....	158
Fig. 4.166, fig. 4.167 - Moura, Castelo, Torre do Relógio (fotos da autora).....	160
Fig. 4.168 – <i>Idem</i> , Torre Salúquia (foto da autora).....	160
Fig. 4.169 e Fig. 4.170 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, parede da entrada principal no passado e no momento actual (BMM, foto da autora).....	161
Fig. 4.171 e Fig. 4.172, – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, parede da entrada principal no antigamente e no momento actual (BMM, foto da autora).....	161
Fig. 4.173 e Fig. 174– Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, parede exterior da entrada principal, simulação de silharia (fotos da autora).....	161
Fig. 4.175 e fig. 4.176 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, parede da entrada principal – materiais aplicados no levantamento do paramento (fotos da autora).....	162
Fig. 4.177 e Fig. 4.178 – Moura, Convento de N. Sr. ^a da Assunção do Castelo, parede da entrada principal – medalhões pré-fabricados colocados in situ (fotos da autora).....	163
Fig. 4.179 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção, parede da entrada principal, pormenor da camada fina de revestimento que cobre o medalhão (foto da autora).....	164
Fig. 4.180 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo parede da entrada principal, diferenciação de cores aplicadas nos medalhões (foto da autora).....	164
Fig. 4.181, Fig. 4.182, Fig. 4.183 e Fig. 4.184 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, parede da entrada principal, patologias bem evidentes em franca evolução (fotos da autora).....	165
Fig. 4.185 - Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, enquadramento da parede da entrada principal (foto da autora).....	166
Fig. 4.186 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, revestimento interior da parede principal (foto da autora).....	166
Fig. 4.187 - Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, revestimento (esgrafito) (foto da autora).....	167
Fig. 4.188 – Segovia, Torrèon de Lozoya (Segovia), esgrafitado segoviano (Ignácio Garate Rojas, Arte de la Cal, esgrafitados, 1993, p.159).....	168
Fig. 4.189 – Évora, Ermida de S. Brás, esgrafito –1490 (foto de Helena Mourato).....	169
Fig. 4.190 e Fig. 4.191 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, materiais constituintes da parede – taipa e alvenaria de pedra irregular (fotos da autora).....	170
Fig. 4.192 e Fig. 4.193 - Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, pormenor das camadas constituintes do revestimento interior da parede da entrada principal (fotos da autora).....	172
Fig. 4.194, Fig. 4.195 - Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, visualização do processo de aplicação do desenho no revestimento. (fotos da autora).....	172

Fig. 4.196 e Fig. 4.197 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, visualização de patologias (fotos da autora).....	173
Fig. 4.198 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, compartimento (6) abobadado (revestimento em estudo) e Fig. 4.199 – <i>Idem</i> , Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, abobada com revestimento a simular pedra através de pintura de juntas (fotos da autora).....	174
Fig. 4.200 – Moura, Convento de Nossa Sr. ^a da Assunção do Castelo, revestimento do compartimento (6) possivelmente decorado com pintura de fingido com o intuito de simular blocos imaginários de pedra através da pintura com cor destacante de juntas desses mesmos blocos (foto da autora).....	175
Fig. 4.201 – Moura, Convento de N. Sr. ^a da Assunção do Castelo, revestimento sobre alvenaria de tijolo (foto da autora).....	176
Fig. 4.202 - Convento de N. Sr. ^a da Assunção do Castelo, visualização de algumas patologias (foto da autora).....	177
Fig. 4.203 - Vista de Moura, desenho de Duarte D`Armas – século XVI (A. H. de Oliveira, A Sociedade Medieval Portuguesa, Aspectos da Vida Quotidiana, A Casa, 5ª edição, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1987, p.72)	179
Fig. 4.204 – Moura, planta de 1990 (Câmara Municipal de Moura).....	179
Fig. 4.205 – Moura, Planta do Bairro da Mouraria – década de 90 (Câmara Municipal de Moura).....	181
Fig. 4.206 – Moura, Bairro da Mouraria, Poço Árabe (foto da autora).....	182
Fig. 4.207 - Moura, Bairro da Mouraria casas no antigamente apenas com uma abertura.(foto de João da Mourca).....	184
Fig. 4.208 – <i>Idem</i> , casas actuais com uma abertura (foto da Autora).....	184
Fig. 4.209 - Moura, casa da Mouraria no antigamente com mais de uma abertura (foto de João da Mourca)...	185
Fig. 4.210 - <i>Idem</i> , casas da Mouraria com mais de uma abertura no momento presente (foto da autora).....	185
Fig. 4.211 - Moura, casa do antigamente da 1º Rua da Mouraria (João da Mourca).....	185
Fig. 4.212 - Moura, casas actuais da 1ª Rua da Mouraria (foto da autora).....	185
Fig. 4.213 - Moura, casas da 2ª Rua da Mouraria (foto da autora).....	186
Fig. 4.214 - Moura, casa da Travessa da Mouraria (foto da autora).....	186
Fig. 4.215 - Moura, casa da 2ª Rua da Mouraria. (foto da autora).....	186
Fig. 4.216 - Moura, Bairro da Mouraria, casa do Largo da Mouraria (foto da autora).....	187
Fig. 4.217 - Moura, Bairro da Mouraria, janela de pequenas dimensões (foto da autora).....	187
Fig. 4.218 - Moura, Bairro da Mouraria casa sobradada com chaminé de ressalto (foto da autora).....	188
Fig. 4.219 - Moura, Bairro da Mouraria, casa sobradada com chaminé circular (foto da autora).....	188
Fig. 4.220 - Bairro da Mouraria de Moura, casa térrea com quintal (desenho elaborado pelos alunos da Universidade Lusitana, com a orientação do Sr. Professor Arquitecto Rosado Correia).....	189

Fig. 4.221 e Fig. 4.222 - Bairro da Mouraria de Moura, casas sobradadas (desenhos elaborados pelos alunos da Universidade Lusíada, com a orientação do Sr. Professor Arquitecto Rosado Correia).....	189
Fig. 4.223 e Fig. 4.224 - Bairro da Mouraria de Moura, casas desenvolvidas paralelamente à rua (desenhos elaborados pelos alunos da Universidade Lusíada, com a orientação do Sr. Professor Arquitecto Rosado Correia).....	190
Fig. 4.225 e - Bairro da Mouraria de Moura, casas desenvolvidas perpendicularmente à rua (desenhos elaborados pelos alunos da Universidade Lusíada, com a orientação do Sr. Professor Arquitecto Rosado Correia).....	190
Fig. 4.226 – <i>Idem</i> , Santiago Macias, Moura na Baixa Idade Média, em <i>Arqueologia medieval, nº 2</i> , Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 143).....	190
Fig. 4.227 e Fig. 4.228 - Bairro da Mouraria de Moura, casas desenvolvidas paralelamente perpendicularmente à rua (desenhos elaborados pelos alunos da Universidade Lusíada, com a orientação do Sr. Professor Arquitecto Rosado Correia).....	191
Fig. 4.229 - Moura, Bairro da Mouraria, uso da taipa no edificado (foto da autora).....	195
Fig. 4.230 - Moura, Bairro da Mouraria, uso do tijolo na abertura de vãos (foto da autora).....	196
Fig. 4.231 - Moura, Bairro da Mouraria, casa tradicional apenas com uma abertura. (foto da autora).....	196
Fig. 4.232 – <i>Idem</i> , Integração de novas aberturas na fachada (foto da autora).....	196
Fig. 4.233 - Moura, Bairro da Mouraria, casa com moldura bem evidenciada no paramento (foto da autora).....	197
Fig. 4.234 - Moura, Bairro da Mouraria, casa com porta tradicional de madeira (foto da autora).....	197
Fig. 4.235 - Moura, Bairro da Mouraria, casa com soleira em pedra (foto da autora).....	198
Fig. 4.236 - Moura, Bairro da Mouraria, casa com degrau pintado de vermelho (foto da autora).....	198
Fig. 4.237 - Moura, Bairro da Mouraria, casa com degrau todo caiado (foto da autora).....	198
Fig. 4.238 - Moura, Bairro da Mouraria, casas com o beirado pintado de vermelho.(tinta plástica) (fotos da autora).....	199
Fig. 4.239 - Moura, Bairro da Mouraria, casa com pavimento pintado de vermelho (tinta plástica) (foto da autora).....	199
Fig. 4.240 – Moura, Bairro da Mouraria, calçada da rua. (foto da autora).....	200
Fig. 4.241 – Moura, Bairro da Mouraria, casa com abóbada de berço. (foto da autora).....	200
Fig. 4.242 – Moura, Bairro da Mouraria, casa com forro de madeira (foto da autora).....	201
Fig. 4.243 – Moura, Bairro da Mouraria, casas com forro de caniço (fotos da autora).....	201
Fig. 4.244, Fig. 4.245 - Moura, Bairro da Mouraria, coberturas em telha de canudo (fotos da autora).....	201
Fig. 4.246 - Moura, Bairro da Mouraria, chaminé concretizada em alvenaria de tijolo (foto da autora).....	202
Fig.4.247, Fig. 4.249, Fig.4.251, Moura, Bairro da Mouraria, casas no antigamente, Fig.4.248, Fig.4.250 e Fig. 4.252 - <i>Idem</i> , casas no momento presente (fotos da autora) mantém a traça arquitectónica (fotos da autora).....	203

Fig.4.253, Fig. 4.254 e Fig.4.255 - Moura, Bairro da Mouraria, casas com alteamento de cêrceas (fotos da autora).....	202
Fig.4.256 e Fig. 4.257 – Moura, Bairro da Mouraria, casas com aberturas nada integradas no contexto tradicional (fotos da autora).....	204
Fig.4.258 e Fig. 4.259 – Moura, Bairro da Mouraria, a mesma casa no passado e no presente (foto da Biblioteca Municipal de Moura e foto da autora).....	205
Fig.4.260 – Moura, Bairro da Mouraria, casa com chaminé de ressalto deturpadas (fotos da autora).....	205
Fig.4.261 Fig. 4.262 – Bairro da Mouraria, casas com chaminés modernas completamente descontextualizadas (fotos da autora).....	205
Fig.4.263 – Bairro da Mouraria, aplicação de ferragens nas portas (fotos da autora).....	206
Fig.4.264 – Bairro da Mouraria, casa persianas, porta de alumínio e varandim (fotos da autora).....	206
Fig. 4.265 e Fig.4.266 – Bairro da Mouraria, portas de alumínio e de ferro descontextualizadas (fotos da autora).....	206
Fig.4.267 - Moura, Bairro da Mouraria, casa com molduras de reboco nada contextualizadas (foto da autora).....	207
Fig.4.268 – Moura, Bairro da Mouraria, casa com cantaria em pedra (foto da autora).....	207
Fig.4.269 – Moura, Bairro da Mouraria, casa com soco em pedra (foto da autora).....	207
Fig.4.270, Fig. 4.271 e Fig. 4.272 – Moura, Bairro da Mouraria, casa com soleiras e peitoris descontextualizados (fotos da autora).....	208
Fig. 4.273 – Notícia de Moura, expressa no jornal - A planície de 1989.....	208
Fig. 4.274 – Taipa, processo de montagem de um taipal.....	214
Fig. 4.275 – Taipa, pormenor construtivo de uma parede em taipa.....	215
Fig. 4.276 – Moura, Mouraria, utilização da taipa no levantamento de paramentos (foto da autora).....	219
Fig. 4.277– Adobe, molde em madeira para a execução do adobe (desenho da autora).....	221
Fig. 4.278 à Fig. 288 – Processo de fabrico tradicional de tijolo maciço.....	224-226
Fig. 4.289 e Fig. 4.290- Moura, processo de construção de uma abóbada (fotos da autora).....	227
Fig. 4.291 - Moura, processo de execução da abobadilha (foto da autora).....	228
Fig. 4.292 - <i>Idem</i> , processo de execução da abobada (foto da autora).....	228
Fig. 4.293 e Fig. 4.294 – Moura, Mouraria, conjugação de abobadas (desenho elaborado pelos alunos da Universidade Lusíada, sob orientação do Sr. Professor Arquitecto Rosado Correia).....	230
Fig. 4.295 – Moura, Bairro da Mouraria, abobada (foto da autora).....	230
Fig. 4.296 e Fig. 4.297 – Moura, Casas com chaminé de ressalto.....	231
Fig. 4.298 – Moura, Mouraria, definição da construção da chaminé de ressalto (desenhos dos alunos da Univ. "Lusíada" pela orientação do Sr. Professor Arquitecto Rosado Correia.....	232
Fig. 4.299 e Fig. 4.300 –Moura, Mouraria, casas com chaminé prismática sobre o telhado.....	232

Fig. 4.301 – Moura, Mouraria definição da construção da chaminé prismática sobre o telhado (desenhos dos alunos da Univ. “Lusiada” pela orientação do Sr. Professor Arquitecto Rosado Correia).....	232
Fig. 4.302, Fig. 4.303 e Fig. 4.304 – Moura, Mouraria, casas com chaminés cilíndricas.....	233
Fig. 4.305 – Moura, Mouraria, definição da construção da chaminé cilíndrica sobre o telhado (desenhos dos alunos da Univ. “Lusiada” sob orientação do Sr. Professor Arquitecto Rosado Correia).....	233
Fig. 4.306 – Moura, Mouraria, processos de aplicação da tijoleira em pavimentos (desenhos elaborados pelos alunos da Universidade Lusiada, sob orientação do Sr. Professor Arquitecto Rosado Correia).....	234
Fig. 4.307 – Moura, Mouraria, processo de aplicação da telha.....	236
Fig. 4.308 – Moura, Mouraria, uso da telha de canudo nos telhados.....	236
Fig. 4.309 - Moura, Mouraria, uso da telha de canudo no capelo das chaminés de ressaltos.....	236
Fig. 4.310 - Moura, Mouraria, tijolo em estado de degradação avançado.....	237
Fig. 4.311 – Concelho de Moura, localização dos fornos de cal.....	251
Fig. 4.312 e Fig. 4.313 – Forno de cal branca e cal preta em extinção na área limítrofe de Moura e no Carrascal (fotos da autora).....	251
Fig. 4.314, Fig. 4.315 e Fig. 4.316 – Fornos de cal branca em funcionamento na área limítrofe de Moura (fotos da autora).....	252
Fig. 4.317 – Moura, Forno de cal branca de Margaçal, corte, (desenho da autora).....	255
Fig. 4.318 – Moura, forno de cal branca em Margaçal (foto da autora).....	256
Fig. 4.319 à 4.333 – Processo de produção de cal branca.....	256-260
Fig. 4.334 à Fig. 4.342 – Processo de hidratação da cal viva.....	263
Fig. 4.343 e Fig. 4.344 – Moura, caiação de uma das casas da 1ª Rua da Mouraria (fotos da autora).....	268
Fig. 4.345 – Moura, casa da 1ª Rua da Mouraria (foto da autora).....	269
Fig. 4.346, Fig. 4.347 e Fig. 4.348 – Mouraria de Moura, criação de texturas pelas caiações sucessivas dos paramentos (fotos da autora).....	269
Fig. 4.349 à Fig. 4.362 – Processo de execução do pincel de palma (fotos da autora)	270-272
Fig. 4.363 – Moura, Bairro da Mouraia, colocação do pincel na cana (foto da autora).....	272
Fig. 4.364 – Mouraria de Moura, presença de patologia evidente no paramento – decaimento das camadas de revestimento (foto da autora).....	275
Fig. 4.365 – Mouraria de Moura, aplicação da madeira na concretização de portas (foto da autora).....	277
Fig. 4.366 – Moura, bairro da Mouraria, forro de caniço (foto da autora).....	279
Fig. 4.367 – Processo de execução do forro de caniço(Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Arquitectura tradicional Portuguesa, 2ª edição, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1994, p.163).....	280
Fig. 4.368 – Moura, Mouraria, colocação de isolamento entre a cobertura e o caniço (foto da autora).....	281
Fig. 4.369 – Processo de colocação do caniço	282
Fig. 4.370 – Mouraria de Moura, casa em estado evolutivo de degradação (foto da autora).....	283

Fig. 4.371, Fig. 4.372 e Fig. 4.373 – Moura, Bairro da Mouraria, intervenção numa das casas (foto da autora).....	285
Fig. 4.374 , Fig.4.376, Fig. 4.377 e Fig. 4.378 – Mouraria de Moura, revestimento com patologias no interior e exterior do edificado (fotos da autora)	289
Fig. 4.379 – Moura, Mouraria, aplicação de revestimento (moderno) deturpa a imagem tradicional (foto da autora).....	292
Fig. 4.380, Fig. 4.381, Fig. 4.382 e Fig. 4.383 – Mouraria de Moura, presença pontual de cor amarela nas fachadas de algumas casas (fotos da autora)	293
Fig. 4.384 – Moura, casa pintada com o processo tradicional de pintura (foto da autora).....	297
Fig. 4.385 - Moura, Bairro da Mouraria, casa pintada com o processo tradicional de pintura (fotos da autora)....	297
Fig. 4.386 – Mouraria de Moura, casa com beirado pintado de vermelho (foto da autora).....	298
Fig. 4.387, Fig. 4.388, Fig. 4.389 e Fig. 4.390 – Moura, presença de cor amarela na Igreja de S. João Baptista, Torre do Relógio, Bica de Stª Comba e edifício habitacional (fotos da autora)	298
Fig. 4.391 – Monte alentejano perto de Moura (foto da autora)	299
Fig. 4.392 – Moura, bairro da Mouraria aplicação de cores descontextualizadas (foto de Carolina Fialho).....	301
Fig. 4.393 – <i>Idem</i> , vestígios de cor rosa sob a camada de cal (foto da autora).....	301
Fig. 4.394 – Notícia do Jornal de Moura – “A Planície” de 01/06/1984.....	301
Fig. 4.395 - Notícia do Jornal de Moura – “A Planície” de 01/05/1987.....	302
Fig. 4.396 - Notícia do Jornal de Moura – “A Planície” de 15/01/1988.....	302
Fig. 4.397 e Fig. 4.398 – Moura, Bairro da Mouraria, presença de cor amarela em paredes ocre nos interiores de algumas casas (fotos da autora)	304
Fig. 4.399 – Moura, Bairro da Mouraria, aplicação de tintas plásticas na pintura de interiores em algumas casas (foto da autora).....	305
Fig. 4.400 e Fig. 4.401 – Extração de terra ocre na herdade “Pinta Baris” (fotos da autora).....	305
Fig. 4.402 – Carta cartográfica da herdade “Pinta Barris”, perto de Moura (Instituto Geológico Mineiro de Beja).....	307
Fig. 4.403 - Carta cartográfica da herdade “Pinta Barris”, perto de Moura (Instituto Geológico Mineiro de Beja).....	308
Fig. 4.404 , Fig. 4.4.05, Fig. 4.406, Fig. 4.497 e Fig. 4.408 – Moura, Bairro da Mouraria, preparação da tinta para a pintura a cal (fotos da aura).....	313

CONTRIBUTO PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DE MOURA

Índice de figuras

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I - Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro História de Moura-
Capítulo III - Disposições Específicas Áreas Homogéneas III. 1. Mouraria.

ANEXO II - Plano de Pormenor - O Programa e Descrição da Proposta / Programa a
funcionar no Castelo.

ANEXO III - Notícias do Jornal de Moura – A Planície.

ANEXO IV - Inquérito realizado à população do Bairro da Mouraria.

ANEXO V - Fontes Manuscritas- Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Dicionário
Geográfico, Vol. 25, masso 234, s.d..

ANEXO VI - Caracterização Mineralógica e microestrutural de amostras dos
revestimentos da Torre de Menagem e Muralha do Castelo de Moura realizada pelo
Núcleo de Química do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

ANEXO VII - Consultas efectuadas na Direcção Regional de Edifícios e Monumentos
Nacionais de Évora.

ANEXO VIII – Posturas Regulamentares de Moura

ANEXO IX – Regulamento Concelho “Moura Branca” / Câmara Municipal de Moura.

ANEXO X – Projecto de Regulamento Municipal das Edificações Urbanas – Câmara
Municipal de Moura, em Diário da República - II Série, nº 283, 07-12-1996.

1 - INTRODUÇÃO

Olhar de perto o património, compreender o seu significado e a sua amplitude na sociedade actual é uma necessidade e para muitos uma questão primordial dos nossos dias.

Entender a verdadeira importância do património de modo a que seja preservado, implica olhar para ele com olhos de ver, apesar de não ser fácil. E, para podermos vê-lo, é premente conhecê-lo adequadamente, para posteriormente actuarmos com coerência, de modo a que não perca os seus principais valores.

«Não se pode defender um património que não se conhece nem se compreende !»¹.

A seguinte dissertação é um contributo para a conservação do património urbano, nomeadamente da cidade de Moura, através da análise do espaço Intra-Muros do Castelo e do Bairro da Mouraria, dois núcleos de relevante valor histórico, cultural e arquitectónico, tomados como casos de estudo.

O primeiro espaço é caracterizado por estar relativamente “isolado” da restante malha urbana da cidade, ser detentor de algum edificado em avançado estado de degradação e de lhe não ser atribuída qualquer utilidade funcional. O segundo, embora seja um bairro habitacional, apresenta importantes deturpações tipológicas, que põem em causa a imagem tradicional que o caracteriza.

Ao olhar para a realidade destes dois núcleos históricos, sente-se a necessidade de conhecer melhor a sua riqueza arquitectónica ainda presente, de modo a evidenciar a existência de determinados valores, que a todo o custo devem ser defendidos, assim como determinar os principais problemas requeridos pela sua conservação.

Pretende-se com este trabalho analisar o património em questão, com o intuito de realçar a urgência de mudar a forma, como ele é visto e tratado, incentivando futuras alternativas de actuação.

A este propósito é essencial o conhecimento sobre o significado de património, o contexto evolutivo inerente à salvaguarda, conservação e reabilitação de áreas urbanas históricas não só para a ampliação e preparação disciplinar da formação, como também para melhor se entender a integração das iniciativas relativas aos núcleos históricos em estudo.

A noção de património e a teoria da conservação sofreram alterações ao longo do tempo. Outrora a conservação do património baseava-se na tentativa de prolongar o tempo de vida de monumentos isolados, pelo seu valor histórico, artístico e cultural. Presentemente o conceito de património é mais amplo, não inclui apenas a “obra de arte”, o monumento clássico, mas também o lugar e o ambiente, a cidade histórica e a cidade consolidada, a paisagem humanizada e o ambiente rural. É também considerado património intangível tudo o que é testemunho de cultura, saberes, mentalidades, etc.

¹ Virgolino Ferreira Jorge, Conservação do Património e Política Cultural Portuguesa, em *Anais da Universidade de Évora*, nº 3, Évora, 1993, p. 29.

É importante acrescentar que a conservação da cidade histórica constitui um processo recente no nosso país, pois durante décadas não se acompanhou o progresso de alguns países europeus onde se deu maior importância à cultura das cidades.

Conservar adequadamente um edifício ou uma cidade histórica não é tarefa fácil. É necessário sem dúvida ter sensibilidade para actuar, mas não é o suficiente : importa também conhecer a panóplia de princípios e metodologias inerentes a esse mesmo processo de conservação.

A importância de entender a definição dos princípios e metodologias disponíveis assume-se como um tema essencial neste trabalho, por permitir o entendimento das dificuldades próprias de uma adequada conservação.

Estudar o percurso histórico, e a evolução urbana dos dois núcleos já referidos é fundamental para se perceber as presenças “relevantes” criadas ao longo dos tempos, ao sabor das vontades e ideologias. Esta análise poder-nos-á também dar luz para um melhor entendimento das imagens que os mesmos ainda representam.

É essencial entender o impacto dos dois núcleos históricos através de uma análise morfo-tipológica e da imagem urbana destes, para reconhecer a importância da definição dos seus valores físicos e arquitectónicos e da expressão dos materiais de construção que formalizaram a sua arquitectura.

Neste contexto importa avaliar o impacto que a construção antiga tem no momento presente. O estudo do Espaço Intra-Muros do Castelo baseia-se numa análise do edificado religioso e militar através da leitura e descrição arquitectónica, do levantamento dos materiais e processos construtivos. Inerente a este estudo outra temática se realça, a do levantamento dos revestimentos e acabamentos de alguns edifícios, com o intuito de analisar a sua originalidade, o seu estado actual, para posteriormente se concluir se será justificada ou não a conservação ou renovação desse edificado.

Ainda a propósito desse núcleo histórico é pertinente concretizar-se um estudo tipológico do edificado habitacional que outrora existiu e do que ainda dele resta, com o propósito de salientar a sua respectiva importância como testemunho de presença habitacional no espaço. Para além deste objectivo, esta abordagem poderá contribuir também, para se compreender a semelhança tipológica entre o edificado supracitado, o do Bairro da Mouraria, e o da arquitectura popular alentejana.

No que se refere ao Bairro da Mouraria, é importante de igual modo, analisar as tipologias dos edifícios, concretizar um levantamento dos materiais e processos construtivos aplicados no edificado, com a finalidade de se entender a actual imagem deste bairro e o seu estado de conservação.

Em ambos os casos é do mesmo modo pertinente abordar o estudo dos materiais e processos construtivos tradicionais e suas patologias, para melhor esclarecimento das possibilidades de intervenção no seu edificado.

CONTRIBUTO PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DE MOURA

1. Introdução

Igualmente é oportuno realizar um levantamento e caracterização dos revestimentos e acabamentos do edificado do Bairro da Mouraria não só para compreender os seus problemas, mas também para apreciar as atitudes da população face à aplicação de materiais modernos.

No que se refere ao estudo da imagem urbana realça-se a necessidade de se investigarem as cores anteriormente aplicadas no edificado da Mouraria e os processos técnicos nele utilizados.

CONTRIBUTO PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DE MOURA

1. Introdução

2. O SIGNIFICADO DE PATRIMÓNIO. A SUA POSSÍVEL SALVAGUARDA (conservação e reabilitação urbana / Integração dos casos de estudo).

Património num sentido lato, significa a herança paterna deixada de geração para geração, traduzida por testemunhos oferecidos pela geração anterior à seguinte, riqueza deixada de família para família, imbuída de um espírito de tradição.

A noção de património, em épocas remotas, não estava ligada ao conceito de cultura de um povo, conceito este, aliás muito recente. Apesar de não ser fácil localizar com rigor no tempo, relativamente à noção de património cultural, surgiram referências que nos levam a aceitar, que em meados do século XIX, se criou essa nova consciência, por necessidades urgentes de salvaguardar o património perdido, não só pela acção devastadora das intempéries, como do próprio homem¹. Tal consciência permanece ainda como uma necessidade no momento presente e, se não for controlada atempadamente, poderá provocar uma catástrofe naquilo que representa a identidade cultural de um povo.

Segundo a Lei do Património Cultural Português, o património é «(...) constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo»².

Não podemos, contudo, deixar de referir que alterações ao longo do tempo influenciam também em muito a noção de património, pois criam-se novas formas de percepção, de avaliação estética e cultural de determinado bem imóvel.

É necessário definir que no contexto do património cultural, houve a necessidade, não só de se salvaguardar o património arquitectónico construído, proceder ao alargamento do seu próprio significado, incluir-se no seu âmbito não apenas o monumento histórico, como também núcleos urbanos de interesse equivalente, designados por cidade histórica ou "Património Urbano"³.

Neste sentido torna-se essencial estudar hoje em dia, em primeiro lugar, a evolução do conceito de monumento, assim como da sua conservação, tema sempre presente ao longo dos tempos, correspondendo às visões distintas das sociedades em mutações contínuas.

Assim, em épocas remotas, «Por monumento entendiam-se apenas as criações que assumiam um valor rememorativo de um evento, de uma personagem ou de uma data. A conservação desses monumentos era, em con-

¹ Jorge Custódio, Salvaguarda do Património - Antecedentes Históricos, em *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, sec. IPPAR, 1993, p. 38.

² Luís Aires-Barros, As Grandes Questões do Património Cultural Construído, em *Gestão e Tutela do Património*, Cadernos S.P.P.C., nº 2, Évora, SPPC, 1996, p. 8. Artigo 1 da Lei 13/85 de 6 de Julho.

³ Ver este assunto também no capítulo 3. na alínea 3.1. A diferenciação terminológica na salvaguarda do património histórico construído, deste trabalho.

sequência, algo que decorria apenas e tão só enquanto se mantinham vivos os valores rememoração que estavam na génese desse significado»⁴.

No entanto, o conceito de monumento é alargado aquando do aparecimento das teorias de Alois Riegl.

«Na teoria de Riegl entende-se por Valores Memoriais dos monumentos, além dos valores ligados à memória de factos históricos específicos, implícitos na própria noção de monumento, todos os valores referentes à própria história, ou específicos da história de arte. Nesta categoria Riegl inclui também o valor de antiguidade ou de ancianidade (Alterswert), um valor que não resulta de interpretações artísticas ou históricas mas adquirido pela sobrevivência de um objecto à passagem do tempo, resultando marcas dessa passagem, transformando esse sobrevivente num testemunho e atribuindo-lhe as conseqüentes mais valias. Este novo conceito será fulcral na ampliação do universo dos bens a que se aplicará, ainda hoje, a noção de valor patrimonial. Riegl entendeu por Valores Contemporâneos dos monumentos: os (i) valores artísticos relativos, referentes a uma sensibilidade contemporânea; e o (ii) valor de novo, valor que a sociedade sempre atribuiu a uma aparência fresca, de recém-acabado, no apreço ou preferência da coisa nova sobre a coisa velha; o (iii) valor de uso, tomado sobretudo como critério de distinção entre monumento histórico e as ruínas, as quais não possuem valor de uso mas apenas valor memorial e histórico.»⁵.

Ao longo dos tempos, houve sempre a necessidade de se preservar o património edificado, quer pelo seu valor histórico, quer por ser utilitariamente necessário para uso da comunidade.

Na Antiguidade Clássica destacaram-se personalidades que se evidenciaram na área da conservação, defendendo-se que era importante preservar não só determinados edifícios, como até as ruínas⁶.

No entanto até ao fim do Período Medieval, surgiram inúmeros conflitos sociais, responsáveis pela reduzida actividade coeva no âmbito da conservação, havendo, essencialmente, importantes fenómenos de reutilização de monumentos, sobretudo para fins militares e religiosos. Tais acções baseavam-se no reaproveitamento do edifício, por vezes com alterações construtivas, mas sem a intenção de lhe alterar a estrutura inicial⁷.

No Renascimento, as intervenções sobre o património são efectuadas segundo uma óptica diferente da Época Medieval. Assim, em Itália surgem atitudes mais objectivas em relação aos problemas da conservação, e sobretudo dos exemplos da Antiguidade Clássica, alargando-se esta intenção aos vários países da Europa⁸.

A partir desta motivação positiva, surgiram não só, as primeiras medidas regulamentares em relação à preserva-

⁴ Citação transcrita, de Fernando Henriques, As Utilizações do Património, em *Que utilizações para o Património Construído?*, Cadernos SPPC, nº3, Dezembro, Évora, SPPC, 1996, p. 3.

⁵ José Aguiar, A Conservação da Identidade do Património Urbano e o Lugar às Novas Arquitecturas, em *URBE*, Vila Real, 1999, p. 17. Ver também Françoise Choay, *L'Allegorie du Patrimoine*, Paris, Ed. du Seuil, 1996, pp. 124-127.

⁶ Fernando Henriques, *A Conservação do Património Histórico Edificado*, Memória nº 775, LNEC, Lisboa, 1991, p. 5.

⁷ J. Aguiar; A. Cabrita; J. Apletton, *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*, vol. 1, LNEC/DGOT, Lisboa, LNEC, 1997, p. 5.

⁸ F. Henriques, *ob. cit.*, (1991) p. 5.

ção dos monumentos, como as primeiras atitudes “científicas” de restauro ⁹.

Este período evidenciou-se, pela componente teórica criada, e ainda no domínio prático, onde se destacou o processo de reutilização, a partir de levantamentos “reconstitutivos” das arquitecturas anteriores. No entanto, neste tipo de acções, o poder imaginativo predominava, inserindo-se estruturas actuais na estrutura antiga, com a preocupação de obter uma nova unidade espacial. A integração de arquitecturas de vários períodos no mesmo edifício, ou no mesmo troço de cidade eram práticas constantes na época ¹⁰.

Ao longo do século XIX, manifesta-se, uma maior preocupação com o património. Surgiu então a consciencialização da irreversibilidade do tempo e da distância cultural em relação ao passado, ampliou-se, extraordinariamente o próprio conceito de património arquitectónico, englobando a herança da Idade Média, assim como o contributo de alguns monumentos “modernos”.

Segundo esta linha de pensamento surgiram na Europa várias atitudes quanto ao acto de conservar, por vezes opostas, aplicadas à conservação e restauro do edificado.

Realçou-se em parte o benefício de se seleccionarem os monumentos de interesse histórico, que ao serem submetidos a uma intervenção privilegiada, que podia ser lesiva, prejudicando a autenticidade e a própria imagem do edifício. Em contrapartida, o restante património de interesse corrente era esquecido na verdadeira acção da conservação, sendo alterado e reutilizado, talvez de forma pouco correcta, com fins e objectivos económico - sociais.

Outro aspecto que não podemos deixar de referir neste século, foram as polémicas sobre a metodologia de intervenção no património construído. Assistimos à oposição entre a perspectiva de defesa do restauro integral numa procura de reencontro da imagem arquitectónica perdida ao longo dos tempos e por outro lado à defesa acérrima da não intervenção, de modo a evitar uma falsa recriação de estilos arquitectónicos perdidos.

Viollet-le-Duc (1814-1879) arquitecto restaurador, desenhador exímio, histórico observador, alertou para o novo pensar a arquitectura, visando principalmente o purismo arquitectural e defendendo que a tarefa do restaurador consistia em restabelecer no edifício a unidade de estilo, tal como se tinha originalmente idealizado e construído.

Para Viollet le Duc é «(...) fundamental a unidade de estilo, tomando a iniciativa de juntar ou suprimir elementos que o pusessem em causa, dando primazia ao restauro estilístico face à verdade histórica: “restaurar um edifício não é conservá-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num momento dado”, segundo as suas próprias palavras. Porém, não deixa de considerar que um edifício é um testemunho histórico, reflexo de uma época, e reconhece a importância da investigação dos componentes do edifício, relevando-lhes as diversas partes»¹¹.

⁹ J. Aguiar; A. Cabrita; J. Apletton, ob. cit., (1997) pp. 5-6.

¹⁰ *Idem*, pp. 5-6.

¹¹ M. Antónia Conde, Claustro do Convento de São Francisco de Évora : Conservar, Restaurar ou Renovar, em 2º ENCORE - Encontro sobre Conservação

Perante os princípios defendidos por Viollet-le-Duc, surgiu uma corrente designada por “Restauro Romântico”: «(...) caracterizava-se pela ênfase dada aos valores estéticos, traduzida em reconstruções totais ou parciais dos edifícios de acordo com o que se entendia ser a ideia original ou a correspondente ao período considerado mais relevante. Esta abordagem conduzia à criação de edifícios que, na realidade, podiam nunca ter existido sob aquela forma – o desenho ideal, de acordo com os padrões da época -, e à destruição, num dado edifício, das contribuições de outras épocas que colidissem com a pureza do estilo julgado mais relevante. As intervenções de conservação davam, assim, origem a edifícios “novos” ou a edifícios cristalizados num dado período histórico. Os nomes mais famosos desta corrente foram Sir George Gilbert em Inglaterra e Eugène Viollet-le-Duc em França.»¹².

Apesar de se encontrar envolvida num mundo de críticas, a atitude de Viollet-Le-Duc não deixou de ser considerada, pois introduziu uma metodologia própria na arte do restauro.

Françoise Choay refere sobre a teoria de Viollet-le-duc o seguinte: «Depuis près d'un siècle, la contribution de Viollet-le-Duc est généralement réduite à une définition célèbre de son Dictionnaire: “ Restaurer un édifice, c'est le rétablir dans un état complet qui peut n'avoir jamais existé à un moment donné”, et à une conception «idéale» des monuments historiques, qui fondent dans la pratique un interventionnisme militant dont il est devenu convenable de rituellement dénoncer l'arbitraire (...)»¹³.

Posição oposta a Viollet le Duc era defendida, pelo crítico inglês John Ruskin (1819 – 1900), o qual considerava que o prolongamento da existência de um edifício é que era o importante, tendo assim criado um novo movimento ideológico, vulgarmente designado por “Movimento Anti-Restauro”¹⁴. Este movimento realçava, «(...) a impossibilidade de reproduzir um determinado objecto, mantendo o seu significado, num contexto histórico-cultural diverso do original, dando origem a uma longa campanha contra qualquer tipo de intervenções em edifícios históricos»¹⁵.

Em alternativa ao restauro estilístico, John Ruskin propõe a conservação integral do património construído, defendendo que o importante é preservar o monumento tal como ele se encontra, sem lhe adicionar nem retirar nada. Considerava ainda essencial a consolidação e a valorização das ruínas e vestígios, dedicando especial importância aos que pertenciam à Idade Média.¹⁶

Ruskin também se destacou por ser considerado como um elemento pioneiro na defesa da preservação integral das cidades históricas europeias. Tal postura surge, pelo facto de ser contra a acção devastadora da Revolução Industrial, manifestando-se um acérrimo defensor da preservação do *habitat* e da arquitectura doméstica.

e *Reabilitação de Edifícios*, Comunicações, Vol. I., LNEC, Lisboa, 1994, p. 410.

¹² F. Henriques, *ob. cit.*, (1991) p. 6. (tradução livre).

¹³ Françoise Choay, *L'Allégorie du Patrimoine*, Éditions du Seuil, Paris, 1996, p.116.

¹⁴ F. Henriques, *ob. cit.*, (1991) p. 6.

¹⁵ *Idem*, p.6.

¹⁶ M. Antónia Conde, *ob. cit.*, (1994) p. 410.

Segundo José Aguiar, para Ruskin são de facto «(...) as arquitecturas domésticas e anónimas que ao longo de inúmeras gerações construíram os tecidos urbanos históricos, constituindo assim repositórios das ligações “memoriais” com as gerações precedentes com as quais Ruskin defende a manutenção de estreitas ligações culturais e de identificação»¹⁷.

Pelas teorias defendidas, Ruskin manifesta-se contra toda a acção devastadora e deturpada do património construído¹⁸.

William Morris foi o fundador em 1878 da *Society for the Protection of Ancient Monuments*. A sua contribuição tornou-se imprescindível para o conhecimento e formação em técnicas de recuperação do património cultural¹⁹.

Como refere Françoise Choay, «De son côté, Ruskin, suivi par Morris, défend un anti-interventionnisme radical, jusqu' alors sans exemple, et qui est la conséquence de sa conception du monument historique. Le travail des générations passées confère aux édifices qu'elles nous ont laissés un caractère sacré. Les marques que le temps a imprimées sur eux font partie de leur essence»²⁰.

Num contexto intermédio surge Camilo Boito (1836-1914) que defendia uma atitude mais moderada e concisa, respeitando as heranças históricas, baseadas na conservação dos vários estilos arquitectónicos, incluindo até os contemporâneos²¹.

Boito aplicava diversas metodologias consoante o estado de conservação do edifício em estudo. Pretendia sempre consolidar os elementos marcantes de cada edifício, explicando o seu interesse patrimonial, defendendo a manutenção de materiais originais. Considerava que também se deviam preservar as ruínas, através de técnicas de conservação ou eventualmente de reconstrução em casos irreversíveis, recorrendo, em determinadas situações, à aplicação de tecnologias modernas camufladas na obra final. Torna-se importante realçar que, no entanto, Camilo Boito aconselhava que, a conservação dos edifícios deveria ser uma acção cuidada, no sentido de se restabelecer a unidade de estilos arquitectónicos, defendendo a preservação da imagem histórica do edifício, condenando as reconstituições traduzidas em deturpação da imagem do próprio edifício²².

Boito foi responsável pela “Carta Italiana sobre Conservação” de 1883, procurando estabelecer princípios definidores das teorias do restauro²³.

¹⁷ José Aguiar, Da Conservação do Património Urbano – A Invenção da Noção de Património Urbano, em *1ª sebenta do Mestrado em Conservação do Património Arquitectónico e Paisagístico da Universidades de Évora*, 1995, p. 2.

¹⁸ «Torna-se necessária mais uma nota antes de terminar esta exposição acerca das obras arquitectónicas dos engenheiros Ruskin, Morris e seus seguidores odiavam a máquina e consequentemente odiavam a nova arquitectura de aço e vidro, a qual, segundo Ruskin, está « para sempre separada de todas as coisas boas e grandes por um abismo do qual nem uma só polegada poderá ser franqueada por todas as pontes tubulares nem pela engenharia de dez mil séculos XIX amassados num único grande século.

As razões deste frenético desprezo de Ruskin eram de natureza essencialmente estética, e as de Morris eram inteiramente sociais.» Nikolaus Pevsner, *Os Pioneiros do Desenho Moderno - A Engenharia e a Arquitectura do século XIX*, Editora Ulisseia, Lisboa, s.d., pp. 124-125.

¹⁹ J. Custódio, *ob. cit.*, (1993), pp. 16-17.

²⁰ Citação transcrita, de F. Choay, *ob. cit.*, (1996) p.114.

²¹ Sobre o assunto, cf. M. Antónia Conde, *ob.cit.*, (1994) p. 410.

²² *Idem*, p. 411.

²³ Referido por F. Henriques, *ob. cit.*, (1991) p. 6.

Paralelamente às ideias atrás referidas, surge o conceito de “cidade histórica”. Camillo Sitte considerava que, com a Revolução Industrial era necessário, colocarem-se várias interrogações sobre o futuro da cidade histórica. Qual a situação actual e futura das cidades históricas? E será que, neste período de tão grande desenvolvimento tecnológico se conseguirá criar uma beleza estética própria? Considerava que as antigas cidades históricas pertenciam ao passado, e eram incapazes de responder às necessidades de uma sociedade imbuída de um espírito industrial, habituada a usos vivênciais modernos cativantes ²⁴.

Neste contexto surge no início do século XIX Giovanni, que se destacou nitidamente nesse período e no presente século, por defender princípios diferentes dos de Camillo Sitte. Foi o responsável pela redacção da Carta Italiana del Restauro (1931). Evidenciou-se grandemente na questão do património urbano, opinando que nos planos de urbanismo de escala regional se deviam integrar os estudos urbanísticos sobre os centros e cidades históricas ²⁵.

Segundo Françoise Choay, «*Giovanni n'est pas seulement un architecte et un restaurateur, disciple et continuateur de Boito, il n'est pas seulement un historien de l'art dont Rome fut un des objets d'étude favoris, mais comme Boito il est aussi ingénieur et, à la différence de ce dernier, urbaniste*» ²⁶.

Contrariamente às teorias defendidas na época, Giovanni evidenciou-se por ser detentor de ideias pioneiras relativamente à sustentação teórica do conceito «património urbano» ²⁷.

José Aguiar refere o seguinte sobre esta personalidade: «*Antevendo o curso de desintegração para o qual tendiam as cidades tradicionais, Giovanni propôs novas viabilidades para as cidades históricas baseadas em novos valores para o seu uso enquanto lugares de utilização diversificada, sedentária e convival. Lugares especialmente capacitados para o restabelecimento das actividades de proximidade e de encontro humano (sempre cumpridas pela cidade antiga), para as quais os C.H. continuam vocacionados pela modicidade da sua escala, pela heterogeneidade, complexidade, qualidade e riqueza morfológica dos seus tecidos. Vistos assim os Centros Históricos tornavam-se não só compatíveis como complementares com um novo urbanismo, enquanto universos adequados ao exercício da vida quotidiana, no quadro de uma nova teia de organização territorial que sublima a mobilidade*»²⁸.

Para além da necessidade de se conservarem os centros históricos, Giovanni realçava que estes não deveriam estagnar ou serem considerados como museus intocáveis, mas pelo contrário deveriam integrar-se no espaço do quotidiano, atribuindo-lhes valores de uso²⁹.

²⁴ José Aguiar, *ob. cit.*, Universidade de Évora, 1994, pp. 2-3.

²⁵ Veja-se sobre o assunto, *Idem*, p. 3.

²⁶ F. Choay, *ob. cit.*, (1996) p. 148.

²⁷ José Aguiar, Guimarães: (Re)habitação e Conservação do Património Urbano – Questões referentes à teoria e ao método na conservação do património Urbano, em AAP, *Encontros Habitação, Re - Habitar Centros Antigos*, Guimarães, 1998, p. 2.

²⁸ *Idem*, p. 2.

²⁹ As suas teorias tinham como objectivo criar condições para as reapropriações dos espaços históricos, e defendiam a « (...) renúncia de uma vocação de centralidade única no contexto territorial, ou no mínimo a sua inclusão num sistema polinuclear; compatibilidade dos usos atribuídos com as características

José Aguiar, sobre o processo de conservação da cidade histórica refere o seguinte: «*Na concepção da cidade histórica como um organismo estético a conservar lançavam-se os fundamentos de uma teoria de conservação do património urbano que se sustentava em três grandes princípios:*

- *a integração do microplaneamento dos C.H., nas diversas escalas do planeamento, garantindo as relações e um valor de uso sempre actualizado para o património urbano;*
- *a manutenção da identidade específica que define o “ambiente” dos núcleos urbanos históricos – espírito histórico dos lugares, materializado em específicas configurações espaciais (Choay, 1992, p.155)-, recusando os desventramentos higienistas e o “mise en valeur” do monumento individual (aceites e defendidos por Le Corbusier na Carta de Atenas), partindo do princípio do íntimo relacionamento e mútua justificação entre monumento histórico e a “architectura povera” da cidade histórica;*
- *a preservação extensiva dos conjuntos edificados antigos com métodos, atenção e cuidados de execução similares aos dispensados aos “monumentos classificados”, respeitando a escala e a morfologia da cidade histórica, salvaguardando as relações originais entre tipologia fundiária e o sistema de espaços públicos (vias, ruas, largos, praças, etc) e aceitando a introdução de novos projectos quando estes se integrassem nessa disciplina e estes se justificassem para preenchimento de hiatos»³⁰.*

Antes de referir o processo evolutivo do mundo da conservação do património histórico edificado na Europa a partir do século XX, torna-se necessário perceber como se contextualizou a salvaguarda do património português no século XIX.

O conceito de património cultural no nosso país foi, ao longo de extensas décadas, alvo de estudo e até de acasas discussões entre personagens que se destacaram na nossa história, que conseguiram transmitir as suas preocupações no que concerne a salvaguarda do património que nos resta.

Esta questão aparece, no entanto, no seio da mentalidade da população, pouco preocupada com o vandalismo que nasceu e cresceu aquando da Revolução Liberal (1832-34) ³¹.

Segundo o Decreto - Lei de 28 de Maio de 1834, em todo o Reino de Portugal, Algarve, Ilhas Adjacentes e Domínios Portugueses, foram extintos todos os Conventos, Colégios, Mosteiros, Hospícios e Casas de Religiosas. Perante tal situação catastrófica o Estado não estava preparado para proteger e valorizar o fabuloso património

da sua morfologia e parcelamento; toda a supressão de edificações ou construções “parasitas” ou a introdução de novas construções deve respeitar a tipologia parcelária e os condicionamentos da morfologia existente.» Transcrição de José Aguiar, *ob. cit.*, (1994), p.4.

³⁰ José, Aguiar, *ob. cit.*, (1998) pp. 2-3.

³¹ «A Revolução Liberal, a Guerra civil (1832-34), a demolição do absolutismo destruíram muitos dos símbolos do Antigo Regime. Consequências culturais fizeram-se desde logo sentir como reflexo de profundas alterações sociais. A nova sociedade resultava de rupturas profundas nas instituições e, mais do que isso, da necessidade de encontrar estruturas culturais correspondentes aos novos interesses e anseios da colectividade. Desse conjunto de problemas sobressaía em segundo plano a questão dos bens patrimoniais de valor histórico, artístico, literário e científico, que constituíam a presença da sociedade “demolida”.» J. Custódio, *ob. cit.*, (1993) p. 36.

cultural repentinamente recebido. Este facto contribuiu para uma das maiores perdas patrimoniais artísticas monumentais ³².

É importante contextualizar na realidade acima referida, o que aconteceu com alguns edifícios conventuais da cidade de Moura (caso de estudo). Seguindo o Decreto - Lei já mencionado, criado no reinado de D. Maria II (1834 – 1853) são extintos os conventos das ordens religiosas do sexo masculino pelo que se verificam, a transformação do Convento das Carmelitas em fábrica de lanifícios, a transformação do Convento de São Francisco em Hospital da Misericórdia. Em 1853 numa parte do Convento do Carmo foi ainda instalada por ordem do Ministério da Guerra, uma fábrica de salitre ³³.

Para melhor compreendermos a situação já referida anteriormente e a tomada de consciência da sociedade portuguesa da época, é necessário ter conhecimento do papel desempenhado por um grupo de intelectuais que se preocupou e se insurgiu contra as barbaridades ocorridas. Neste contexto, destacaram-se Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Vilhena Barbosa e mais tarde Ramalho Ortigão entre outros ³⁴.

Alexandre Herculano revoltado com as atitudes destruidoras da sua geração, encontrou uma forma inteligente de fazer compreender a riqueza do nosso património cultural histórico, através dos seus textos escritos, por exemplo no periódico *O Panorama*. A sua postura corajosa, sensibilizou para a necessidade urgente de se salvaguardarem os bens patrimoniais, tanto móveis como imóveis ³⁵.

Apesar do esforço que algumas ilustres personalidades tiveram em alertar os governos e a própria população portuguesa, da situação bárbara com que o património nacional se deparava, podemos afirmar que durante o século XIX poucas acções benéficas se concretizaram no campo da conservação e restauro, não só ao nível prático como ao nível teórico, tendo-se apenas concretizado algumas obras pontuais de beneficiação em monumentos históricos ³⁶.

Apesar de se terem levado a efeito algumas acções neste campo de intervenção, não podemos deixar de admitir que ficamos aquém dos países estrangeiros, no que respeita à resolução da degradação dos imóveis históricos, que progredia consideravelmente na época.

³² José Cornélio da Silva, *Política, Conservação e Restauro*, em *Aedificiorum*, 1, 1988, p. 22.

³³ Carlos Lamas; Duarte José, *Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Moura*, Câmara Municipal de Moura, 1990, p. 38.

³⁴ Veja-se a este respeito Luís Aires-Barros, A Formação de Conservadores e Restauradores de Monumentos em Portugal, em *Formação / Profissão em Conservação do Património Construído*, Cadernos SPPC, nº 4, SPPC, Évora, 1997, pp. 25-30. Ver também José Cornélio da Silva, *ob. cit.* (1998), p.22.

³⁵ J. Custódio, *ob. cit.*, (1993) p. 37. «Ainda não há muitos anos que as columnas d'este jornal se elevaram os primeiros eloquentísimos brados em favor da conservação dos nossos monumentos. As scenas de destruição, por esse tempo vulgar entre nós, foram castigadas com mão de mestre. Houve alguém que o taxasse de exagerado, mas sem fundamento. Para deter o desassissado que, indo caminho do precipício, ainda se acha comtudo a alguma distância, basta uma palavra, muitas vezes um aceno; porém se lhe falta dar o último passo para que se abysme, só um brado temeroso e solemne o fará parar. Era o que acontecia em Portugal quando a voz do Sr. Alexandre Herculano se fez ouvir. E é bem se diga, que por todos foi escutada; a uns fortificou-lhes a própria crença; convenceu duvidosos, e até os que pareciam desdenhá-la, esses mesmo se calaram. É um facto que a vertigem demolidora atrouxou, e que se a reacção não poudo chegar a restabelecer o desejado equilibrio, alguns passes se deram no bom caminho.» J. da Costa Cascaes «O Panorama», vol. XI, 3ª da III série, Lisboa, 1854, citado por J. Cornélio da Silva, *ob. cit.*, (1998), p. 24.

³⁶ Sobre o assunto, veja-se J. Custódio, *ob. cit.*, (1993) pp.47-49.

CONTRIBUTO PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DE MOURA

2. O significado de património. A sua possível salvaguarda

O período de 1840 a 1892 foi um período fértil, nas primeiras experiências de restauro monumental em Portugal, nas quais sobressairam intervenções pontuais em edifícios de interesse histórico notáveis, como o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém, a Sé Velha de Coimbra, o Castelo de Guimarães, etc.³⁷.

Outra personalidade que se distinguiu nesse período e que, em nosso entender, convém salientar foi o arquitecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva, considerado um perito no campo da conservação³⁸.

Perante a sua formação arquitectónica inserida no espírito das escolas europeias de grande impacto, como a de Roma e de Paris, Possidónio realizou estudos relacionados com a análise dos monumentos históricos sobre as teorias do restauro e ciência arqueológica. Quando regressou a Portugal foi contratado para intervir na conservação de vários monumentos, como o Palácio da Pena, reestruturando também o ensino do desenho e da arquitectura em várias escolas. Fundou a Associação de Arquitectos Civis e a Associação dos Arqueólogos Portugueses em 1864³⁹.

Nessa época, o Governo tornou-se consciente da necessidade de inventariação dos imóveis, da sua classificação e do seu estado de conservação, pelo que recorreu a medidas importantes, entre as quais a fundação da Comissão dos Monumentos Nacionais, em 1882⁴⁰.

Outra medida tomada pelo Governo foi a de fundar a Comissão dos Monumentos Nacionais em 1882, presidida pelo já referido arquitecto Possidónio da Silva, o qual foi incumbido da realização do inventário artístico e do levantamento de plantas e alçados dos principais edifícios a classificar no país⁴¹.

No entanto, a intenção de se proceder a uma classificação dos monumentos nacionais prosseguia ao sabor do poder que as comissões incubidas de tais tarefas obtinham, patrocinadas por governos inconstantes.

Devido a esta instabilidade, Ramalho Ortigão, homem que se evidenciou durante décadas no âmbito da salvaguarda do património histórico, procurou sensibilizar as entidades competentes (Comissão dos Monumentos Nacionais) para a necessidade de eventuais acções de conservação e restauro de monumentos históricos.⁴² Portugal encontrava-se, na altura, numa posição deficitária na escolha de atitudes escolhidas no campo da conservação, privilegiando somente a beneficiação de imóveis de interesse histórico.

A partir de meados do século XIX ferviam no país as opiniões sobre este polémico tema, isto é, como conservar e restaurar de modo correcto e eficiente o edificado histórico. Tal polémica surgia pela influência das teorias

³⁷ Referido por M. Conceição Fernandes, Os "restauros" e a memória da cidade de Évora (1836, 1986) – Os Monumentos Históricos e a Monarquia, Mestrado da U.E., Lisboa, 1998, p. 23.

³⁸ J. Comélio da Silva, *ob. cit.*, (1993) p. 26.

³⁹ J. Custódio, *ob. cit.*, (1993) p. 49.

⁴⁰ *Idem*, p. 49.

⁴¹ *Idem*, p. 50.

⁴² Segundo Aires – Barros, Ramalho Ortigão mencionou o seguinte: «Cabe à comissão (é a Comissão Nacional de Monumentos) definir claramente o que é conservar, o que é restaurar e o que é continuar ou concluir um monumento (...)» (*op. cit.*, p. 186). E mais adiante: "os cuidados de conservação devem ser obrigatórios e extensivos a todos os monumentos". Em L. Aires-Barros, *ob. cit.*, (1997) p. 29.

estrangeiras acerca deste assunto. Teorias opostas criavam um ambiente questionável sobre como se deveria intervir no património. Curioso, é que tais interrogações se colocam ainda, por vezes, no momento presente.

Em Portugal, foram sobretudo as teorias de personalidades estrangeiras, como as de Viollet-le-Duc que tiveram impacto. Em contrapartida as ideias de John Ruskin, William Morris e Camilo Boito não conheceram o mesmo sucesso, ou suficiente divulgação.

Após a implantação da República, como consequência das sucessivas reformas e das importantes modificações de ordem económica e político/administrativa houve uma paragem no campo das obras de restauro. O Estado ficou somente responsável pela conservação dos monumentos classificados. No entanto, esta situação foi aliviada pela acção das associações de defesa de património que procuraram actuar em casos mais graves suprimindo a falta do Estado ⁴³.

No final do século XIX, por toda a Europa, começou a sentir-se uma instabilidade sócio-política, que originou um período de grandes conflitos, como foi a I Grande Guerra Mundial (1914-1918). Devido a esta catástrofe, muitas cidades europeias ficaram completamente arrasadas, e daí a necessidade urgente de se pensar em estratégias de intervenção com o intuito de se salvaguardar o edificado existente ⁴⁴.

Posteriormente a este período conflituoso criou-se a Organização Mundial de Espaços integrada na Sociedade das Nações -, organização que proporcionava a discussão de assuntos comuns sobre o património edificado nos diferentes países ⁴⁵.

Importa ainda salientar a criação da Carta de Atenas do Restauro em 1931, que resultou da publicação da Acta da conferência promovida pelo Conselho Internacional dos Museus, sendo um dos primeiros documentos traduzidos em cartas de intenções a favor da conservação e restauro do património edificado ⁴⁶.

Em 1932, a Sociedade das Nações adoptou os princípios da Carta de Atenas considerados como um contributo relevante para a evolução do campo da conservação, ainda na perspectiva de se actuar em edifícios históricos notáveis mais ou menos isolados. Estes princípios foram recomendados a todos os Estados Membros.

Para além da questão referida anteriormente, convém frisar que, neste encontro, se estabeleceu que o restauro estilístico seria abandonado, a favor da reformulação de princípios internacionais relativos à conservação do património edificado ⁴⁷.

⁴³ M. Fernandes, *ob. cit.*, (1998) pp. 24-25.

⁴⁴ Veja-se a este respeito M. Fernandes, , *ob. cit.*, (1998) p25.

⁴⁵ *Idem*, p. 25.

⁴⁶ Sobre a Carta de Atenas do Restauro de 1931, cita-se : «Entre as suas principais e mais inovadoras propostas destacamos as seguintes : (i) a manifestação da clara necessidade de uma conservação e manutenção regulares dos monumentos; (ii) a defesa do respeito pela obra histórica e artística do passado, sem banir ou seleccionar diferentes "estilos" das diferentes épocas representadas, quando do restauro do monumento; (iii) a proposta de reutilização do monumento, com actividades funcionalmente adequadas, como garantia fundamental da sua utilidade às diferentes gerações e como garantia importante para a sua continuidade futura; (iv) a chamada de atenção para a importância das envolventes; (v) a afirmação da necessidade de um rigoroso trabalho prévio de análise e documentação que fundamente as intervenções e que possa fornecer um diagnóstico correcto das causas patológicas detetadas.» J. Aguiar; A. Cabrita; J. Apletton, *ob. cit.*, (1997) p. 7.

⁴⁷ M. da Conceição Fernandes, *ob. cit.*, (1998) p. 28.

Este documento fundamental no campo da salvaguarda do património histórico pouco influenciou o contexto português, pela situação de Portugal não ter sido vítima de tão trágica guerra. No entanto, se tivesse aderido aos princípios fundamentados no citado documento, teria lucrado com a concretização de acções de salvaguarda melhor contextualizadas no período a que aludimos.

No âmbito deste contexto de ideias, Portugal continuou a defender e a incentivar o restauro estilístico, entretanto abandonado por outros países. Perante tal situação podemos afirmar que o nosso país estava completamente desactualizado, ao seguir princípios ultrapassados no campo da salvaguarda ⁴⁸.

Esta realidade destacou-se no período do Estado Novo, tendo como principal instrumento a Direcção - Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) fundada em 1929, e considerada como a grande obra do regime salazarista. No entanto, os ideais defendidos na época não criaram objectivos inovadores no campo da salvaguarda, pois estes continuavam a inserir-se no pensamento de várias personalidades destacadas do Período Oitocentista, das quais se realçam Alexandre Herculano, Viollet-le-Duc e Victor Hugo, defensores convictos da preservação da arquitectura monumental medieval, com nítido destaque da arquitectura gótica.

A DGEMN seguiu em parte este contexto de ideologias, defendendo o desenvolvimento da pureza da traça primitiva dos edifícios, esquecendo-se de que o edificado pertencente aos séculos XVII, XVIII e XIX traduzia um manancial de informações imprescindíveis à compreensão da nossa História de Arte ⁴⁹.

Apesar de ter realizado obras pontuais de restauro no património histórico, esta instituição desempenhou um papel muito limitado no âmbito das acções de intervenção no contexto urbano, intervindo apenas nas áreas históricas privilegiadas ⁵⁰.

Segundo José Aguiar, «*Numa política de salvaguarda centrada sobre esta restrita noção de património e quase exclusiva dos monumentos, não é de estranhar que durante o Estado Novo as (poucas) intervenções urbanas desenvolvidas se concentrassem sobre algumas áreas urbanas privilegiadas, consideradas como “histórico-monumentais”, logo destinadas a ser preservadas na sua “traça primitiva”. Nunca é demais denunciar esta postura, da procura da “traça original” e do ambiente urbano “tal qual era”, como negação de todo o real processo de consolidação, transformação e sedimentação da cidade*» ⁵¹.

Esta postura selectiva dos espaços urbanos históricos como áreas a preservar traduzia-se em iniciativas do exclusivo foro das entidades estatais, canalizando-se interesses no sentido de se evidenciar em tais intervenções, transformando-as em pólos de interesse turístico, não dando hipótese ao incremento de acções de carác-

⁴⁸ *Idem*, p. 28.

⁴⁹ Jorge Custódio, *ob. cit.*, (1993) p. 58.

⁵⁰ Sobre o assunto, ver J. Aguiar, *Algumas Experiências de Conservação e Reabilitação do Património Português*, em “*Urbanismo y Conjuntos Históricos*” Curso de Verano, Ronda, Universidad Complutense de Madrid, 1995, p. 2.

⁵¹ *Idem*, p. 2.

ter particular, em princípio mais enquadradas no contexto de vivências e costumes de uma determinada população⁵².

Posteriormente ao aparecimento da Carta de Atenas do Restauro de 1931, realizou-se o IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM), tendo sido o produto conclusivo deste encontro mais tarde publicado com a designação de Carta de Atenas de 1933⁵³.

Outro período não menos relevante na história da Arquitectura e do Urbanismo, foi o segundo período do “pós-guerra” (1939-45), representado por um cenário degradante de destruição do património edificado.

*«O final da 2ª Guerra Mundial trouxe consigo uma maior consciência sobre a importância do património histórico edificado, dando origem a um amplo debate de ideias sobre a forma como os novos problemas emergentes daquele conflito poderiam ser resolvidos. As abordagens eram diversas, indo desde a reconstrução exacta dos edifícios destruídos até à simples conservação das ruínas no estado em que se encontravam, com recusa de reconstrução de quaisquer elementos que tivessem desaparecido, passando pela defesa da procura de novas respostas para a situação específica resultante daquele conflito armado»*⁵⁴.

Repetimo-lo: como consequência desta guerra, surgiu uma imagem devastadora, representada pela destruição total de malhas urbanas e de população desalojada. Esta situação foi uma realidade em inúmeros países da Europa, que perante estes problemas sentiram a necessidade de reconstruir rapidamente as suas cidades, realojar as suas populações e até mesmo de definir as novas fronteiras. Para a resolução de situações tão catastróficas houve a necessidade urgente de se pensar sobre as medidas de actuação a seguir. As estratégias de intervenção adoptadas na altura, baseavam-se numa renovação urbana emergente de diversos tipos de acções⁵⁵.

A destruição provocada por esta guerra foi tão ampla, que para além de se aplicarem os princípios teóricos da Carta de Atenas, sentiu-se a necessidade de se criarem organizações internacionais, de modo a serem utilizadas medidas mais eficientes no campo da salvaguarda do património edificado, no caso de também surgirem novos períodos de conflitos bélicos.

Portugal que teve uma posição neutral em relação à II Guerra Mundial não sofreu a violenta destruição de cidades continuando aplicar os mesmos processos de alterações urbanas e restauro monumental, segundo a legislação dos anos trinta.

A D.G.E.M.N. depois da II Guerra Mundial estava presente em todo o país através das suas delegações, intervinha nos núcleos históricos urbanos, utilizando uma postura perigosa e radical, optando por destruir em massa

⁵² J. Aguiar; A. Cabrita; J. Apletton, *ob. cit.*, (1997) p. 10.

⁵³ «1933 – A “Carta de Atenas”. O património arquitectónico (e urbano) deveria ser salvaguardado : (i) se o seu (...) valor arquitectónico correspondesse a um interesse geral; (ii) se (...) a sua conservação não provocasse o sacrifício das populações mantidas em condições insalubres; (iii) se (...) fosse possível remediar a sua presença prejudicial por medidas radicais : por exemplo o desvio de elementos vitais da circulação, ou mesmo através da deslocação dos centros considerados até aqui inamovíveis; por outro lado, considerava-se que a destruição de acrescentos e construções de menor importância em torno dos principais monumentos permitiria criar superfícies verdes no seu entorno.» Transcrição de J. Aguiar, *ob. cit.*, (1994), p.5.

⁵⁴ F. Henriques, *ob.cit.*, (1991) p. 7.

⁵⁵ M. da Conceição Fernandes, *ob. cit.*, (1998) pp. 30-31.

grande parte de tecidos históricos, aplicando um urbanismo higienista e funcionalista, enveredando por uma política que exigia vastos reforços económicos ⁵⁶.

Na época as escassas medidas de intervenção tinham a sua origem maioritariamente no contexto estatal, havendo inúmeras sobreposições aos interesses locais, raramente se dando importância às aspirações dos particulares, posição já criada nas décadas anteriores ⁵⁷.

Por outro lado, a partir dos finais da década de 50 e até meados da década de 60, ainda se implementaram de um modo generalizado, os princípios estabelecidos na Carta de Atenas (1933), na qual se realçava uma posição em prol da defesa de um modelo de cidade, que não estava inserida no contexto da cidade existente, posição radical baseada num pensamento higienista, ⁵⁸ integrado num modelo de cidade caracterizado pelo zonamento e livre disposição de edifícios no solo, pela maximização dos espaços livres, sendo por definição e em consequência incompatível com a cidade tradicional.

Nesta óptica, a reabilitação de tecidos urbanos degradados era impensável neste período, pois não se enquadravam nos critérios de higiene e salubridade necessários à vida “moderna”, facto que levava ao seu esvaziamento para que pudessem ser reestruturados. Assim, a cidade tradicional ia sendo destruída e dava lugar à cidade moderna, ou continuava a ser considerada como uma peça de museu de preferência integrada num espaço verde.

As estratégias aplicadas na salvaguarda do património arquitectónico e das áreas urbanas de interesse histórico, no período anteriormente referido, podem no momento presente ser classificadas de preocupantes, limitadas e «(...) restritivas, culturalmente muito selectivas e, de certo modo, marginais (...)»⁵⁹.

Tomaram-se mesmo medidas extremas relativamente aos tecidos históricos urbanos. As novas mentalidades defendiam o princípio de que se deviam criar condições necessárias para uma vivência moderna, tomando-se atitudes radicais e desastrosas, no sentido de se abandonarem estes núcleos históricos, considerados como algo de intocável, ou então, recorrendo-se à opção extrema de lhes introduzir grandes avenidas. Defendia-se que era mais fácil e possivelmente menos oneroso investir em novas edificações e esquecer as velhas malhas urbanas, acabando estas por desaparecer ⁶⁰.

O caso de estudo desta dissertação Espaço Intra-Muros do Castelo constitui um exemplo paradigmático perfeitamente integrado nos princípios defendidos entre as décadas de 50 e 60. A postura radical de se demolir o espaço urbano habitacional do castelo coadunava-se absolutamente com o pensamento higienista acerrimamente defendido na época. Pretendia-se destruir no Castelo o resto da malha urbana, (acção desastrosa já iniciada

⁵⁶ J. Aguiar; A. Cabrita; J. Apletton, *ob. cit.*, (1997) pp. 34-35.

⁵⁷ *Idem*, p. 36.

⁵⁸ *Idem*, p. 9.

⁵⁹ *Idem*, p. 9.

⁶⁰ *Idem*, p. 9.

na década de 40), com a finalidade de se transformarem os monumentos classificados do espaço, em peças de museu intocáveis, integrados num espaço verde a criar. Para além destas duas justificações já referidas anteriormente, outra se destacou integrada também numa vertente higienista, onde se reconhecia a incapacidade deste núcleo histórico dar resposta às exigências da população lá residente. Tomou-se, então, a medida desastrosa, de não só se alojar a população em bairros limítrofes, como a de se destruir por completo as suas habitações, testemunhos tão importantes para a compreensão dos costumes e vivências de inúmeras gerações ⁶¹.

É importante referir, para além da realidade supramencionada, outras acções problemáticas, inerentes ao património arquitectónico construído, inclusas no Bairro da Mouraria da cidade de Moura, inseridas nas políticas e nos princípios seguidos essencialmente entre as décadas de 40 e 60, contextualizados integralmente na ideologia do país.

Na década de 40, mais propriamente em 1941 iniciou-se a demolição de parte do edificado habitacional do espaço intra-muros do castelo (medina), principalmente das casas que estavam adossadas ao convento da Nossa Sr.ª da Assunção do Castelo. Na mesma década concretizou-se a demolição de alguns espaços e infra-estruturas daquele convento, pelo facto destas estarem habitadas por grande percentagem de população que vivia em condições muito precárias, razão justificativa de tal acção. Destruíram-se além disso casas localizadas na alcáçova.



Fig.2.1 - Moura, demolição de parte do Convento de Nossa Sr.ª da Assunção do Castelo (Biblioteca Municipal de Moura)

Fig. 2.2 – Moura, Bairro do Castelo, casas demolidas inseridas na restante malha urbana. (BMM)

Como já atrás mencionamos nas décadas de 50 e de 60 prosseguiu-se a destruição do restante Espaço Intra-Muros (medina), tendo sido os habitantes despejados das suas residências e realojados em bairros limítrofes.

⁶¹ A propósito deste assunto, e cito : « Nos finais dos anos 50, a comunidade aí residente começou a ser despejada do local e instalada em bairros limítrofes, ao mesmo tempo que se procedia à demolição das casas com intenção, nunca concretizada, de ajardinar o espaço vazio. » Santiago, Macias, *O Castelo de Moura – Organização do Espaço Intra – Muros*, em J. Lamas, *Plano Pormenor, Zona de Conversão do Castelo*, Câmara Municipal de Moura, Moura, 1995, p.4.58.

CONTRIBUTO PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DE MOURA

2. O significado de património. A sua possível salvaguarda

O convento, esse, manteve-se no estado de degradação em que ainda hoje se encontra. Na década de 60 continuou a assistir à destruição da malha urbana, e à reinstalação da população.



Fig. 2.3 – Moura, Bairro do Castelo, Rua do Trem em 1938, antes das demolições. (BMM)

Fig. 2.4 - *Idem*, Rua do Trem após as demolições, na década de 60.(BMM)

CONTRIBUTO PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DE MOURA

2. O significado de património. A sua possível salvaguarda



Fig. 2.5 – Moura, Bairro do Castelo, demolições da estrutura edificada habitacional das ruas do Relógio e do Meio. (BMM)

Fig. 2.6 - *Idem*, a área das ruas do Meio e do Relógio depois das demolições. (meados dos anos 60) (BMM)



Fig. 2.7– Moura, Bairro do Castelo, apenas restou a Palmeira ! (BMM)

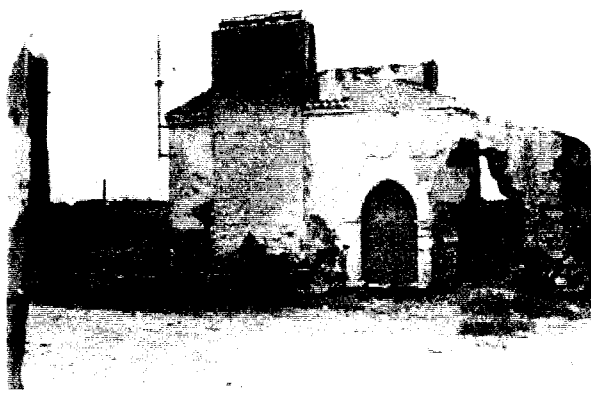
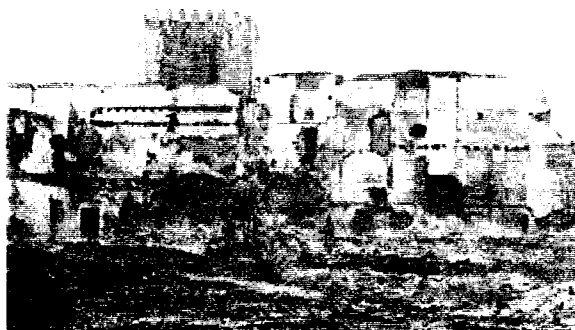


Fig. 2.8 - *Idem*, ruínas da casa designada por medieval (BMM)



2.9 - Moura, Convento da Nossa Sr.ª da Assunção do Castelo em contínua degradação. (BMM)

Para além da realidade presente no castelo nas décadas mencionadas como intervenções inadequadas enquadradas em princípios destruidores de património arquitectónico de grande valor, destacaremos também o outro caso de estudo - o Bairro da Mouraria. As acções radicais que aí se efectuaram num passado ainda recente deram origem a um grave problema, actualmente de difícil resolução.

Na década de 50 a população começou a ampliar as suas casas através da construção de 1^{os} pisos sem autorização. Na década seguinte realizaram-se algumas descaracterizações arquitectónicas de modo mais acentuado.

Na generalidade, assistiu-se à descaracterização, abandono e substituição das morfologias tradicionais, resultantes de instabilidade ao nível dos conceitos arquitectónicos urbanos seguidos e da falta de coerência nas atitudes tomadas.

Assistiu-se, por conseguinte à criação de bairros completamente desenquadrados, detentores de um edificado de má qualidade a vários níveis, que não davam resposta aos anseios da população lá residente.

Nos finais dos anos 60, perante as novas urbanizações marcadas pela produção em extensão e pela substituição sistemática das morfologias urbanas tradicionais, sentiu-se a necessidade de se tomarem novas atitudes, no sentido de se redescobrir a importância das cidades antigas, detentoras de identidades culturais a preservar, contribuindo tal situação para o bem estar da própria população.

Surgiu nessa altura a importância de se reavaliar o conceito de cidade moderna, que dava grande realce à importância do tecido urbano histórico, bem precioso para o entendimento correcto de como intervir na expansão global da própria cidade.

Segundo este pensamento a cidade antiga que deixou de ser considerada como local marginal, com condições precárias de habitabilidade, descontextualizado do resto da cidade, passou a ser um local considerado um elemento de grande valor para a sociedade ⁶².

A criação de novas atitudes de intervenção resultaram do alargamento do conceito de património que provocaram a necessidade de se criar novas metodologias no campo da salvaguarda.

Seguindo esta postura, nos finais dos anos 60, entrou em cena a primeira “política de requalificação “das áreas antigas das cidades, que atribuía prioridade à preservação da recuperação de conjuntos urbanos que possuíssem valor arquitectónico ou histórico. A partir da mentalidade renovada emergiram no contexto europeu novos tipos de acções no campo da “conservação” e da “reabilitação urbana”, destacando-se a Lei de Malraux de 1962, em França, que dava prioridade à preservação e recuperação de conjuntos urbanos que possuíssem valor histó-

⁶² J. Aguiar; A. Cabrita; J. Apletton, *ob. cit.*, (1997) p. 11.

rico e arquitectónico e as leis desenvolvidas em Inglaterra que regulamentavam as intervenções nas áreas a conservar (conservations áreas) ⁶³.

Portugal estava, neste período, completamente desenquadrado do referido contexto e, sempre descontextualizado por não aderir às linhas de atitudes mais actualizadas e coerentes de outros países mais desenvolvidos.

O reavaliar da importância dos centros históricos no estrangeiro acende-se pelo retorno do desejo destes espaços serem considerados locais privilegiados a serem habitados, como zonas apreciadas. Tais necessidades provocaram uma mudança radical na escolha das acções de salvaguarda desses mesmos centros ⁶⁴.

A partir da apresentação de diversas ideias definiram-se várias metodologias de intervenção que, apesar de partirem de princípios básicos comuns, seguiam estratégias de solução diferentes de acordo com os ideais filosóficos que cada país defendia no campo da conservação do património edificado ⁶⁵.

Pela grande diversidade de estratégias adoptadas em diferentes países, houve a necessidade de se apresentarem linhas orientadoras a nível internacional, englobando estratégias no campo da conservação, resultantes de um contexto (reunião de especialistas na matéria em Veneza) a Carta de Veneza, imprescindível na produção teórica deste domínio ⁶⁶.

Este documento, foi aprovado no II Congresso dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos em Maio de 1964 e publicada pela ICOMOS (Internacional Council on Monuments and Sites) em 1966 ⁶⁷.

Em finais das décadas de 60 e de 70 realçaram-se entre nós várias intervenções no âmbito do restauro e conservação arquitectónicas, descurando simultaneamente os aspectos sociais, económicos e culturais considerados ainda medidas deficitárias, pela razão de se ter criado a situação de expulsão das populações residentes na área de intervenção, sendo substituídas por novos grupos sociais mais preparados para poderem residir em novas condições de habitabilidade ⁶⁸.

Perante esta realidade, tentou-se criar novas estratégias de intervenção nos núcleos históricos destinadas a valorizar o âmbito económico, social e cultural, com o intuito de se criar uma melhor qualidade de vida às populações residentes, melhorando-se as condições de habitabilidade e oferecendo-se aos espaços de uso público, infra-estruturas e equipamentos comunitários ⁶⁹.

⁶³ *Idem*, p. 13.

⁶⁴ *Idem*, p. 11.

⁶⁵ F. Henriques, *ob. cit.*, (1991), pp. 6-7.

⁶⁶ *Idem*, p. 7.

⁶⁷ Veja-se a Carta de Veneza, tradução mais recente em F. Henriques, V. Jorge, textos fundamentais, em *Cadernos SPPC*, nº 1, Évora, SPPC, 1996, pp. 3-7.

⁶⁸ J. Aguiar; A. Cabrita; J. Apletton, *ob. cit.*, (1997) p. 16.

⁶⁹ *Idem*, p. 17.

Tentou-se criar uma articulação com a reabilitação do quadro físico das áreas históricas com uma alargada intervenção de apoio social promovendo-se a recuperação sócio-económica dessas áreas visando um novo desenvolvimento das mesmas.

A partir destas ideias surge então um novo tipo de intervenção que defende a articulação de várias medidas, tais como : a reabilitação física, sócio - económica e funcional do local, através de acções de sensibilização da população residente, pretendendo-se a sua acção activa desta em todo o processo.

No entanto, é importante realçar que toda esta intenção de intervenção pontual deve estar integrada na realidade urbana que o rodeia, pertencendo aos planos gerais de ordenamento e urbanismo.

Este tipo de atitudes geram não só, a salvaguarda do património arquitectónico, mas sobretudo inculcam na população a mentalidade do gosto de usufruir tais espaços, o que nos parece particularmente interessante.

Estes princípios encontram-se estabelecidos num novo documento de 1998, a Carta de Washington (Carta internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas), texto criado com o intuito fundamental de completar as intenções da Carta de Veneza (Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios – 1964) ⁷⁰.

Evidencia que o não cumprimento destes princípios poderá criar situações de deturpamento e comprometimento da própria autenticidade da cidade histórica. Acrescenta ainda a questão da necessidade de sensibilizar a população para a sua participação e seu envolvimento no processo da salvaguarda, para que este tenha maior sucesso. Refere também que se devem realizar com prudência, método e rigor as intervenções em bairros e cidades históricas, tomando em consideração os problemas específicos de cada caso de estudo ⁷¹.

Portugal insere-se neste contexto de novas orientações, apenas na segunda metade da década de 70. Notou-se, no entanto, uma evolução progressiva na escolha de novas estratégias de intervenção no contexto da salvaguarda, visando não apenas os monumentos, mas também as questões culturais, ambientais e sócio-económicas no âmbito da reabilitação.

Perante esta mudança de atitudes, foram criadas inúmeras iniciativas como, por exemplo, uma determinada legislação, instrumento essencial para o planeamento das operações de renovação urbana.

⁷⁰ Os princípios e objectivos desta carta baseavam-se na salvaguarda das cidades e bairros históricos, e cita-se: «A salvaguarda das cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento económico e social, e ser considerada nos planos de ordenamento e de urbanismo a todos os níveis. Os valores a preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto dos elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem, em especial: a forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária; as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres; a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem; as vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história.» Em F. Henriques; V. Jorge, *ob. cit.*, (1996), p. 15 (Princípios e objectivos, art. 1).

⁷¹ *Idem*, p.15.

O contexto da reabilitação englobava, neste período, inúmeros tipos de intervenção inseridos no planeamento urbanístico a vários níveis, englobando assim diferentes tipos de planos, consoante as necessidades específicas que se encontravam nos vários núcleos urbanos, mais propriamente nos centros históricos. Por exemplo:

- O Programa para a Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) criado nos finais da década de 70 e relançado em 1983;
- os Planos Integrados de reabilitação e revitalização de centros Históricos criados na transição dos anos 70 para os 80;
- o Plano Director Municipal (PDM);
- os Planos gerais de urbanização (PGU);
- o Planos de pormenor ou Planos Parciais de Urbanização;
- os Planos de Salvaguarda e Valorização (PSV's);
- o Programa de Reabilitação Urbana (PRU) criado em 1985 e que possibilitou pela primeira vez, a muitas autarquias face à generalizada degradação do seu património, a possibilidade de contarem com um apoio técnico pluridisciplinar e especializado, fundamental para a concretização de políticas locais de salvaguarda e reabilitação;
- os Gabinetes técnicos locais (GTL's) criados por necessidades detectadas decorrentes da criação dos (PRU);
- o Programa de recuperação de Áreas Degradadas (PRAUD) criado em 1988 como um relançamento do PRU atrás referido;
- o Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA) lançado em 1988 ⁷².

Podemos então concluir que a partir da década de 70 até à presente data foram feitos inúmeros esforços para se implementarem Planos e Programas visando um melhoramento na escolha de estratégias e metodologias a aplicar na conservação e reabilitação do património histórico cultural.

Inserido neste contexto, destacaram-se o PRU e o PRAUD de forma positiva se preocupavam com a necessidade de se reabilitarem os centros históricos e as áreas degradadas de um modo correcto, isto é, através do melhoramento dos espaços públicos, pela criação e introdução de equipamentos e infra-estruturas essenciais, em vistas do progresso da qualidade de vida das populações residentes, sobretudo a nível habitacional ⁷³.

⁷² Veja-se, J. Aguiar; A. Cabrita; J. Apletton, *ob. cit.*, (1997) pp. 38-41.

⁷³ *Idem*, p. 40.

A criação destes programas foi proveitosa, na medida em que várias localidades lucraram em as usufruir. Foi assim que surgiram inúmeras estruturas técnicas locais que se concentraram na problemática da reabilitação urbana. Perante tal realidade, investiu-se na formação de técnicos especializados em algumas áreas necessárias, tendo-se criado na década de 80, na sequência do desaparecimento do PRU e PRAUD, os Gabinetes de Centro Histórico ⁷⁴.

Na presente década, têm surgido no entanto, problemas no âmbito da conservação e reabilitação, não só pelo facto de muitos municípios intervirem nos centros históricos com falta de apoios a vários níveis, como também por não existirem iniciativas e investimento na criação de equipas de trabalho com formação específica e ainda pela criação de planos e projectos inadequados, etc.

Face à consciencialização a nível mundial de que ainda não se praticam normas adequadas, na área da conservação do património, deliberou-se realizar, no Japão em 1994, uma nova conferência, da qual resultou o Documento de Nara sobre a Autenticidade que punha em relevo a necessidade de se respeitarem e preservarem os valores inerentes ao património criado segundo as raízes culturais de cada povo ⁷⁵.

Em nosso entender é importante contextualizarmos novamente os casos de estudo desta dissertação nas década de 70, 80 e 90. Em 1974 o Arquitecto Couto da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos Nacionais de Évora orientou uma obra de restauro num troço da muralha medieval.

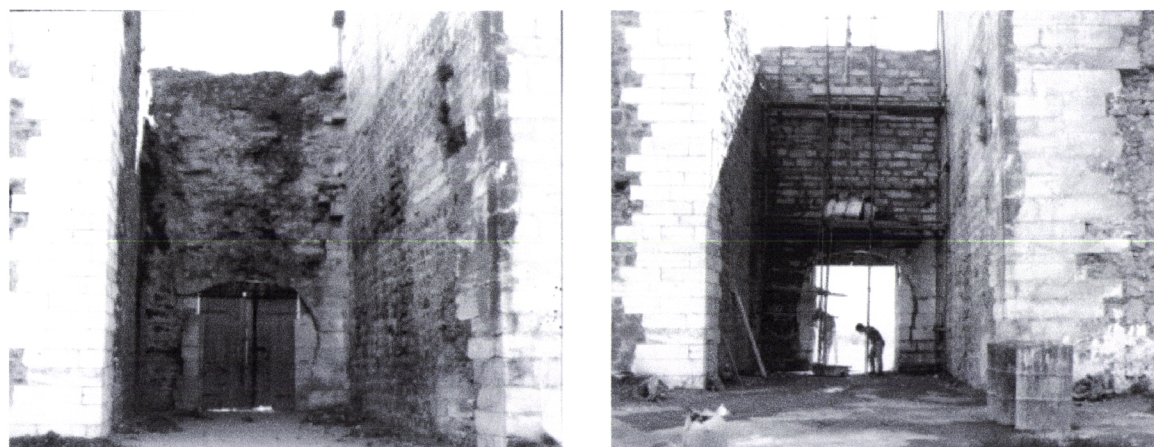


Fig. 210 e Fig. 2.11 - Moura, Muralha do Castelo, antes e durante a intervenção de restauro (BMM)

⁷⁴ *Idem*, p. 41.

⁷⁵ «Todos os juízos sobre os valores atribuídos ao património assim como da credibilidade das fontes de informação podem diferir de cultura para cultura, e mesmo no seio da mesma cultura. Não é portanto admissível basear juízos de valor e de autenticidade em critérios fixos. Pelo contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que cada obra seja considerada e julgada dentro do contexto cultural a que pertence.

Em consequência, é da mais alta importância e urgência que, dentro de cada cultura, seja reconhecida a natureza específica dos seus valores patrimoniais assim como a credibilidade e a fiabilidade das fontes de informação que lhes dizem respeito.» José Aguiar; Ana Paula Amendoeira, Documento de Nara Sobre a Autenticidade, (tradução livre). Transcrita em J. Aguiar, *A Conservação da Identidade do Património Urbano e o Lugar às Novas Arquitecturas*, URBE, Vila Real, 1999, p.34.

Nesta década, no Bairro da Mouraria aumentaram as descaracterizações arquitectónicas de forma acentuada, com a demolição de várias chaminés e pintura das fachadas das casas com cores descontextualizadas.



Fig. 2.12 – Moura, Bairro da Mouraria, aplicação de cores não apropriadas nas fachadas de alguns edifícios. (foto de Carolina Fialho)

Na década de 80, mais propriamente em 1980/ 81 concretizaram-se escavações arqueológicas no castelo. Em 1986 a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos realizou obras de recuperação pontuais na fortificação medieval

Em 1987 iniciou-se a elaboração do Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Moura encomendado pela Câmara Municipal ao arquitecto José Lamas e associados. Em 1989 a Câmara Municipal tomou a iniciativa de promover o lançamento de um concurso público para a recuperação do perímetro do Castelo de Moura ⁷⁶. Em 15 de Setembro reiniciaram-se escavações arqueológicas no Castelo.

Em 1990 é concluído o Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Moura, aprovado e publicado em Diário da República de 1993 ⁷⁷. Este plano contempla ainda propostas específicas para o Castelo, enquadrando-o como uma área de reconversão urbana a desenvolver ⁷⁸.

⁷⁶ Sobre o assunto veja-se o anexo III - Notícias do Jornal de Moura "A Planície" de 15/09/89

⁷⁷ O Plano de Salvaguarda e Reabilitação refere as seguintes propostas gerais de actuação a nível da intervenção no Centro Histórico, cito: «*De entre as intervenções no conjunto edificado, propõe-se: - A demolição de alguns edifícios por serem abarracamentos nas imediações de edificações ou de elementos notáveis que visivelmente prejudicam. - A reabilitação de edifícios de qualidade arquitectónica que se encontram degradados por abandono ou intervenções erradas, e também dos troços de muralhas ainda existentes e que necessitam de acções de consolidação. - A conservação das frentes urbanas de qualidade, fazendo as necessárias obras de consolidação e recuperação, não só de fachadas, mas também de volumetrias. - Finalmente, definem-se os imóveis dissonantes a qualificar, que são aqueles edifícios manifestamente desintegrados e de má qualidade arquitectónica que necessitam de transformações para minimizar o impacto negativo sobre a envolvente.*

Desta forma, agindo localmente em caso a caso sobre os edifícios identificados, vai-se contribuindo de forma decisiva para obter a recuperação e qualificação do património edificado e do espaço urbano.». (Proposta preliminar - regulamento - Intervenção no Centro Histórico), J. Lamas, Carlos Duarte, *Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Moura*, Câmara Municipal de Moura, Moura, 1990, p.187.

⁷⁸ Vejam-se os seguintes parâmetros determinados para a área de reconversão urbana a desenvolver – o castelo: «*Recuperação do convento para museu - Enquadramento das ruínas e campo arqueológico com pequenas intervenções - Arranjo do terreno livre, pavimentação, locais de estada, arranjo paisagístico, iluminação e percursos pedonais - Consolidação dos troços de muralha existentes - Recuperação do uso do acesso pelo Palácio da Biblioteca*» *Idem*, p. 186.

A Câmara Municipal de Moura em 23 de Fevereiro de 1995 promoveu um debate com autarcas, personalidades de Moura e a equipa do plano anterior sobre o tema “Futuro do Castelo de Moura” onde foram definidas determinadas intenções/ideias para esse mesmo futuro⁷⁹. Posteriormente ao encontro supracitado, surgiu a necessidade de se criar outro documento – “Plano de Pormenor - Reconversão do Castelo”⁸⁰. Em 1996 concretizaram-se obras de conservação na Torre do Relógio, torreão e muralha de taipa ⁸¹.



Fig. 2.13 – Moura, Castelo, Torre do Relógio, Fig. 2.14 – *Idem*, Torre em taipa (fotos da autora)

Relativamente ao Bairro da Mouraria na década de 80 prosseguiu-se a execução de descaracterizações arquitectónicas. No entanto, no Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Moura (1987/90) destacaram-se certas regulamentações para o Bairro da Mouraria - medidas regulamentadas no capítulo III – Disposições Específicas/Áreas Homogéneas- Mouraria, onde se defendia o combate às descaracterizações (usos do solo, ocupação do solo, construção no seu conjunto, cobertura fachadas, vãos, diversos e logradouros) ⁸². Em 1996 definiu-se o Projecto de Regulamento Municipal das Edificações Urbanas de Moura (RMEU), com nova regulamentação.

⁷⁹ «As conclusões deste debate foram decisivas para a estruturação e metodologia de intervenção do presente plano.

Deste encontro ressaltam as seguintes ideias: 1. A intervenção no Castelo deve assentar na recuperação, salvaguarda e valorização dos valores patrimoniais (históricos, arquitectónicos e arqueológicos). 2. Aproveitamento das estruturas edificadas existentes (Convento das Dominicanas e igreja de Stª. Maria) para o início e arranque, como embrião e módulo da reconversão da zona do Castelo, em simultâneo com as prospecções arqueológicas. 3. Os trabalhos previstos deverão ser compatíveis com as pesquisas arqueológicas a realizar desde já. 4. A integração das “áreas descobertas” com maior interesse na intervenção no Castelo. 5. Vocação do espaço para actividades turísticas, associadas não só as qualidades patrimoniais da área, mas também às potencialidades aquíferas das nascentes existentes no Castelo. Possibilidade de instalação de uma “pousada termal”. 6. A função estritamente habitacional prevista no P.R.S.C.H.M. foi abandonada. A memória dos cidadãos de Moura ainda associa o Castelo à degradação habitacional e vivencial do espaço nos anos cinquenta.

Assim, concluiu-se por não ser oportuna a inclusão de habitação na recuperação da zona do Castelo.» Em José Lamas e Associados, *Plano de Pormenor-Reconversão do Castelo*, Câmara Municipal, 1995, p. 6.3- 6.4.

⁸⁰ Veja-se em anexo II - Plano de Pormenor – O Programa e Descrição da Proposta/Programa Funcional a Instalar no Castelo. *Idem*, pp. 6.3- 6.4.

⁸¹ Sobre o assunto, ver anexo VII – Consultas efectuadas na Direcção Regional de Edifícios e Monumentos Nacionais de Évora.

⁸² Veja-se anexo I - Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Moura.



Fig. 2.15 - Moura, Bairro da Mouraria, deturpação da tipologia arquitectónica através da inserção de elementos não apropriados (foto da autora) Fig. 2.16 - *Idem*, integração de porta de alumínio e persiana no edifício (foto da autora)

3. ALGUNS PRINCÍPIOS E METODOLOGIAS GERAIS A SEGUIR NA CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA DOS NÚCLEOS HISTÓRICOS / Integração dos casos de estudo.

Posteriormente ao entendimento do significado de património, referente à sua possível salvaguarda ao longo dos tempos, tivemos necessidade de abordar no nosso trabalho o capítulo “Alguns Princípios e Metodologias Gerais a seguir na Conservação e Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos”, o que nos permitiu um conhecimento dos princípios e metodologias gerais a aplicar no contexto do património histórico edificado e urbano.

A salvaguarda do património histórico edificado e urbano levanta, actualmente, importantes questões para as quais não se encontram por vezes respostas fáceis e muito menos verdades absolutas. Ficámos, portanto, conscientes do grau de dificuldade e complexidade em dar resposta às inúmeras realidades problemáticas com que nos deparamos.

Quando abordamos o património edificado ou a cidade património é lógico que temos de tomar em consideração a sua possível salvaguarda. Mas, apesar da existência de documentos em parte esclarecedores do seu significado, há sempre dúvidas em perceber qual a melhor metodologia a seguir e o grau de profundidade a aplicar numa determinada intervenção.

3.1. A diferenciação terminológica na salvaguarda do património histórico construído

No contexto da salvaguarda existe uma panóplia de termos que designam e diferenciam os diversos tipos de acção a aplicar no património histórico cultural. Presentemente, é notório como essa terminologia, por vezes, não é entendida, na medida em que se actua de um modo nefasto, sem compreender, isto é, sem se saber qual a finalidade correcta da acção que se escolhe para aplicar no património. Tais acções podem, na verdade, dar resultados completamente negativos, pela ignorância e pela falta de formação contribuindo apenas para a não salvaguarda e também, para a completa destruição da identidade e autenticidade de que o edificado ou núcleo urbano era detentor, antes de serem intervencionados ¹.

Torna-se imprescindível que exista o conhecimento correcto do significado dos vários tipos de acção a aplicar no património cultural construído, pelo simples facto de existirem alguns termos que nos induzem a considerá-los idênticos, como conservação, restauro, reabilitação, etc, ou termos que tenham um significado mais amplo como, por exemplo património ².

Recordando o que mencionamos no capítulo anterior diremos que, para além da existência do conceito de património histórico edificado há quatro séculos, a partir da segunda metade do séc. XIX, surge a necessidade de se alargar o significado de património, por ter de se intervir rapidamente nas cidades, vítimas da industrialização

¹ Veja-se a este respeito Fernando Henriques, As Exigências da Formação em Conservação, em *Cadernos SPPC*, nº4, SPPC, Março, Évora, 1997, pp. 3-9 e ainda Luis Aires-Barros, A Formação de Conservadores e Restauradores de Monumentos em Portugal, em *Formação/Profissão em Conservação do Património Histórico Edificado*, *Cadernos SPPC*, nº4, SPPC, Março, Évora, 1997, pp. 34-41.

² F. Henriques, *A Conservação do Património Histórico Edificado*, LNEC, Lisboa, 1991, pp. 2-5.

desmedida e das mentalidades modernas perturbadas da época. Foi então, criado um conceito novo - o património urbano-histórico, através do qual, se começou a considerar o espaço da cidade histórica como património, assunto já referido no capítulo anterior.

A salvaguarda do património urbano é, presentemente, uma necessidade da sociedade portuguesa. Podemos afirmar que preservar o património “está na moda”. No entanto, para além de não se saber por vezes preservá-lo, não se sabe especificamente o seu completo significado.

«Hoje verificamos uma enorme explosão no âmbito do que se considera como «património». Para a nossa geração património é tanto a « obra de arte» a ruína-objecto-construção-arquitectura-do-edifício (o monumento clássico, digamos), como o lugar-ambiente-núcleo histórico-centro histórico, ou seja a cidade histórica e a cidade consolidada. Mas é também património o território e a paisagem humanizada, de que tanto fala Ribeiro Teles, enquanto arquitectura, ainda que de vasta escala, ou seja, organizações voluntárias do espaço feitas por, e portadoras dos valores, do homem»³.

Perante a citação anterior, o próprio alargamento do significado da palavra «património» origina a necessidade de aumentar o número de acções a aplicar na sua salvaguarda. Convém todavia salientar que cada acção deve ser específica e adequada à realidade patrimonial a intervir.

Relativamente ao património histórico edificado, Fernando Henriques defende que, a aplicação da terminologia adequada a qualquer tipo de actividade inerente à conservação desse mesmo património é importantíssima, para que se possa investir numa acção de qualidade. Refere ainda o seguinte: *«O termo “conservação” engloba todo o conjunto de acções destinadas a prolongar o tempo de vida duma dada edificação histórica (...)»⁴, «(...) dentro do princípio do respeito pela sua autenticidade histórica, estética, dos materiais constituintes e do espaço envolvente.»⁵ « Trata-se de uma designação de espectro alargado que pode englobar um ou vários dos conceitos seguintes, seleccionados de acordo com o caso em análise. Cada um desses conceitos corresponde a um tipo de intervenção progressivamente maior, devendo ser tido em conta que, do ponto de vista do património histórico edificado, é sempre preferível recorrer às intervenções de menor envergadura possível que permitam atingir os objectivos preconizados»⁶.*

Em nosso entender, o prolongamento do tempo de vida também deve ser uma realidade presente no património urbano histórico, através da salvaguarda de cidades, de bairros, e de antigos tecidos. Pretende-se que, estes sejam conservados, no sentido de não perderem o seu valor cultural identificador de uma imagem deixada por gerações anteriores a ser transmitida às gerações vindouras. Para além desta necessidade, torna-se essencial compreender que, uma acção de conservação de um centro histórico só será válida, se visar a sua integração,

³ José, Aguiar, A Conservação da Identidade do Património Urbano e o Lugar às Novas Arquitecturas, em *URBE*, Vila Real, 1999, p. 2.

⁴ Fernando Henriques, *ob. cit.*, (1991), p. 2.

⁵ Fernando Henriques, *ob. cit.*, (1997) p. 4.

⁶ Os conceitos mencionados anteriormente são: Manutenção, Reparação, Restauro, Reabilitação, Reconstrução. O autor refere ainda a existência de outros termos, tais como: Reversibilidade, Anastylis, Lacuna, Reintegração e Patine. Cf. Fernando Henriques, *ob. cit.*, (1991), p. 2.

na restante malha urbana envolvente, o munir de infraestruturas capazes de dar resposta às necessidades de uma determinada população, o tornar detentor de novos valores de uso, de modo a que, seja considerado como um núcleo de referência e não apenas, mais um núcleo urbano totalmente esquecido.

Françoise Choay alerta para a necessidade de se entender claramente o diferente significado da história das doutrinas do urbanismo, suas aplicações concretas e a invenção do património urbano histórico e sua protecção.

«La conversion de la ville matérielle en objet de savoir historique a été provoquée par la transformation de l'espace urbain consécutive à la révolution industrielle: bouleversement traumatique du milieu traditionnel, émergence d'autres échelles viaires et parcellaires. C'est alors, par effet de différence et, selon le mot de Pugin, par contraste, que la ville ancienne devient objet d'investigation. Les premiers à la mettre en perspective historique, et à l'étudier selon les mêmes critères que les formations urbaines contemporaines, sont d'abord les fondateurs (architectes et ingénieurs) de la nouvelle discipline à laquelle Cerdà donne le nom d'urbanisme. Le même auteur propose la première histoire générale et structurale de la ville.

Mais opposer les villes du passé à la ville du présent ne signifie pas pour autant vouloir conserver les premières. L'histoire des doctrines de l'urbanisme et de leurs applications concrètes ne se confond nullement avec l'invention du patrimoine urbain historique et de sa protection. Cependant, les deux aventures sont solidaires. Que l'urbanisme s'attache à détruire les ensembles urbains anciens ou qu'il tente de les préserver, c'est bien en devenant un obstacle au libre déploiement de nouvelles modalités d'organisation de l'espace urbain que les formations anciennes ont acquis leur identité conceptuelle. La notion de patrimoine urbain historique s'est constituée à contre-courant du processus d'urbanisation dominant. Elle est l'aboutissement d'une dialectique de l'histoire et de l'historicité qui se joue entre trois figures (ou approches) successives, de la ville ancienne. J'appellerai ces figures respectivement mémoriale, historique et historique»⁷.

Perante esta realidade mais alargada, há que considerar que, «(...) no âmbito do lançamento de intervenções de salvaguarda e conservação ou ainda de reabilitação urbana e arquitectónica, desenvolvem-se estratégias múltiplas e orquestradas que implicam o lançamento simultâneo de operações substancialmente especializadas e diferenciadas entre si, contendo por vezes, no seu significado, a definição de todo um programa, por vezes muito específico, de actuação»⁸.

Aos termos atrás referidos, podemos acrescentar outros mais, para um entendimento mais correcto do leque variado e complexo, englobado no âmbito da salvaguarda do património urbano arquitectónico, a saber: Conservação, Conservação do património arquitectónico; Restauro; Reabilitação; Reabilitação urbana; Revitalização; Reestruturação; Renovação urbana; Salvaguarda activa e Manutenção⁹.

⁷ Françoise Choay, *L'Allégorie du Patrimoine – L'invention du patrimoine urbain*, cap.V, Éditions du Seuil, Paris, 1996, pp. 133-134.

⁸ Citação transcrita, de J. Aguiar; A. Cabrita; J. Apletton, Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais, Conceitos Fundamentais, Anexo 1, vol.1, LNEC/DGOT, Lisboa, 1997 p.A. I-1.

⁹ Sobre as definições dos termos referidos anteriormente veja-se: J. Aguiar; A. Cabrita; J. Apletton, *ob. cit.*, pp. A.1-2- A.1-5.

Damo-nos portanto, conta de que existe uma panóplia de acções no âmbito da salvaguarda do património histórico edificado e do património histórico urbano. Pretendemos, no entanto, evidenciar, com algum pormenor, as acções de conservação e de reabilitação urbana, como acções mais prementes a seguir nos dois casos de estudo desta dissertação.

Como já foi referido, o primeiro caso de estudo - o Espaço Intra-Muros do Castelo de Moura (coração da cidade) - é um núcleo histórico que, pelo facto, de terem desaparecido a sua malha urbana e a sua função como local habitado, se tornou um núcleo isolado e abandonado, detentor apenas de alguns edifícios monumentais pontuais com carências muito graves em inúmeros aspectos. Actalmente, este espaço não revela qualquer vitalidade e é considerado como um espaço "morto" integrado no restante centro histórico da cidade. Há que intervencioná-lo mediante acções de conservação, com o intuito de se prolongar o seu tempo de vida. Mas intervencioná-lo numa vertente urbanística, visando a sua integração no contexto urbano que o envolve, através da sua reanimação funcional de modo a que passe a ser um lugar de referência, que responda às necessidades da população.

O outro caso de estudo - o Bairro da Mouraria - é um núcleo urbano histórico residencial, que possui ainda plenitude funcional de um bairro comum, embora com carências graves que importa serem resolvidas atempadamente, antes que venha a perder as poucas características que o identificam, algo a preservar. Neste tipo de realidade é necessário intervir de maneira a que, este bairro mantenha a sua identidade e autenticidade, princípios definidores de um ambiente próprio, e também a que obtenha valores de uso e utilidade válidos a fim de que, várias faixas etárias de população escolham este espaço para habitar.

Em nosso entender, apesar de não ser um núcleo posto de parte, isto é, desenraizado do resto do centro histórico, é importante que, seja contextualizado e faça parte integrante da envolvência urbana que o rodeia. Para que isso aconteça, terá que oferecer boas condições de habitabilidade, disponibilizar serviços e equipamentos sociais, e ser detentor de um tráfego adequado ao espaço, e de parques de estacionamento. As questões supra citadas são algumas das lacunas que este bairro possui, razões plausíveis para se intervir no âmbito da conservação urbana, complementada possivelmente por acções de reabilitação. Porém, estas actuações devem contribuir para o prolongamento da vida do núcleo histórico procurando-se não se falsificar a imagem que ainda nos transmite.

A acção de conservação já foi mencionada anteriormente, como uma actuação a aplicar nos dois tipos de patrimónios supracitados. No entanto, a reabilitação é uma actividade que se destaca de igual modo na salvaguarda do património.

A reabilitação urbana «(...) evoca uma prática com dois aspectos. Por um lado, visa à melhoria das condições de habitabilidade, criação e requalificação de equipamentos comunitários e de infra-estruturas, instalações e espaços de uso público. Por outro, infere a importância na potenciação/revitalização dos valores culturais, sócio-económicos, ambientais e funcionais. Mas, ao lidar com uma lógica de acção, ou seja uma perspectiva prática,

confronta-se com distintas dimensões de acção, e com distintos actores sociais, de maneira que o processo torna-se mais complexo do que a priori parece.

Portanto, entre as distintas dimensões de acção inerentes à reabilitação destacam-se as seguintes: (1) reverter o processo de degradação sócio - física dos núcleos históricos, promovendo a sua revitalização, recuperação ou requalificação; (2) reverter o processo de desagregação e perda dos valores sócio-culturais ao nível das identidades, manutenção e preservação do património histórico, promovendo a sua revitalização. E, naquilo que se refere aos distintos actores sociais, interessa-nos aqui destacar: (1) as características de atribuição de valores culturais e respectiva legitimação por parte dos técnicos envolvidos com o pensar e agir na cidade existente; (2) a valoração que os utentes deste mesmo espaço atribuem aos bens e manifestações culturais»¹⁰.

Com base na citação acima transcrita, podemos referir que a reabilitação urbana está integrada plenamente na política de salvaguarda e valorização do património urbano e arquitectónico, proporcionando a melhoria das condições de vida das populações residentes, tanto ao nível cultural, como social e económico.

Actualmente nem sempre se actua de uma forma adequada ao nível da reabilitação. A este propósito José Aguiar salienta o seguinte: «*De uma atenta observação das nossas práticas da conservação e da reabilitação urbana, fica-me a terrível impressão de que, fora alguns casos isolados de enorme coragem e mérito destaque público, não estamos, de facto, a conservar e que, na grande maioria dos casos o que hoje chamamos «reabilitação urbana de centros históricos» constitui uma das mais amplas operações de falsificação histórica de que há memória.*

Refiro-me à tendência, generalizada a quase todo o país, de entender a intervenção na cidade histórica dentro de duas gamas essenciais de possibilidades: (i) como uma oportunidade relativamente livre de renovar – que sempre significa deitar abaixo e fazer algo novo, não necessariamente copiando o existente -, em exercícios de projecto que procedem dentro de uma lógica reinterpretaiva, onde a obrigação objectiva de preservar é preterida pela afirmação ideosincrática do projecto-de-autor, num empenhamento dirigido para afirmação da contemporaneidade (valor do novo, valor de uso, novos paradigmas estéticos) sobre os valores da história; (ii) a camuflagem de intervenções profundamente transformadoras sobre uma capa de aparente respeito patrimonial, demolindo a base da conservação urbana, ou seja a preservação da tipologia fundiária, procedendo a anexações cadastrais, e camuflando tudo isto por detrás de um despudorado fachadismo»¹¹.

O autor acrescenta ainda o seguinte «Para o proprietário comum, investir na conservação ou no restauro de um imóvel significa na maior parte das vezes devolver-lhe o valor de uso de um objecto novo (como explica Riegl). O valor do novo justifica um «*horror ao velho*» que se traduz na preferência por soluções tecnologicamente avançadas, teoricamente as contemporâneas, as quais hipoteticamente poderiam resolver todos os problemas da

¹⁰ Marluce Menezes, Espaço, cultura e recuperação do património urbano. Estudo de caso : o Bairro da Madragoa, em texto apresentado nº III Congresso Português de Sociologia, 1996, p.1.

¹¹ J. Aguiar, *ob. cit.*, (1999) pp. 23-24.

construção antiga»¹².

Podemos então salientar que é imprescindível que exista um conhecimento correcto dos princípios inerentes a cada acção a aplicar no património histórico edificado e urbano, caso contrário perder-se-ão valores inerentes a esse mesmo património, sendo a sua reapropriação nitidamente irreversível.

3.2. A autenticidade no contexto da salvaguarda do património histórico construído

O conceito de autenticidade é um princípio básico a ter em conta, estando hoje integrado quer na filosofia do pensamento da actual conservação e restauro de monumentos, quer também num âmbito mais alargado da salvaguarda de cidades históricas.

Presentemente, para além da importância do conhecimento da identidade de um lugar, é imprescindível pensar-se na autenticidade histórica desse mesmo lugar.

*«A conservação do património cultural em todas as suas formas e períodos históricos fundamenta-se nos valores atribuídos a esse mesmo património. A nossa capacidade para compreender esses valores depende, em parte, do grau de credibilidade e veracidade das fontes de informação a seu respeito. O conhecimento e a compreensão destas fontes de informação, por relação com as características originais e subsequentes do património cultural, e do seu significado, é um requisito básico para avaliar todos os aspectos da autenticidade»*¹³.

Segundo Jukka Jokilehto o princípio da autenticidade é teorizado aquando da preocupação manifestada por John Ruskin em defesa de acções contra o restauro estilístico ¹⁴.

«Romanticism and the various revivals of the nineteenth century contributed to the preference for stylistic puritig in midiaeval buildings, and, consequently many historic buildings suffered arbitrary restorations, destruction of original parts, and creation of new elements on the basis of analogy» ¹⁵.

Perante tal realidade, John Ruskin cria um movimento “anti-restauro”, defendendo e enfatizando intrinsecamente os valores morais no verdadeiro e autêntico trabalho das gerações passadas, como se referiu no segundo capítulo deste trabalho.

¹² *Idem*, p. 24 e ainda a propósito das teorias de Riegl ver F. Choay, *ob. cit.*, (1992), pp. 124-129.

¹³ José aguiar; Paula Amendoeira, Documento de Nara Sobre a Autenticidade (tradução livre), em J. Aguiar, *ob. cit.*, (1999), p. 33.

¹⁴ Jukka, Jokilehto, Autenticity in Restoration Principles and Practices, em *APT*, Toronto, 1984, p. 4.

¹⁵ *Idem*, p. 4.

Françoise Choay do mesmo modo destaca a postura de Ruskin e de Morris sobre a importância de se exigir autenticidade na conservação de monumentos: «*A Ruskin et Morris, il doit sa conception de la conservation des monuments, fondée sur la notion d'authenticité. On ne doit pas seulement préserver la patine des édifices anciens, mais les additions successives dont les chargea le temps: véritables stratifications, comparables à celles de l'écorce terrestre, que Viollet-le-Duc condamnait sans scrupule. Le respect de l'authenticité doit également faire récuser la conception «paléontologiste», selon laquelle Viollet reconstitue les parties disparues des édifices, et davantage encore sa typologie stylistique qui, malgré certaines déclarations contraires, finira par méconnaître le caractère singulier de chaque monument*»¹⁶.

É importante referir que o ponto de vista de Françoise Choay, constitui uma necessidade premente nos nossos dias, pois é efectivamente necessário considerar, todas as marcas deixadas pelos povos na arquitectura ao longo da história, enquanto factos essenciais a ter em conta no acto de conservar.

Presentemente, José Aguiar refere o seguinte: «*Conservar obriga-nos a garantir a transmissão, para o futuro, dos valores artísticos e históricos dos edificios e cidades históricas. Entre os valores do património, depois de séculos de adulterações, tem-se ultimamente destacado o valor da sua autenticidade. Mas o que é autêntico? Se é verdade que apenas cada cultura pode definir qual a sua autenticidade, o que lhe é autêntico, é também verdade que, em todas as culturas, a autenticidade do património arquitectónico enquanto testemunho artístico e histórico reside, em grande parte, na própria materialidade dos objectos que até nós chegaram, na incorporização com que nos foram transmitidos. Sendo que o autêntico é também a soma dos erros, das omissões, dos enganos (...) e de alguns, sempre poucos acertos no processo de restauro e conservação*»¹⁷.

Para Françoise Choay, Camilo Boito representa uma das personalidades que mais se destacou, na defesa da importância dos conceitos de autenticidade inerentes à acção do restauro, sobretudo numa época crítica da história, como o período posterior à Primeira Guerra Mundial ¹⁸.

No segundo pós-guerra, Cesare Brandi foi outra das personalidades a preocuparem-se com a questão da autenticidade enquanto princípio fundamental na salvaguarda do património. Os seus contributos teóricos estão na base da destacada teoria italiana para a conservação de trabalhos de arte, além da acção que desenvolveu como criador e primeiro Director do famoso Instituto Central do Restauro em Roma ¹⁹.

Este conjunto de citações de Jukka Jokilehto e de Françoise Choay elucida-nos da importância deste princípio já

¹⁶ F. Choay, (1996) p. 122.

¹⁷ Citação transcrita de José Aguiar, Algumas Notas Sobre a Conservação de Revestimentos Exteriores em Edifícios Antigos em *Jornada Prática da Conservação e Restauro do Património Arquitectónico*, GECO.RPA, Sintra, 1998, p. 1.

¹⁸ «Les concepts d'authenticité, de hiérarchie d'interventions, de style restauratif ont permis à Boito de poser les fondements critiques de la restauration comme discipline. Il a énoncé un ensemble de règles qui ont été modulées et affinées à la suite des destructions causées par les conflits armés, depuis la Première Guerre mondiale, et à mesure de l'évolution des techniques constructives, mais qui demeurent valables pour l'essentiel.» CHOAY, F. Choay, *ob. cit.*, (1996), p.124.

¹⁹ « According to Brandi, restoration consists of the preservation of the material of a work of art, and it aims at the re-establishment of the potencial unity of the work of art so far as possible without committing an artistic or historic falsification. A fundamental pre-condition for restoration is the recognition and definition of an object as a work of art, considering its aesthetic and historic aspects. Restoration is the method for transmitting the work of art to the future.» Jukka Jokilehto, *ob. cit.*, (1984), p.5.

tratado no século passado, como uma necessidade de repulsa contra as atitudes bárbaras que se concretizavam sobre o património na época.

Fernando Henriques a propósito do conceito de autenticidade escreve o seguinte: «*A conservação do património histórico edificado é uma ciência autónoma, com contributos de várias outras ciências como as engenharias, a arquitectura, a história da arte, a arqueologia, a geologia, a informática, etc, mas regida por regras próprias que, apesar de não assumirem a forma de ciência exacta, são na sua essência razoavelmente claras e imutáveis mesmo a nível internacional. Veja-se o caso do conceito de autenticidade. Apesar da forma nem sempre constante como esse conceito é avaliado, a sua importância enquanto noção fundamental é real em qualquer parte do mundo e para qualquer uma das duas grandes escolas regionais – ocidental e oriental – actualmente existentes. É curioso notar que mesmo nesta escolas, que se encontram em posições filosóficas quase radicalmente opostas, aquele conceito é sempre considerado como a base de toda e qualquer reflexão sobre o património*»²⁰.

Em virtude de uma avaliação diversificada da prática da conservação do património ao nível mundial, sentiu-se a necessidade de se realizar uma conferência, onde pudessem ser debatidos painéis que focassem sobretudo o alargamento do respeito por essa mesma prática, inevitável numa grande diversidade de patrimónios resultantes de culturas bem demarcadas de diferentes nações e etnias. Coube à UNESCO promover este evento, que como já atrás indicamos se realizou no Japão em Novembro de 1994, estando as suas conclusões registadas no Documento de Nara sobre Autenticidade.

Como refere José Aguiar, «*Os principais aspectos inovadores e de conteúdo no Documento de Nara foram:*

- *considerar a autenticidade como estando sempre dependente das distintas realidades das diferentes culturas – o que é genuíno e autêntico para uma cultura não o é necessariamente para outra -, transformando a diversidade cultural num factor primário da avaliação de valores patrimoniais;*
- *o realce da importância da autenticidade como factor ético que deve presidir à condução da investigação científica, assim como as pesquisas factuais e documentais que informam as decisões e os projectos de conservação, cuja qualidade e rigor serão sempre dependentes da credibilidade das fontes da informação utilizadas;*
- *a proposta (ainda que implícita) de uma nova grelha, de espectro substancialmente mais amplo do que a anterior, definindo os aspectos específicos, que passarão a conformar o julgamento do valor de autenticidade de um património, que passam a ser «(...) a concepção e a forma, os materiais e a substância, o uso e a função a tradição e a técnica, a situação e a implantação, o espírito e o sentimento (ou a expressão). Estes factores são internos ou externos à obra»²¹.*

²⁰ F. Henriques, Algumas Reflexões Sobre a Conservação do Património Histórico em Portugal, em 2º *Encontro Sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*, vol. I., L.N.E.C.1997, Lisboa, p. 71.

²¹ José Aguiar, Referências Doutrinárias, da Carta de Veneza ao Documento de Nara, em *Estudos Cromáticos nas Intervenções de Conservação em*

Por sua vez, Aires-Barros adianta que no âmbito da formação na conservação « *A tarefa fundamental do Conservador–Restaurador será a de estudar os materiais que são constituídos os bens culturais, avaliar e compreender o significado sociológico e histórico desses bens no devir sócio-político das nações, de modo a poder propor e executar medidas que obstem à degradação e perda desses mesmos bens.*

*Acresce que as acções de restauro levantam um problema de grande acuidade que também está latente nas operações de conservação e preservação. É o da autenticidade que é essencial que seja respeitada em qualquer daquelas acções»*²².

É-nos, por conseguinte, lícito concluir, segundo estes autores, que o conceito de autenticidade se aplica em diferentes circunstâncias, consoante a realidade presente no património construído em questão, a conservar ou a recuperar.

A autenticidade estética dum edifício relaciona-se com a preservação da “facies” da construção original e das modificações construtivas que lhe tenham sido adicionadas ao longo do tempo. Nas acções de conservação não é a unidade de estilo que se procura, mas sim o respeito por todas as evidências históricas existentes num edifício²³.

Relativamente à questão da autenticidade dos materiais, é necessário que exista a noção de que se devem respeitar e manter os materiais originais do edificado, pois qualquer remoção ou alteração dos mesmos prejudica fortemente a sua imagem artística e histórica, isto é, o valor do próprio edificado²⁴.

Relacionada com tal autenticidade, existe uma outra, a autenticidade dos processos construtivos, relacionada com «(...) *todas as evidências existentes num edifício relativas à forma como foi construído, designadamente no que se refere às tecnologias utilizadas e às particularidades da sua execução*»²⁵.

A questão da autenticidade do edificado depende, literalmente, do tipo de atitudes e das estratégias de projecto que os técnicos responsáveis desenvolverão. Admitimos que é difícil, por vezes, conciliar harmoniosamente e sem conflitos o aspecto estético do edifício em estudo, com a sua própria estrutura (estado de conservação, material e superfícies expostas) e a autenticidade que poderá resultar do bom senso das actuações que se pretendem pôr em prática.

A preservação da autenticidade também depende da estratégia que se aplique na preservação da própria “pele” do edificado. Este tipo de intervenção contribui para a manutenção da imagem representativa da história do

Centros Históricos, Bases para a sua aplicação à realidade portuguesa, Dissertação de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico, Universidade de Évora, Évora, 1999, pp. 82-83.

²² Luis Aires-Barros, *ob. cit.*, (1997) p. 30. Este autor refere ainda que: «*Autenticidade, eis a palavra-chave de muitos documentos que enunciam a doutrina e os critérios da preservação do património cultural. Pode, mesmo, admitir-se que o conceito de autenticidade é básico na definição da doutrina actual que molda a conservação e restauro.*» Citação transcrita de Luis Aires-Barros, *As Grandes Questões do Património Cultural Construído, Como gerir o Património Cultural ?*, em *Gestão e Tutela do Património, Cadernos SPPC*, nº 2, SPPC, Fevereiro, Évora, 1996, pp. 15-16.

²³ F. Henriques, *ob. cit.*, (1991) p.10.

²⁴ Luis Aires-Barros, *ob. cit.*, (1996), p. 16.

²⁵ F. Henriques, *ob. cit.*, (1991) p.10.

objecto, que nos oferece sensações emotivas fortes, através do contacto directo com aquilo que as gerações anteriores à nossa nos ofereceram, dispondo de meios técnicos-científicos reconhecidamente inferiores aos que actualmente possuímos ²⁶.

Contudo, paralelamente à autenticidade dos materiais e dos processos construtivos deparamo-nos com a autenticidade formal, ambas relacionadas com a autenticidade histórica, significando a última, a manutenção dos valores históricos que surjam associados aos edifícios em estudo, invalidando toda e qualquer intervenção que possa alterar ou falsificar aquele tipo de evidências ²⁷.

Para além de analisarmos todos os tipos de autenticidade já referidos, devemos lembrar-nos de um outro, deles complementar, mas não de menor importância : a autenticidade do lugar, isto é, do espaço envolvente, que «(...) tem a ver com a relação entre o edifício e o local onde se encontra implantado. Um edifício histórico não deve ser encarado isoladamente mas antes inserido no seu contexto natural, rural ou urbano, conjunto esse que deve ser preservado. As situações em que as preocupações de conservação incidam apenas sobre uma das vertentes daquele conjunto podem originar, no limite, a completa descaracterização do que se pretendia conservar»²⁸. Se esta autenticidade não for respeitada poderá pôr em causa as autenticidades que citámos noutra lugar.

Pelas descrições anteriores, podemos constatar como é fundamental o respeito por cada tipo de autenticidade mencionada, peculiar tanto de uma realidade do edificado como da cidade histórica. Hoje em dia, não é raro existirem, grandes lacunas de actuação ao nível do planeamento para as cidades históricas, pondo-se sistematicamente a sua autenticidade em causa. Investe-se em planeamentos suportados por conhecimentos científicos e técnicos não muito válidos, geralmente direccionados para uma intervenção pouco beneficiadora da cidade histórica. Este tema será posteriormente referido na alínea *Planeamento e Cidade Histórica*.

Em nosso entender, os vários tipos de autenticidade até então apontados, conjugam-se e complementam-se entre si, e podem mesmo estar presentes nos casos de estudo deste trabalho.

A autenticidade estética encontra-se nas ideias transmitidas pelos povos, que passaram pelo Espaço Intra-Muros do Castelo e que, em razão das suas diferentes necessidades, deixaram sucessivos vestígios de atitudes construtivas nos edifícios desse mesmo espaço.

²⁶ Luís Aires-Barros, *ob. cit.*, (1996), p. 16.

²⁷ F. Henriques, *ob. cit.*, (1991) p.10.

²⁸ *Idem*, p. 10.

Para além dos vestígios arquitectónicos construtivos de origem que cada edifício apresenta, podemos ainda detectar nestas construções, as alterações construtivas pontuais, que eventualmente sofreram ao longo dos tempos. Estamos em presença de uma realidade construída ainda hoje autêntica, pelo que, depois de uma análise crítica cuidada se devem preservar a todo o custo os elementos inadiáveis.

Apesar de tudo, também tem que se tomar em consideração que, pelo facto de se terem feito acções pontuais no nosso século presente (Torre do Relógio, Torre Islâmica, no edifício da Roda dos Expostos e na Muralha e Torres Medievais) ainda existem elementos de um contacto directo com alguma realidade construtiva de origem dos edifícios.

Todavia, vemo-nos aqui forçados a chamar a atenção para o preocupante estado de degradação do Convento Nossa Sr.^a da Assunção do Castelo, caído em esquecimento e em completo abandono, sem beneficiar de obras de intervenção e de conservação que há muito reclama..



Fig. 3.1- Moura, Convento de Nossa Sr.^a da Assunção do Castelo num estado de degradação avançado.(foto da autora)

Não será demais alertar para os riscos de atentado à autenticidade do monumento em questão, parcialmente destruído quando em meados do século XX se pretendeu desalojar a população aí residente, sem olhar às consequências que no futuro daí adviriam, facto este já por nós mencionado neste trabalho.

O conceito anteriormente referido insere-se na autenticidade dos materiais e processos construtivos, que devem integralmente ser respeitados. Quem intervir no espaço Intra-Muros do Castelo deve, forçosamente, ter a preocupação de estudar os materiais tradicionais aplicados nos edifícios lá implantados para, posteriormente, os conservar de modo adequado. Ora, tal só é possível através da aplicação prioritária dos materiais originais ou, se a sua aplicação for impossível, optar-se pela utilização de materiais alternativos mais adequados.

No momento presente o único vestígio que nos pode dar a noção da provável autenticidade formal e estética, dos materiais e processos construtivos do edificado habitacional dentro da fortificação são apenas as ruínas e as fotografias antigas de um edifício designado por "casa medieval", que perdura desde a última demolição (anos 60). No entanto, o que resta deste edifício não tardará a cair, se este não for intervencionado com medidas urgentes de consolidação e conservação.



Fig. 3.2 - Moura, Bairro do Castelo, "casa medieval" nos anos 40/50 (Biblioteca Municipal de Moura),

Fig. 3.3 - *Idem*, "casa medieval" nos anos 90. (foto da autora)

No Bairro da Mouraria, a questão da autenticidade pode ser posta em causa, pelo facto de muitos edifícios já terem sofrido transformações significativas através da aplicação de alguns materiais e processos construtivos inadequados. Estas iniciativas deturparam visualmente, alguns edifícios, que perderam a sua tipologia tradicional e, conseqüentemente, comprometeram a sua imagem e as autenticidades referidas anteriormente.

Neste conjunto de valores perdidos, inclui-se o comprometimento da autenticidade formal, originando realidades que resultam do descuido e da falta de fiscalização de acções reprováveis de uma população não ensinada e motivada para a preservação do seu espaço, como algo que identifica as suas próprias origens.



Fig. 3.4 - Moura, Bairro da Mouraria, edifício descaracterizado, (foto da autora)

3.3. “ Identidade ” – Quais os valores da identidade de um lugar histórico que justificam a sua conservação?

Para melhor podermos entender as questões respeitantes aos processos de conservação e reabilitação de determinado património construído, apercebemo-nos de imediato quão premente é a necessidade de se entender a importância da definição de identidade de um determinado lugar para, posteriormente, termos bases concretas e objectivas que nos levarão a decidir da sua possível preservação ou renovação.

Este importante princípio deve ser considerado como um dos elementos fulcrais no processo de preservação dos testemunhos arquitectónicos históricos que anteriores gerações nos deixaram, testemunhos esses eventualmente essenciais para a definição da nossa própria identidade, fundamentais a transmitir às gerações seguintes.

Assim, para se actuar no contexto da salvaguarda de um determinado núcleo histórico devem-se ter em consideração as complexas situações que o envolvem, e perceber como estas lhe proporcionam determinadas condições, favoráveis ou não à sua preservação.

O que significa a identidade do lugar? Quais os valores na identidade de um lugar histórico que justificam a sua conservação ?

É necessário realçar que um determinado lugar, pode estar ou não repleto de património construído e que este é representado por inúmeros edifícios detentores de percursos vivenciais distintos, com maior ou menor importância no contexto cultural. Mas, coloquemos agora uma outra questão - Qual a identidade deste e daquele outro edifício?

A identidade de um lugar pode ser-nos transmitida através de referências civilizacionais presentes nos edifícios históricos, daí a obrigatoriedade da sua presença como lugares únicos representativos de uma história sem igual.

Sendo um povo de carácter ocidental, tivemos sempre a preocupação de não perdermos as memórias sólidas, testemunhas identificadoras da nossa história. É através da identidade que o património representa, que nos podemos orgulhar de que existe algo que nos identifica e caracteriza como um povo de raízes profundas. No entanto, se não houver cuidado em preservar esse legado de um modo correcto, seremos identificados por um património que não é autêntico, isto é, não é verdadeiro, passando a nossa herança arquitectónica ainda existente a representar uma realidade histórica falsa.

«O conceito de identidade é tradicionalmente relacionado com um processo de historicidade. Sempre se entendeu como mais valioso e rico de identidade o património construído que já tem história, que já foi objecto da atenção da história, que sofreu toda uma capitalização de olhares e atenções que exigem tempo. Sempre se verificou também uma espécie de recusa do valor de identidade a tudo o que ainda não foi sujeito ao mesmo processo histórico, ao que ainda é demasiado contemporâneo, ao que, não tendo o suficiente tempo, ainda não apela às emoções de saudade ou acede à valorização do crivo da história» ²⁹.

Torna-se, assim, imprescindível alertar para a necessidade de garantir sem sombra de dúvida descortinar, efectivamente, qual a identidade e a autenticidade do lugar em estudo, para depois se escolher a acção mais correcta a aplicar-lhe e contribuir para o prolongamento da sua existência, sem perturbar a imagem que o identifica, comprovativa de algo que “vale a pena ser conservado”.

Quando se submete o património construído à acção de técnicas incorrectas, isto é, nefastas, aquele corre o risco de perder a sua identidade.

Pode-se concluir através da hipótese de Lo Picollo mencionada por José Aguiar no seu artigo “Conservação, Imagem e Identidade Urbana” que, «A manutenção ou a permanência de identidades reconhecíveis seria eventualmente impossível onde as mudanças são demasiado frequentes, onde as transformações se processam demasiado rápido, onde a velocidade da mudança é excessiva» ³⁰.

Este último autor comenta tais observações dizendo que a mudança excessiva e rápida da arquitectura pode pôr nitidamente em causa o sentido de pertença dos habitantes ao lugar a que pertencem. No entanto, acrescenta ainda, « Mas se o papel da cidade, as suas vocações e capacidades mudam no tempo, então a ideia de identidade é também um conceito evolutivo. Fixá-lo, congelá-lo, através de um conceito de conservação demasiado estrito, por exemplo através de uma *«freezing approach»*, excluindo toda a modificação, impedindo as alterações naturais de significado e de valor que sempre sucedem no processo de reapropriação que cada geração

²⁹ José Aguiar, ob. cit., (1999) p. 8.

³⁰ Idem, p.8.

faz dos valores artísticos, dos valores estéticos, dos valores arquitectónicos herdados, é excluir o tempo da vida da cidade, ao mesmo tempo que se excluem as ligações desta com a sociedade que a habita.

Se a identidade de uma cidade é artificialmente paralisada no tempo, se a pudéssemos bloquear numa fracção do tempo dessa cidade, essa identidade congelada deixaria de representar a vida urbana em toda a sua totalidade, e como todos sabemos, a realidade nunca pára»³¹.

A perda de identidade pode contribuir para a criação de situações fortemente problemáticas, visto que se pode cair na ousadia de se estipularem determinadas identidades falsas para os centros históricos, enquanto resultado de intenções humanas estereotipadas e de algum modo standarizadas. Presentemente investe-se em estratégias de intervenção semelhantes, para realidades históricas urbanas de características diferentes (como Óbidos, Monsaraz, etc), mas o que realmente “interessa” a alguns é que estas sejam um motivo de captação de fundos económicos e, que realmente sejam apenas algo, para o “turista ver”, processo este que pode designar-se como um processo de consumo da identidade histórica.

Tal postura se bem que ainda muito pouco estudada, já alertou felizmente alguns investigadores. Cite-se o exemplo de Ana Paula Amendoeira que na sua tese de mestrado, «Monsaraz: Análise do processo de conservação e transformação urbana no século XX », teve a preocupação de estudar, «(...) os valores que sustentam a imagem de Monsaraz, demonstrando o processo de mitificação que conduz a uma sistemática adulteração da sua representatividade e autenticidade histórica»³².

Podemos, então, concluir que antes de se planear a conservação de uma cidade histórica é necessário perceber aquilo que verdadeiramente a caracteriza, definir primeiro a sua identidade para, posteriormente, se decidir a actuação ideal a pôr em prática, para que haja a possibilidade de lhe prolongar o tempo de vida.

Tendo como suporte esta reflexão, achámos pertinente contextualizar os dois casos de estudo deste trabalho (Espaço Intra – Muros do Castelo e o Bairro da Mouraria), na questão que temos vindo a analisar e discutir - “a identidade do lugar”.

Consideramos que o Espaço Intra–Muros do Castelo de Moura, detentor ainda de vários monumentos de grande valor histórico, inseridos ainda no seu contexto original, revelam a capacidade de nos transmitir a sua identidade.

A questão da identidade está como já o referimos, directamente relacionada com a própria autenticidade dos edifícios. A preservação das tipologias, dos materiais, técnicas e processos construtivos aplicados ao longo dos

³¹ Apesar das ideias anteriormente referidas, José Aguiar afirma como é importante perceber a evolução da cidade e da sua identidade, sem se cair numa postura de «(...) laxismo ao consumismo mais depurado da história: culturalmente importará sempre manter os elementos básicos de uma continuidade que se referenciam a uma identidade inaliável dos lugares.» *Idem*, p. 9.

³² J. Aguiar, *ob cit.*, (1999) p. 155.

3. Alguns Princípios e Metodologias Gerais a seguir na Conservação e Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos

tempos, inerentes aos mesmos possibilitam-nos o conhecimento das manifestações dos inúmeros povos que os fruíram.

Através do estudo de cada um dos edifícios, podemos entender a sua identidade transmitida pela realidade ainda existente. Pela leitura e análise do espaço Intra-Muros do castelo, deparamos com várias torres :

- Sistema de muralhas islâmico (séc. XI);
- Torre de Menagem – (séc.XV);
- Igreja de Stª Maria do Castelo (séc. XV);
- Torre Salúquia e Torre do Relógio (séc. XVI);
- Sistema de muralhas medieval (séc. XV e XVI);
- Convento de Nossa Srª da Assunção do Castelo (XVI);
- Casa medieval (séc. XVI).



Fig. 3.5- Moura, Castelo, Torre de Menagem (foto da autora) e Fig. 3.6 – *Idem*, Torre Salúquia (foto da autora)

CONTRIBUTO PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DE MOURA

3. Alguns Princípios e Metodologias Gerais a seguir na Conservação e Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos



Fig. 3.7 – Moura, Castelo, Torre do Relógio (foto da autora) e Fig. 3.8 - *Idem*, sistema de muralhas islâmico (foto da utora)



Fig. 3.9 – Moura, Castelo, sistema de muralhas medieval (foto da autora) e Fig. 3.10 - *Idem*, Convento de Nossa Sr.ª da Assunção do Castelo



Fig. 3.11 – Moura, Igreja de Sta. Maria do Castelo (foto da autora) Fig. 3.12 - *Idem*, "casa medieval" (foto da autora)

3.4. A importância da imagem urbana / cidade histórica

Actualmente, é difícil compreender qual a verdadeira importância da imagem urbana como algo inerente à conservação do património urbano histórico.

Em nosso entender, a noção de que deve existir uma interligação dos elementos que formam um determinado património cultural histórico, não é geralmente considerada. Assim, raramente se entende, que um edifício histórico seja um elemento constitutivo de um determinado lugar/sítio, e que faça parte integrante de uma cidade ou de uma paisagem rural, por sua vez inseridos num território mais amplo. Há, efectivamente, uma interpenetração entre todos estes elementos e a imagem de um, interfere na imagem global de um todo³³.

A preservação correcta da imagem de um determinado imóvel revela-se fundamental para a sua validade como testemunho histórico.

Na presente década, no nosso país, há ainda uma postura incorrecta fruto da aplicação de acções nefastas ao património, sobretudo quando se pensa que ao reabilitar-se e conservar-se esse mesmo património se deve renovar; através da destruição e demolição de algo que é velho que, forçosamente, deve ser substituído por algo que é novo. Para além desta atitude tão radical, outra se destaca pactuando antes de mais com um “mundo de aparências”. Por outras palavras, actua-se no sentido de se preservar a imagem exterior do edificado, mas em contrapartida transforma-se o seu interior, de modo a que este seja ampliado e sobretudo de modo a que este passe a ter novas funções e conseqüentemente novos utilizadores.

Este processo de transformação designado - o fachadismo, faz parte do tipo de atitudes que apenas contribuem para a destruição da tipologia fundiária, aspecto contrário àquilo que se pretende no âmbito da base da conservação³⁴.

Em nossa opinião, a descrição da realidade supracitada foi necessária para compreendermos o quão é complexo, entender o verdadeiro significado de imagem urbana, referente apenas àquilo que podemos observar no exterior dum determinado edificado ou em todas as partes que lhe são inerentes (interior e exterior).

Consideramos pertinente actuar de modo a que, a imagem de um determinado centro histórico prevaleça, no sentido de lhe ser facultado a persistência das características arquitectónicas e urbanas tradicionais, assim como a preservação das vivências quotidianas representadas pelos hábitos e costumes de uma população que sem-

³³ J. Aguiar, Algumas notas sobre a conservação de revestimentos exteriores em edifícios antigos- Qual o específico “valor” da imagem urbana de natureza histórica e qual o contributo das superfícies arquitectónicas para a sua definição, em *Jornada Prática da Conservação e Restauro do Património Arquitectónico*, GECo. RPA, Seteais, Sintra, 1998, p. 5

³⁴ «O fachadismo é, hoje uma das expressões máximas de um processo substitutivo da cidade histórica e do seu património edificado, recusando ou impedindo as expressões da arquitectura contemporânea – porque na prática impede que este tenha um rosto público -, destruindo valores essenciais da arquitectura antiga ao fragmentar as relações entre fachadas e organização dos espaços interiores, desarticulando as ligações entre tipologia do edificado e morfologia urbana.

Por toda a Europa, o fachadismo constitui um fenómeno que hoje se multiplica explosivamente, sendo tomado por muitos operadores e por algumas administrações locais, como a solução ideal (mais expedita) para a resolução do problema da integração de novos programas no património edificado. O fachadismo e as alterações funcionais a que dá origem, parece constituir, para o ICOMOS, uma das mais sérias preocupações quanto à salvaguarda da identidade e do carácter dos espaços urbanos europeus de valor patrimonial.» Citação transcrita, J. Aguiar, *ob cit.*, (1999) p. 171.

pre o habitou, contribuindo, portanto, para a manutenção da imagem urbana representativa de valores antigos.

Podemos considerar que as cidades históricas portuguesas sofreram deturpações na sua imagem urbana tradicional essencialmente pela falta de conhecimentos, profissionalismo e incentivos, e não pelas destruições causadas aquando das guerras mundiais de que muitos países estrangeiros foram vítimas. Pela destruição catastrófica de cidades nestes países, apostava-se num completo e acelerado processo de renovação, através de uma reabilitação sistemática dos centros históricos e de edifícios antigos, que se baseava na renovação integral dos revestimentos e acabamentos originais, sendo estes substituídos por soluções modernizadas. Os edifícios que não sofreram tais acções são hoje considerados como relíquias intocáveis ³⁵.

Como já mencionamos, basta a deturpação da imagem de um único edifício para ser posta em causa a imagem dum centro histórico por completo. Neste contexto, José Aguiar no seu artigo «*Qual o específico “valor” da imagem urbana de natureza histórica e qual o contributo das superfícies arquitectónicas para a sua definição*» refere o seguinte, «*Uma decisão errónea, casuística, como pode ser a remoção das superfícies originais de algumas fachadas e sua substituição por soluções mais ou menos dissonantes, pode afectar decisivamente o valor e a coerência de imagem de todo um “Centro Histórico”. Pelo menos tanto quanto o conseguem também a introdução de arquitecturas dissonantes (de “autor” ou não) ou as volumetrias exageradas de “mamarrachos” especulativos*» ³⁶.

Perante a realidade apontada, podemos concluir que o leque de acções nefastas não se ajusta apenas ao processo de renovação e ao fachadismo mas deve-se também às acções por vezes consideradas como de restauro correctas, que todavia apenas contribuem para o desaparecimento evidente dos vestígios sedimentares genuínos testemunhos da história de que o edifício é detentor, através de processos sofisticados e onerosos, que não resolvem de modo algum aquilo que se pretende, numa palavra o respeito pelo património histórico edificado e urbano.

É, por conseguinte premente actuar no património urbano com sensatez e conhecimento de causa, para não se destruir por completo a identidade que ainda nos caracteriza como o povo que somos. Ora, para que tal aconteça é necessário respeitar a imagem verídica do património que nos representa.

Relativamente aos dois casos de estudo deste trabalho, a imagem urbana assume-se como algo a ser considerado, especialmente no Bairro da Mouraria, por ser objecto dos aspectos que se anteriormente referenciaram, através de actuações não adequadas, causadoras do desaparecimento de elementos arquitectónicos urbanos, identificadores da imagem tradicional que representa este núcleo como património de interesse público e que por tal razão importa ser preservado adequadamente e não destruído.

No que concerne o espaço Intra-Muros é premente o mesmo cuidado de actuação, pois este espaço, detentor de

³⁵ J. Aguiar, *ob. cit.*, (1998), p.4.

³⁶ *Idem.* p.5.

vários edifícios arquitectónicos monumentais de grande valor histórico merece ser preservado de modo a que, a sua imagem não seja ainda mais perturbada, pois já basta que o lugar onde estão implantados os edifícios tenha sofrido, no nosso século uma completa deturpação, ao ter deixado de ser detentor da malha urbana residencial (questão anteriormente mencionada). A sua memória histórica foi alterada e por tal razão urge não se destruir a imagem que agora nos transmite, como parte integrante do resto do centro histórico da cidade de Moura e do território natural que a envolve. Os edifícios deste espaço, elementos marcantes na paisagem são, em conjunto com a restante malha urbana definidores da imagem que a cidade de Moura nos transmite.

3.5. Planeamento e cidade histórica

Impõe-se entender-se que qualquer tipo de acção, que seja realizada com o intuito de salvaguardar determinado património construído, se deve inserir no contexto do planeamento adequado.

Para que se promovam correctamente os limites de intervenção de salvaguarda num determinado centro histórico, necessário é ter-se a noção de que se deve optar pela melhor metodologia a aplicar, tanto na escolha correcta da equipa de técnicos especializados nas áreas necessárias, como na dos instrumentos de intervenção adequados aos critérios e objectivos da acção em questão. Todos estes passos serão concretizados na fase de planeamento, para não sermos confrontados, com futuros problemas.

«É aqui que a conservação e planeamento se encontram em terreno comum. A conservação da cidade tem de ser planeada e sê-lo com o mesmo cuidado e aptidão que se exige para o seu crescimento e desenvolvimento. Planear simultaneamente a conservação e a mudança é o caminho mais seguro para evitar o conflito. Importa pois promover a análise e inventariação sistemática das áreas a proteger, definindo com clareza as características de interesse histórico à análise aprofundada dos modelos históricos que foram sempre as bases da renovação»³⁷.

A criação de planos que visem a salvaguarda do património arquitectónico em Portugal ao longo dos tempos, já foi referida no capítulo anterior. Neste ponto nunca é demais lembrá-lo, que se torna importante realçar o alerta para a necessidade presente de se definir a verdadeira função de uma determinada acção de planeamento.

Pode-se entender por planeamento, associado ao espaço urbano, o estabelecimento de estratégias enquadradas nos princípios normativos de modo a que se possa actuar sobre as necessidades quotidianas mais prementes.

Para além da importância de se transmitir o significado de planeamento, convém ter-se a noção de que, actualmente, se considera a criação de planos de salvaguarda, uma acção suficiente e correcta. No entanto, é imprescindível alargar-se mais o leque de soluções a aplicar sobre o património cultural construído, uma vez que

³⁷ José, Carvalho, Salvaguarda do Património Edificado, citado por Rui Mateus, *Recuperação e Conservação em Zonas Históricas*, Mestrado em Recuperação Arquitectónica e Paisagística, Universidade de Évora, 1995, p. 9.

este apresenta inúmeras realidades distintas.

Relativamente ao assunto de que nos temos vindo a ocupar, Nuno Portas escreve o seguinte no seu artigo «Notas sobre a intervenção na cidade existente»: «*Em numerosos países, e mais recentemente em Portugal, foi-se criando entretanto uma ideia de que a intervenção na cidade existente se traduz e reduz a encomendar “planos”. (...) em Portugal, um departamento central desatou a encomendar estudos de centros históricos não se sabe com que critérios nem muito menos com que sequência. Com efeito, a ideia de que ter um plano é já intervir, ou pelo menos meio caminho andado para alguém intervir, é perigosa – não só porque se aceitou a separação entre plano e capacidade de intervenção (o que corrompe o próprio conceito de planeamento) como porque foi reduzindo os estudos a “catálogos”, propostas de regulamentos físicos e, nalguns casos, redesenhos de estruturas para executar não se sabe quando nem por quem. Os denominadores comuns destes “estudos” foram por um lado o seu isolamento dos órgãos do poder local e outro o não serem concebidos em função de políticas ou medidas de intervenção pública directa ou indirecta dirigidas à recuperação do parque edificado»³⁸.*

No momento presente, como existe uma grande arbitrariedade na tomada de decisões sobre como intervir nas cidades históricas, é evidente que se deve planear, investir e exigir acções de qualidade para se salvaguardar correctamente essas mesmas cidades históricas, caso contrário, sofrerão acções tão nefastas, que acabarão por ser “vítimas” da falta de sensibilidade e da ignorância técnica e científica.

José Aguiar pronuncia-se como se segue: «*(...) no património importa reduzir riscos da eventual arbitrariedade na tomada de decisões. Podemos e devemos exigir mais verdade e mais clareza nos planos e no desenho para os Centros Históricos. Mas como? Através do rigor no método! Através da potenciação de instrumentos conceptuais de grande clareza lógica, apreciáveis por todos e de fácil entendimento e transmissibilidade; através de escolhas claramente justificadas que permitam reconstituir e demonstrar justiça do caminho seguido, aumentando, em suma, as bases de legitimação dos planos e dos projectos incidindo sobre a cidade histórica»³⁹.*

O bom senso é, portanto, imprescindível, no planeamento da salvaguarda dos centros históricos, para que, “não se caia na tentação” de se seguir única e exclusivamente uma política de renovação urbana.

Contudo, apesar dos processos e estratégias que se têm vindo a aplicar na salvaguarda das cidades históricas, não serem por vezes os mais correctos, numa atitude optimista pensamos que de futuro se poderão verificar

³⁸ Nuno Portas, Notas sobre a intervenção na cidade existente, em *Sociedade e Território*, Ano 1, nº 2, 1985, p. 8.

³⁹ J. Aguiar, *ob. cit.*, (1999) p.19.

progressos e formas mais correctas de agir por parte das entidades responsáveis em relação à cidade histórica⁴⁰.

Como a realidade de uma incorrecta salvaguarda das cidades históricas não é só uma questão presente no nosso país, mas também existe na maioria dos países estrangeiros, reconheceu-se a necessidade de se criar o documento já atrás mencionado - a Carta de Washington (Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas – 1987) com a finalidade de ficarem definidos os princípios e os objectivos, os métodos e instrumentos de acção adequados à salvaguarda das cidades históricas, com a intenção de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, e prolongar o tempo de vida dos seus testemunhos artísticos, marcos da memória da humanidade.

Segundo nos parece, caminha-se para o bom “sentido”, embora devagar: a preocupação de se criarem documentos, como o referido no parágrafo anterior ou como o Documento de Nara de 1994, também já mencionado, revela uma atitude apenhada que pode vir a colmatar a degradação ou a destruição das cidades históricas. Apesar do património urbano ser um problema considerado há muito pouco tempo, todas as intenções que puderem vir a beneficiá-lo são completamente válidas. No entanto se não se lutar a curto prazo e o mais rapidamente possível, contra as acções de salvaguarda de pouca qualidade aplicadas a essas mesmas cidades históricas é óbvio que se perderá aquilo que mais nos pode identificar como um povo de raízes sólidas. Para que tais iniciativas possam dar alguns frutos, as intenções desses documentos têm que ser transmitidas a quem venha a intervir no património em causa.

3.6. Estratégias de intervenção : intervenção mínima, compatibilidade e reversibilidade dos materiais

Para além dos conceitos supracitados, ligados ao processo de salvaguarda do património construído, sentimos a necessidade de lhes acrescentar outros, como a intervenção mínima, compatibilidade e reversibilidade dos materiais a aplicar no património, sendo a sua utilização fundamental para uma correcta acção de prolongar a durabilidade desse património.

A este propósito apraz-nos citar Fernando Henriques que, no seu artigo sobre “As Exigências na Formação em Conservação”, diz o seguinte: *«(...) quais os objectivos que devem ser alcançados num ensino especializado na área de conservação? Antes de mais há que ter presente que a conservação do património não é apenas uma actividade técnica com algumas implicações culturais, mas antes uma actividade cultural com implicações técni-*

⁴⁰ A propósito deste assunto, José Aguiar refere que o conhecimento da realidade onde se intervém é fundamental, devendo-se investir na « (...) qualidade da leitura, da compreensão e da interpretação das realidades urbanas e territoriais e dos seus valores históricos, majorando a possibilidade da sua retroversão para os processos de planeamento ou para a inteligência do desenho. Para a conservação urbana o reconhecimento da persistência dos sinais, na fase de análise, foi e continua a ser, o elemento verdadeiramente forte e útil para a produção da síntese (o projecto, qualquer que seja).

Essa importância do conhecimento, além de permitir determinar quais os valores existentes no território histórico e avaliar da sua qualidade, enuncia os recursos mobilizáveis e permite formar uma consciência delimitativa das acções a empreender : a descoberta e a demonstração dos valores patrimoniais, desde que documentados com absoluto e incontestável rigor histórico e científico, torna-se ela própria um dos mais importantes factores da conservação.» J. Aguiar, *ob. cit.*, (1999), p.20.

cas. Este aparente jogo de palavras traduz uma das noções cruciais que importa realçar : qualquer intervenção no contexto referido, deve ser previamente enquadrada e enquadrável por uma análise crítica do objecto. Deve ainda ser efectuada em termos de adequação aos pressupostos que são actualmente aceites como válidos do ponto de vista da teoria da conservação, consubstanciados designadamente, e dada a inexistência de uma Carta de Conservação Nacional, no espírito e na letra da Carta de Veneza e apoiados na interpretação que seja feita de conceitos essenciais como autenticidade, tempo de vida, intervenção mínima, reversibilidade, compatibilidade dos materiais, etc (...)»⁴¹.

Intervenção mínima

Este princípio latente no processo de salvaguarda do património histórico edificado e urbano. Ao conservar-se, por exemplo, um edifício ou um centro histórico é conveniente ter em consideração a concretização do mínimo de obras possíveis, caso contrário, pode-se “cair na tentação” de se seguir uma postura de renovação que, no entender de muitos, é a mais correcta.

Em nossa opinião, achamos extremamente notória a dificuldade que existe em, intervir num núcleo histórico, no sentido de colmatar tantas lacunas que lhe são inerentes, como o evidente fachadismo, renovação, deturpação da imagem, identidade e autenticidade perdidas, etc, situações presentes em muitas cidades históricas portuguesas.

Considerando tais realidades, torna-se imperioso o investimento em acções que visem obras de impacto mínimo. Actuar num centro histórico significa comunicar com um grande número de problemas sociais, que podem avolumar-se quando a própria população é expulsa ou “colocada” por algum tempo em locais que não se enquadram no seu ideal de vida.

Pensamos que, a integração da própria população no processo de conservação do edificado, visando a obra mínima, é a atitude mais correcta. Esta nossa opinião é fundamentada por um processo de actuação já concretizado no centro histórico de Guimarães que deu resultados muito válidos,⁴² o que também pudemos constatar aquando da análise dos inquéritos que realizámos no Bairro da Mouraria da cidade de Moura.

⁴¹ F. Henriques, *ob. cit.*, (1997) pp. 4-5.

⁴² A propósito das políticas de intervenção no centro histórico de Guimarães, cita-se: « Face a estes problemas e por oposição à renovação sistemática, ou à renovação encapuçada de um certo fachadismo, de outras experiências Portuguesas, a estratégia de apoio à (re)habitação do C.H. em Guimarães baseou-se no apoio a obras de impacto mínimo (no mesmo momento muito mais próximas do espírito da conservação urbana) muitas das quais permitem manter os residentes durante o decorrer dos trabalhos, diminuindo os impactos económicos e psicológicos sobre uma população grandemente envelhecida. Esse tipo de intervenções, mais contidas, permite também reduzir ao mínimo, eventualmente mais tolerável, a actualização das rendas depois da realização dos trabalhos. Permite ainda ao pequeno proprietário poder balançar-se à operação.

E, por vezes, surgem surpresas, por exemplo a constituição do próprio residente em fiscal de obras, que consegue evitar destituições desnecessárias em obras apressadas. Residente que, durante bastante tempo, irá certamente comer muita poeira, mas que por vezes também encontra novos motivos de animação na sua vida, aumentando os seus contactos sociais como o mundo real ... para o melhor e para o pior.» J. Aguiar, *ob. cit.*, (1998) pp. 12-13.

A realização de um inquérito à população do Bairro da Mouraria em Moura elucidou-nos acerca da opinião geral sobre a concretização de obras de conservação nas suas habitações ⁴³. De reparar que a maior parte da população inquirida caracterizava-se por ter uma elevada faixa etária e poucos recursos económicos, apenas sustentada por uma reforma mínima.

Formulou-se-lhes a seguinte pergunta:

- "Se tivessem a possibilidade de lhe facultarem obras de conservação na sua residência, importar-se-iam de viver noutra local, no espaço de tempo necessário para a realização das obras?"

Obtiveram-se respostas variadas:

- Uma grande percentagem de população maioritariamente de idade avançada, respondeu que não pretendia sair da sua residência e muito menos ser realojada, pois sempre vivera no bairro;
- No entanto, adiantou que não se importava de aceitar a proposta de obras de beneficiação na sua casa desde que estas fossem acompanhadas e aprovadas pelos interessados.
- Outro grupo da população respondeu que não se importava de ser realojado, com a condição de lhe garantirem que a duração das obras não seria demasiada;
- Tal como o anterior exigia que não se fizessem melhoramentos sem a sua prévia aprovação;
- Outro grupo mais jovem da população, respondeu simplesmente que não se importava de ser realojado desde que fizessem obras correctas de beneficiação na sua casa e no próprio bairro;

No entanto, praticamente toda a população referiu que gostava de viver no bairro, embora pensasse que alguns dos seus aspectos poderiam ser melhorados.

Em face das dificuldades peculiares do processo correcto de actuação num núcleo histórico, é sem dúvida necessário não ferir susceptibilidades da sua população. Postos perante este complexo problema, há que nos resolvermos por uma acção de acordo com as características desse património habitacional, agindo-se em conciliação e sintonia com o bem-estar e com as aspirações do núcleo populacional e tendo-se certamente por optar pela realização de obras de intervenção mínima.

Deve-se tentar a procura da verdade, isto é, da autenticidade do edificado e tentar combater o fachadismo ⁴⁴, como já anteriormente dissemos, visa a destruição da tipologia arquitectónica tradicional, em favor da ampliação de espaços, criando-se uma tipologia mais ampla e adequada às necessidades da vida moderna, mas que na realidade é pouco apreciada por uma grande percentagem da população que habitualmente vive nos centros

⁴³ Ver anexo IV - Inquérito realizado à população do Bairro da Mouraria

⁴⁴ A propósito do assunto ver a obra de José, Aguiar, *Façadismo est la peur architectonique de son propre temps (contribution, un peu passionnée, à une discussion)*, ICOMOS, Bruxelas, 1998, p. 1.

históricos – “os velhotes” que apenas querem o seu cantinho com conforto e boas condições de habitabilidade (realidade constatada no Bairro da Mouraria). Relativamente a esta postura, alguém dizia: “Ó menina, para que é que eu quero um palacete se vivo sozinha, só apenas para me dar trabalho, eu já tenho 92 anos.”

Do nosso ponto de vista o princípio da intervenção mínima deve ser aplicado nas intervenções de conservação e reabilitação urbana no Bairro da Mouraria, com o intuito de colmatar possivelmente o número diversificado de lacunas aí existentes, entre as quais, são de realçar o desajustamento das aplicações de técnicas e materiais de construção à arquitectura de origem tradicional.

No entanto, a necessidade da intervenção de mínimo impacto, não é apenas uma realidade inerente aos núcleos urbanos residenciais, mas sobretudo um princípio que também deve ser tomado em consideração ao actuar-se no património edificado monumental ⁴⁵.

No outro caso de estudo, o Espaço Intra-muros do Castelo de Moura, pelo facto desse espaço ser detentor de património arquitectónico em estado de degradação avançado, importa tomarem-se medidas de intervenção urgentes, mas adequadas, para que se intervenha simplesmente naquilo que é necessário, através de obras de intervenção mínima, tendo-se em conta a escolha correcta de materiais e processos construtivos compatíveis com a realidade a preservar.

Compatibilidade e reversibilidade dos materiais

Para além da intervenção mínima, considerada como a melhor opção quando se pensa intervir ao nível da salvaguarda do património histórico edificado e urbano, na medida em que contribui, para o prolongamento da vida de qualquer monumento ou conjunto de edifícios, deve-se do mesmo modo considerar a melhor escolha dos materiais a aplicar nessas intervenções, realidade já especificada noutra passagem do nosso trabalho.

Reflectindo com objectividade, somos levados a concluir que é imprescindível que os materiais a aplicar em edifícios antigos, sejam compatíveis uns com os outros, situação difícil de acontecer, quando não se tem cuidado e se aplicam materiais de concepção recente, totalmente inconciliáveis com os materiais tradicionais. Esta realidade existe, permanentemente, no nosso país, pela falta de conhecimento científico e sensibilidade estética, ignorância associada a acções bárbaras responsáveis pelo desaparecimento da identidade e autenticidade desse mesmo edificado, constituído durante séculos por materiais tradicionais.

⁴⁵ Paulo Pereira no seu artigo sobre “Reutilização de imóveis classificados” no ponto referente à obra mínima, refere o seguinte: “Do ponto de vista estritamente prático, opta-se enfim, prioritariamente, pela conservação e pela prevenção porque hoje em dia, são outros os critérios de intervenção. Efectivamente, prefere-se (ou começa a preferir-se, em Portugal e noutros países pautados pelo mesmo eixo antropológico de valores) intervenções muitíssimo mais leves. Quer isto dizer, que se trata de trazer para primeiro plano a pura e simples salvaguarda do monumento, atendendo ao estado em que o vamos encontrar antes de qualquer acção de obra.

Creio que são cada vez mais utilizados (a par da prevenção) as estratégias de consolidação. Quer isto também dizer que os grandes projectos magnânicos que visavam marcar com o sinal do tempo o acréscimo ou a construção “nova”, partindo do princípio (aliás defensável) de que ao “novo” cabia pautar-se pela diferença (e, talvez, pela vaidade...), hoje em dia explicitamente a chamada obra “mínima”.

“Mínima” em quantidade de área intervencionada, “mínima” também em efeitos. Ou seja respeita-se hoje, cada vez mais o património pré-existente. Paulo Pereira, Reutilização de Imóveis Classificados - Obra Mínima, em *Que Utilizações para o Património Construído?*, Cadernos SPPC nº 3, SPPC, Dezembro, Évora, 1996, pp. 17-18.

A qualidade duma determinada acção, com o intuito de prolongar o tempo de vida de um edifício histórico ou de um núcleo urbano, depende, essencialmente, da apropriada selecção de materiais, sobretudo quando se tem em conta, a escolha de materiais compatíveis com os já existentes.

Segundo Fernando Henriques, «As várias características físicas, químicas e mecânicas de qualquer material susceptível de ser utilizado em acções de conservação devem ser devidamente ponderadas em termos de compatibilidade com os materiais existentes, mesmo aquelas que aparentemente possam parecer irrelevantes, na medida em que muitos dos problemas susceptíveis de acontecerem são consequência directa de questões de incompatibilidade. É prudente não esquecer a lei de Murphy, "if it can happen it will happen" (4), e todas as consequências daí resultantes. Características como porosidade, permeabilidade ao vapor de água, massa volúmica, condutibilidade térmica, módulo de elasticidade, resistências mecânicas, estabilidade físico-química, variações dimensionais de origem higrotérmica e afinidade química, entre outras, deverão sempre ser devidamente ponderadas na fase de selecção de qualquer material»⁴⁶.



Fig. 3.13 – Moura, Castelo, Convento de N. Sr.ª da Assunção, integração de revestimentos inadequados Fig. 3.14 – *Idem*, aplicação de materiais inapropriados nos paramentos.

Além das premissas constantes deste enunciado, é também necessário colocar-se o princípio da reversibilidade dos próprios materiais, que visa a possibilidade destes serem reversíveis, no caso de já terem alcançado o seu limite de durabilidade ou, até mesmo, de se ter encontrado uma melhor solução para a realidade em questão.

Continuado a citar o mesmo autor concluímos que em sua opinião «Na medida do possível os materiais devem ser reversíveis, como é o caso da maioria dos materiais tradicionais, ou serem aplicados de uma forma tal que a

⁴⁶ F. Henriques, *ob. cit.*, (1991) p.19.

sua reversibilidade seja garantida. Só desta forma se pode assegurar que possam ser removidos no fim da sua vida útil sem causar danos aos materiais originais» ⁴⁷.

A durabilidade dos materiais constitui outra questão fundamental neste processo, pois, quando deixa de existir, não é somente a imagem do edifício que está posta em causa mas, sobretudo, a sua estabilidade tanto formal/estética como também estruturante ⁴⁸.

As características do envelhecimento dos materiais têm que ser entendidas como algo que deve ser respeitado e, por tal razão, deve-se concretizar um estudo pormenorizado das patologias provocadoras desse mesmo envelhecimento.

Presentemente, aposta-se constantemente no uso de materiais modernos como solução de resolução das patologias referidas anteriormente, um novo equívoco para quem pensa deste modo. No entanto, reconhecemos que o uso deste material pode resultar eficaz, mas unicamente para a resolução de estruturas portantes em situações estritamente necessárias, ou até, como material de superfície, somente no caso dos materiais tradicionais utilizados serem totalmente incapacitados para desempenhar a sua função, isto é, sempre que a sua utilização se tornar completamente irreversível.

É necessário pensar-se que as condições actuais de habitabilidade, enquadradas num ambiente de construção tradicional, não são de modo algum inferiores àquelas que a própria construção moderna nos oferece. Pelo contrário, estas últimas têm, geralmente, características de durabilidade muito inferiores às primeiramente referidas.

Não é por acaso que encontramos edifícios tradicionais com séculos de vida, presentemente ainda com condições de habitabilidade. Tal facto, deve-se, possivelmente, às acções de preservação que lhe têm sido aplicadas. Em contrapartida, deparamo-nos com a existência de edifícios contemporâneos com a idade de meio século, repletos de problemas. Actualmente constrói-se edificado previsto para ser demolido algumas décadas após a data da sua construção.

A referida realidade é exemplificada pelo Bairro da Mouraria, pois este bairro possivelmente construído a partir dos finais do séc. XVI, ainda hoje é detentor de edificações que se encontram num estado de conservação razoável. De salientar que a sua maioria ainda faculta à população condições de habitabilidade.

Importa ter-se a noção de que o uso de materiais tradicionais se torna ambíguo. Pelo facto destes, serem por vezes, adaptados a regiões distintas da sua origem, podem criar patologias de natureza diferente do habitual,

⁴⁷ *Idem*, p. 20.

⁴⁸ «As exigências de durabilidade dos materiais a utilizar em acções de conservação são, naturalmente, muito mais severas do que nos casos correntes, por serem substancialmente maiores os tempos de vida dos edifícios históricos.

É manifestamente inadequada a utilização generalizada de materiais com tempo de vida útil reduzidos, quer em termos absolutos, quer em função do tempo de vida dum edifício histórico, ou mesmo desconhecidos, como é o caso da maioria dos materiais modernos, sem haver a preocupação de procurar materiais alternativos tradicionais, em relação aos quais a experiência de uso de centenas de anos proporciona um conhecimento exacto das respectivas características de envelhecimento.» *Idem*, p. 21.

prejudicando grandemente a estabilidade do que se estava a tentar preservar. Também a sua componente estética pode estar em perigo, por ser deturpada, traduzida pela destruição da tipologia inicial que se pretendia preservar.

No Bairro da Mouraria temos a possibilidade de verificar que a aplicação de materiais não adequados, podem comprometer a durabilidade da construção arquitectónica, indo ao ponto de deturpar o sentido da tipologia arquitectónica tradicional do edificado. O mais grave é que, para melhor solucionar tais deturpações é necessário que os materiais que forem aplicados sejam facilmente substituídos, que sejam reversíveis, caso contrário a sua remoção torna-se impossível, não existindo solução alternativa para a preservação desse edificado.

A aplicação de materiais reversíveis é necessária não só na acção de reabilitação no Bairro da Mouraria, como são sem dúvida alguma, os mais apropriados a aplicar nas acções de conservação dos edifícios do espaço Intra-Muros do Castelo.

Tornou-se proveitosa a inserção dos dois casos de estudo no âmbito dos princípios atrás referidos, pelo facto de estarem inerentes ao presente estado de preservação e às possíveis intervenções de que possam vir a usufruir.

Há que ter o bom senso de não se cair em exageros, e deixar prevalecer uma aprofundada ponderação na selecção dos materiais a utilizar de modo adequado no respectivo edificado.

Assim, resumindo, podemos afirmar que, qualquer acção no âmbito da salvaguarda de edifícios históricos deve ter em conta a garantia de que se respeitarão os valores estéticos e históricos, assim como a sua integridade física. Tais condições podem ser consideradas, se as acções que se fizerem, forem de pequena envergadura, princípio da intervenção mínima que já anteriormente referimos.

3.7. Funcionalidade / utilidade / reutilização do património histórico edificado

Outra questão imprescindível pertencente a esta panóplia de princípios a ter em conta, é a funcionalidade daquilo que se preserva. A função também participa da própria autenticidade do edifício. O decurso da história não perdoa essa realidade, na medida em que as necessidades das sociedades contemporâneas são outras, distintas das dos nossos antepassados.

A mudança de função de um determinado edifício está, inteiramente, relacionada com a utilidade, isto é com o seu futuro. Nos nossos dias, para se conservar, se reabilitar, um edifício, um quarteirão, ou um troço de cidade não se pode prescindir da obtenção de fundos monetários elevados. Por vezes, perante o estado de degradação avançado dos casos especificados anteriormente, é urgente a aquisição desses mesmos fundos.

Contudo para a obtenção destes fundos é preciso, no entanto, dar em troca resultados com utilidade prática, acções que proporcionem o bem estar das gentes que o usam e o gozam, no contexto cultural, social e económico.

Torna-se assim, polémica a questão de como conservar, a fim de que o património arquitectónico tenha uma utilidade com lógica e sirva a população, de modo a que esta usufrua desse património, sem prejudicar a imagem histórica que sempre nos ofereceu e sobretudo a sua verdade ⁴⁹.

As entidades a quem cabe a responsabilidade da gestão e da tutela do património cultural português têm, necessariamente que ter em conta a sua identificação, para posteriormente, o valorizarem através de acções de conservação, restauro, reabilitação, etc, de tal maneira que lhes dêem um uso adequado, para que este possa ser fruído, não somente como algo que valoriza um determinado lugar urbano, mas até como algo a ser utilizado a nível habitacional ou para outros fins, sócio – culturais, por exemplo.

Todavia, transformar o património tornando-o útil, é um empreendimento que exige muita responsabilidade e sobretudo bom senso, no que concerne à criação de condições necessárias para o prolongamento de vida condigna do nosso património cultural. Ora, isto significa que os fundos monetários para a execução de tais realidades, devem ser bem geridos, visando, naturalmente, investimentos seguros para o futuro.

É necessário ter-se a noção de que, oferecer uma nova utilidade a um determinado monumento não é tarefa fácil. Devem-se ter conhecimentos e sensibilidade ao concretizar essa escolha, para não se deturpar a imagem verídica desse mesmo monumento. A preocupação de dar uma nova utilidade a um imóvel passa, necessariamente pela sua reutilização.

Segundo Paulo Pereira, «(...) falar da reutilização do património cultural construído é, quanto a mim, absolutamente necessário remontar à origem latina das palavras “útil”, “utilidade” e “utilização”. De facto, qualquer dicionário define a expressão latina *utile* (ou *utilis*) como sendo aquilo que é “proveitoso”, e “ vantajoso”, “ bom para alguma coisa”; e define *utilitas* (ou *utilidade*) como sendo algo “cómodo” – uma “vantagem”, “proveito ou interesse» ⁵⁰.

Posteriormente a esta citação o autor refere que a expressão *utilitas* aparece no conjunto de expressões próprias do reconhecimento da funcionalidade e imediatez do uso de um edifício, termo que aparece na tratadística antiga ou clássica específica da descrição de um imóvel. Como refere o autor supracitado « *A utilidade não aparece, portanto, desligada das outras características do imóvel*» ⁵¹.

No entanto, a palavra reutilização pressupõe para além da teoria já referida, a possibilidade de se destruir a imagem de um determinado imóvel. Mas, no pensamento de muitos esta estratégia apresenta-se como uma

⁴⁹ Este pensamento está explícito na Carta Internacional Sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios de 1964: Definições « (...) Art. 5. A conservação dos monumentos é sempre facilitada pela sua utilização para fins sociais úteis. Esta utilização, embora desejável, não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É apenas dentro destes limites que as modificações que seja necessário efectuar poderão ser admitidas.», Cf. F. Henriques; V. Jorge, Textos fundamentais, em *Cadernos SPPC, nº1*, Janeiro, SPPC, Évora, 1996, p. 4.

⁵⁰ Paulo Pereira, Reutilização de Imóveis Classificados, em *Que utilizações para o Património construído?*, *Cadernos SPPC, nº 3*, Dezembro, SPPC, Évora, 1996, p.7.

⁵¹ *Idem*, p. 7.

oportunidade de se lucrar algo, podendo este lucro ser desastroso, fatal e provocador de uma destruição sem igual. Com efeito todo o cuidado é pouco quando se intervém no património arquitectónico.

Contudo, a questão da reutilização do património construído não diz apenas respeito ao edifício monumental, mas, sem dúvida, ao património urbano, isto é, à cidade histórica.

O planeamento de uma cidade histórica deve ser entendido como um processo dinâmico, que vise uma relação biúnivoca entre os valores que se pretendem preservar nas diferentes qualificações e valores físicos do edificado, e as funções/actividades necessárias ao lado “utilitário” da cidade.

Partindo de momentos conturbados da nossa história (a partir da década de 50), podemos ter a noção de quão perigoso é requalificar e reutilizar um espaço urbano. Nas décadas de 50 e 60 destacava-se uma postura nitidamente de “horror ao que era velho” e apenas se investia em construções de raiz, enquadradas no espírito da era moderna, investia-se, sem dúvida, em atitudes de criação de “espaços abertos” destruindo-se claramente um grande obstáculo - o edificado antigo, sobretudo aquele que não era nada valorizado (aspecto mencionado anteriormente).

Esta postura foi indubitavelmente aplicada no espaço Intra-Muros do Castelo de Moura. Esse espaço, perdida a sua última função, a habitacional, passou unicamente a ser um espaço que apenas albergava edifícios monumentais em estado de degradação avançado. O seu carácter utilitário deste espaço desapareceu simplesmente e a sua reutilização, como uma zona que poderia ser usufruída pela população nunca foi um objectivo das entidades competentes desta cidade, até à década de 90, altura em que por intermédio do Plano de Pormenor do Castelo de Moura a reutilização deste, como um espaço que albergaria uma pousada. Tal iniciativa não foi aprovada.

Para além desta realidade presente, esta área já começara a perder o seu auge, aquando da perda da sua função militar, posteriormente religiosa e finalmente habitacional (assunto referido posteriormente).

Através dos vários diálogos que travámos com a população de Moura, pudemos constatar que várias pessoas não se lembravam por exemplo, dos espaços constituintes do convento de Nossa Sra. da Assunção do Castelo, por não os visitarem há muito tempo.

No entanto, temos esperança de que este espaço não seja totalmente esquecido, que venha a ter uma reutilização que o beneficie de modo a que não perca a identidade e a autenticidade que ainda o caracterizam, como um espaço de indiscutível valor cultural, que pode ser útil por ainda poder transmitir testemunhos de vivências de gerações anteriores. Para que tal realidade aconteça é imprescindível preverem-se medidas de actuação urgentes, mas adequadas.

Assim, pensamos que este espaço deve ser requalificado através da sua reutilização, mas que esta deve enquadrar-se tanto no espírito urbanístico do restante centro histórico, como no da cidade de Moura encarada na

sua globalidade.

O nosso ponto de vista baseia-se no princípio defendido por Nuno Portas, referenciado por José Aguiar que diz o seguinte : « *A experiência demonstrou que uma conservação formal do cenário físico da cidade, processada com normas impositivas (vinculação pelo negativo) não só garante a sua salvaguarda como, ao mesmo tempo, inibe esse tecido de continuar como um núcleo activo de uma cidade viva e em constante desenvolvimento. Também demonstrou que essa salvaguarda é impossível sem uma visão de conjunto que integre o CH em toda a latitude da cidade e do seu território. A conservação dum CH só se consegue se este for utilizado e habitado, e para isso necessita de ser apto nesses usos, ao mesmo tempo que se controla o processo de expansão periférica.*

Isto significa tornar o “centro histórico”, o núcleo catalizador de um processo de requalificação que deve também chegar, ou partir das periferias (como defende Portas, propondo a requalificação do sistema de espaços públicos como campo privilegiado de actuação), colocando-o ao serviço de todos os cidadãos»⁵².

3.8. A importância da formação na salvaguarda do património histórico construído

No nosso entender, a existência de formação adequada, é uma necessidade essencial para que haja uma salvaguarda correcta do património histórico edificado e urbano.

O tema da formação no âmbito da salvaguarda do património encontra-se integrado na última alínea do terceiro capítulo deste trabalho, pelo facto deste ser inerente a todos os assuntos supracitados. Podemos constatar que, a maior parte das lacunas existentes na salvaguarda são, efectivamente, uma consequência da pouca formação adequada existente.

Esta realidade é logo evidente quando não se sabe precisamente o verdadeiro significado da correcta terminologia a aplicar nas acções exigidas pela própria salvaguarda. Destaca-se também pela falta de respeito relativamente à autenticidade e identidade do património construído, evidencia-se pela falta de discernimento correcto, no sentido de se entender que, a preservação da imagem urbana é essencial de modo a que não se percam as características de que um edifício ou um lugar sejam ainda detentores, pelo planeamento incorrecto e ineficaz que se segue no país, visando posturas de renovação, fachadismo, etc; é notória a falta de formação quando se aposta em acções de intervenção máxima, na aplicação de materiais irreversíveis e incompatíveis com a realidade física do património; e ainda quando se lhe pretende atribuir reutilizações incorrectas, contribuindo-se, por vezes, apenas para a perda do seu valor monumental, afinal a única justificação para a sua preservação.

Para combater a lacuna da incorrecta actuação no património histórico, é imprescindível que a sua salvaguarda deste seja realizada apenas por técnicos com formação específica. Assim, deverá existir a preocupação de se investir cada vez mais na educação e formação em conservação e reabilitação, como algo que contribui para o

⁵² J. Aguiar, *ob. cit.*, (1999) pp. 5-6.

prolongamento de vida desse património.

Aires-Barros alerta para esta situação, escrevendo o seguinte no seu artigo – “As Grandes questões do Património Cultural Construído”: *«De qualquer modo é imprescindível que qualquer pessoa medianamente culta e amante do passado histórico da nação, com formação universitária ou não, não se julgue capaz de gerir ou intervir no património cultural construído. Sobre esta questão a simples observação dos factos nos mostra o mundo caótico e perigoso em que nos movimentamos a todos os níveis da posse do património individual, municipal, da Igreja ou do Estado. A confusão tende a aumentar quando começam a proliferar os cursos de Conservação e Restauro do património cultural desde público e privados, de nível artesanal, médio, superior, universitário e pós-graduado, etc. Como normalizar, implantar e difundir o princípio da competência mínima (e seus níveis) e da máxima consciência profissional. Só uma ampla campanha de formação e informação. Feita como e por quem?»*⁵³.

No entanto, apesar de proliferarem algumas iniciativas com o intuito de se fazer formação no âmbito das acções a aplicar no património construído, deve existir a preocupação de se entender que a criação de formação correcta é uma necessidade urgente para se poder colmatar a ignorância evidente nas acções tomadas no património português e que se ainda realizam no momento presente ⁵⁴.

Deste modo, o autor supramencionado realça a falsa formação existente na salvaguarda do património construído, embora acrescente que não há “desculpas” para a existência de tanta falta de conhecimento correcto neste âmbito, pelas iniciativas que se têm vindo a realizar no nosso país, tais como : encontros sobre conservação e reabilitação, publicação de literatura técnica suficiente para elucidar quem quer que seja, a criação de pós-graduações, mestrados e doutoramentos na área da construção e conservação, podendo estes técnicos contribuir com apoio específico. Refere então que *« (...) a ignorância já não pode ser justificação para a falta de qualidade técnica em projectos de conservação, nem argumento para a má qualidade de formação disciplinar fornecida em algumas das nossas escolas»* ⁵⁵.

Esta realidade é, de facto, uma constante preocupação para quem se interessa pelo futuro do património histórico edificado e urbano, no sentido deste ter possibilidades de poder sobreviver às constantes “intempéries” provocadas por quem não sabe intervir convenientemente no património.

⁵³ Luis Aires-Barros, *ob. cit.*, (1996), p.19.

⁵⁴ Sobre este assunto José Aguiar refere o seguinte : *« Durante anos construíram-se neste país uma série de falsos paradigmas, agora quase irresponsáveis, referentes às possibilidades técnicas de intervir concretamente na conservação e reabilitação de edifícios.*

Entre os projectistas e depois em algumas universidades ensinaram-se falácias como estas:

- *reabilitar um edifício velho é mais caro do que fazer um novo donde o melhor é demoli-lo e reconstruí-lo com uma arquitectura contemporânea, claro está com projecto mais ou menos integrado no espírito do lugar (parecendo isto apenas depender da amplitude do ego, do grau de pósmodernidade e da geografia de proveniência - Porto ou Lisboa-do projectista);*
- *os mestres antigos da construção desaparecerem donde é impossível recorrer à cultura tradicional da construção, logo temos mesmo que aceitar a inevitabilidade do betão e do cimento Portland, isto claro está para além do alumínio;*
- *era bom mas já não é possível utilizar as alvenarias antigas ou sequer utilizar estruturalmente a madeira pois pega-lhe o bicho, além de mais o cliente não quer o soalho a vibrar, há!... e o engenheiro não sabe fazer os cálculos de estabilidade;*
- *os rebocos e tintas de cal são muito bonitos mas são uma utopia de irrealistas pois já “desapareceram as cais antigas de tão boa qualidade”, etc.» J. Aguiar, *ob. cit.* (1998) , p.8.*

⁵⁵ *Idem.* p. 8

Segundo Fernando Henriques intervir no património sem se ter formação adequada é um processo totalmente ilógico, pelo que o autor, a dado momento refere o seguinte: «Da mesma forma que um edifício de qualidade tem que ter boas fundações, também o nível que a conservação do património assume em cada país é função directa das condições dispensadas para a formação nesse domínio. Pensar que é possível realizar boas intervenções sem operadores qualificados é uma perspectiva irrealista»⁵⁶.

No que concerne os edifícios monumentais Aires de Barros no seu artigo, «*A Formação de Conservadores e Restauradores de Monumentos em Portugal refere que devem existir cinco níveis de formação no domínio da Conservação e Restauro, tais como:*

- *Nível A – Formação de artesãos e pessoal de obras de conservação e restauro.*
- *Nível B – Formação de encarregado de obras (mestre de obras ou condutor de obras de conservação e restauro).*
- *Nível C – Formação de técnicos superiores de Conservação e Restauro, a nível de bacharelato.*
- *Nível D – Formação de engenheiros e/ ou arquitectos com especialização em Conservação e Restauro, a nível de licenciatura.*
- *Nível E – Formação pós-graduada conduzindo aos graus de Mestre e mesmo a doutoramento em domínios específicos da Conservação e restauro»⁵⁷.*

A necessidade destes níveis de formação para o mundo da conservação e restauro e outros tipos de intervenção comprova como é complexo e difícil concretizar, neste âmbito, uma intervenção. Para além da formação de especialistas nesta área, deve existir também a colaboração de especialistas de outras áreas, no sentido de se colmatarem as grandes lacunas que enfrentamos relativamente ao património construído.

No entanto, e como já tínhamos referido anteriormente, o não investimento na formação de aprendizes e operários especializados em técnicas e ofícios da construção tradicional, é uma lacuna evidente na salvaguarda do nosso património. Não é por acaso que a preservação do centro histórico de Guimarães foi um sucesso, resultante da competência demonstrada através do investimento na formação mencionada anteriormente.

Sobre a importância de uma correcta salvaguarda do património histórico edificado, Virgolino Jorge refere o seguinte: «*Com efeito, na sua indiscutível razão de ser, a sua salvaguarda exige recursos humanos com capacidade técnica e intuição, consequência de um ensino renovador que forneça itinerários cognitivos múltiplos e ensine a pensar. Urge, pois e ainda, transformar atitudes e educar cidadãos, com clareza e coerência, para a*

⁵⁶ F. Henriques, *ob. cit.*, (1997) p. 3.

⁵⁷ Luís Aires-Barros, *ob. cit.*, (1997) p. 37.

CONTRIBUTO PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO DE MOURA

3. Alguns Princípios e Metodologias Gerais a seguir na Conservação e Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos

*defesa activa dos nossos tesouros monumentais pluriseculares. Somente deste modo, teremos uma sociedade consciente e participativa e poderemos encarar o destino da nossa herança patrimonial, na sua grandeza e fragilidade, com mais confiança e serenidade assumptíveis»*⁵⁸.

⁵⁸ Virgolino Jorge, Relato e Conclusões, em *Formação / Profissão em Conservação do Património Histórico Edificado*, Cadernos SPPC, nº4, Março, SPPC, Évora, p. 43.

4. CASOS DE ESTUDO: ÁREA INTRA-MUROS DO CASTELO E O BAIRRO DA MOURARIA

4.1. Relações entre a área do Castelo e o Bairro da Mouraria – Memória Histórica e Evolução Urbana

É importante que se realize uma breve análise evolutiva da interligação que os dois núcleos históricos detiveram desde o seu período de formação até ao momento actual.

O espaço Intra-Muros do Castelo foi escolhido como local de ocupação de alguma importância nos Períodos da Pré História, Romano, Islâmico e Medieval, perdendo a sua magnificência nos períodos Moderno e Contemporâneo.

O bairro da Mouraria surge no período Pós- Reconquista, como o primeiro bairro extra-muros da fortificação medieval de Moura, pela necessidade de albergar os mouros forros, pelo facto da fortificação estar superlotada de população, e também por razões étnicas.

Enquanto o Castelo era detentor de três funções específicas, militar, religiosa e residencial, o Bairro da Mouraria sempre teve função habitacional. No entanto, o espaço Intra-Muros do Castelo foi perdendo ao longo do tempo o seu aspecto utilitário: assim a sua função militar desapareceu por completo no século XVII, seguindo-se-lhe a religiosa no século XVIII, e por último a habitacional no século XX.

Em virtude do Castelo de Moura ter sido povoado em períodos históricos muito anteriores ao período de formação do Bairro da Mouraria, é conveniente abordá-lo em primeiro lugar.

O Castelo de Moura assenta sobre um povoado da Idade do Ferro ¹. As primeiras ocupações da fortificação datam da Pré-História, embora seja a partir da Idade do Ferro que o Castelo adquire maior importância ².

Situado na zona limítrofe da Serra da Adiça detentora de recursos mineralógicos, como prata, ferro e cobre, altamente pretendidos na época, fez parte de um conjunto de fortificações, que desenvolveram grande actividade mercantil com o Mundo Mediterrânico ³.

No entanto, é a partir do Bronze Tardio que se podem obter mais dados informativos, testemunhos de que houve um grande desenvolvimento da região de Moura. Surgiram várias estruturas defensivas denominadas por castros, elementos arqueológicos importantes representados pelo Castro dos Ratinhos, da Azougada, do Safarejo, etc, criados possivelmente antes da fortificação medieval de Moura. Achados arqueológicos como as cerâmicas áticas encontradas nestes locais, são testemunho da capacidade económica da região, com alguma importância

¹ Jorge Alarcão, Vestígios romanos do concelho de Moura, em *Moura na Época Romana*, edição da Câmara Municipal de Moura, Moura, 1990, p. 31.

² Santiago Macias, Moura na Baixa Idade Média: Elementos para um Estudo Histórico e Arqueológico, em *Arqueologia Medieval*, nº 2, 1993, Edições Afrontamento, Porto, p.127. Veja-se sobre o assunto a obra de Ana Arruda, A Idade do Ferro no Centro/sul, A organização política e social, em *História de Portugal, O Mundo Luso-Romano*, (Direcção de João Medina), vol.I, Ediclube, Amadora, s.d., p.85.

³ Sobre o assunto veja-se Teresa Gamito, Concelho de Moura na Proto-História, em *Moura na Época Romana*, edição da Câmara Municipal de Moura, Moura, 1990, pp. 18-19.

no Sudoeste Peninsular ⁴.

Santiago Macias elucida-nos que, «No Período Romano o castelo de Moura constituiu certamente a zona palatina do povoado cujo nome antigo se desconhece. A concentração de materiais de construção de sofisticada factura (frisos, capitéis, impostas, etc) no local aponta para a existência neste espaço de um conjunto de construções ligadas ao aparelho do poder» ⁵. Sobre este assunto Jorge Alarcão acrescenta que «Fragoso de Lima (1981, 404-407) refere que o morro do Castelo tem sido particularmente fértil em achados romanos e cita, entre eles, “dois enormes capitéis coríntios” colunas partidas e reutilizadas no convento de N. Sr.ª da Assunção do Castelo (...)» ⁶.

Após a estadia dos Romanos, outros povos apareceram, como os Alanos e os Visigodos, que tendo reinado algum tempo na Península Ibérica, deixaram marcas significativas da sua presença até ao aparecimento da população árabe, que tendo conseguido a conquista total deste território penetrou nas terras que viriam a ser portuguesas, submetendo-as durante cerca de 400 anos. A partir de 756 a Península Ibérica muçulmana passou a designar-se Al-Andaluz tornando-se um estado independente ⁷.

Moura esteve integrada no Al – Andaluz, no califado de Córdova, detentor de grande poder central em toda a Espanha muçulmana, e ainda segundo Santiago Macias incluída nos reinos taifa «Moura seria, em meados do século XI, incluída na taifa dos Banu Abbad. Abbad b. Muhammad al – Mutadid, cujo reinado se prolongou de 1042/433H a 1069/461H, percorreria todo o ocidente peninsular, em sucessivas campanhas militares que forçam à submissão de Niebla, Huelva – Saltés, Santa Maria e Silves entre 1051/443H e 1053/445H. Testemunho do período abádida, uma epígrafe ainda hoje conservada junto a uma das fontes do castelo assinala a edificação do minarete da mesquita. Símbolo claro da apropriação do território, esta inscrição demonstra bem a soberania exercida pela dinastia sevilhana aos mais diversos níveis» ⁸.



Fig. 4.1- Lápide comemorativa da construção do minarete da mesquita de Moura (José Mattoso, História de Portugal, vol.I, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1992, p. 425)

⁴ Santiago Macias, *ob. cit.*, (1993) p. 127. A propósito do assunto, ver também a obra de Manuel Calado, A Idade do Bronze, em *História de Portugal, Portugal na Pré-história*, (Direcção de João Medina) vol. I, Ediclube, Amadora, s.d., p.333 e também em Ana Arruda, *ob. cit.*, pp. 18-19.

⁵ Santiago Macias, *ob. cit.*, (1993), p. 127

⁶ Jorge Alarcão, *ob. cit.*, (1990), p. 34.

⁷ H. Catarina, A ocupação Islâmica, em *História de Portugal*, (Direcção de João Medina) Vol. II, edição Ediclube, Lisboa, s.d., p.48

⁸ Santiago Macias, *ob. cit.*, (1993), p. 128. Ver também José Mattoso, História de Portugal, O Garb-Al-Andaluz, vol. I, Círculo dos Leitores, Lisboa, p. 369.

« Acompanhando um movimento generalizado de realização de obras militares que se estendeu a todo o Garbe na segunda metade do século XII, o Alcácer de Moura parece ter sido sensivelmente fortificado nessa altura. É, assim, possível que às estruturas militares islâmicas que chegaram até nós possa ser atribuída uma cronologia almoada»⁹.

As muralhas deste período que rodeavam a acrópole foram progressivamente destruídas. No momento actual restam vários elementos deste amuralhamento, a Torre em taipa localizada perto de uma das entradas do Castelo e um torreão arruinado também em taipa situado na fachada Noroeste.



Fig. 4.2 – Moura, Castelo, torre em taipa (foto da autora)
 Fig. 4.3 - Idem, torreão arruinado em taipa (foto da autora)

Convém realçar que a pesquisa arqueológica se torna fundamental para o estudo da presença humana em qualquer período histórico. Esta presença no Período Islâmico em Moura é difícil de ser compreendida não só pelas reconstruções sucessivas no recinto do Castelo, como também pelas pesquisas efectuadas não serem suficientes para se colocarem quaisquer hipóteses, acerca do espaço onde viveu aquele povo¹⁰.

«O principal núcleo de povoamento deste território era, evidentemente, o próprio Castelo, o qual albergaria no seu interior uma população de algumas centenas de habitantes. Em volta da fortificação localizavam-se alguns pequenos núcleos de povoamento cuja organização e importância demográfica se desconhece. Não sendo provável a existência de grandes alcarias a tão curta distância - escassas centenas de metros - do Castelo, supomos que os vestígios arqueológicos surgidos na zona de Sta. Clara e na Rua do Sete-e-Meio apontem para a possível existência de explorações agrícolas de pequena dimensão, em volta das quais se organizariam, no máximo duas ou três famílias»¹¹.

⁹ Idem, p. 128.

¹⁰ «A organização urbana de Moura no período islâmico é-nos, por seu turno, completamente desconhecida. As sucessivas reconstruções operadas no recinto do alcácer ao longo de 700 anos não deixaram à vista qualquer vestígio da antiga povoação e as escavações arqueológicas até hoje realizadas no local não permitem, por enquanto, avançar qualquer proposta em relação à organização viária da povoação intra-muros nesse período.» Idem, p. 129.

¹¹ Idem, p. 129.